



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ALDENISCE OLIVEIRA CARDOSO

**MOBILIDADE DO TRABALHO NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DO
ACRE-BRASIL E PANDO-BOLÍVIA: OS TRABALHADORES MIGRANTES DAS
CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA E EPITACIOLÂNDIA (ACRE)
E COBIJA (PANDO)**

**RIO BRANCO – ACRE
2025**

ALDENISCE OLIVEIRA CARDOSO

**MOBILIDADE DO TRABALHO NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DO
ACRE-BRASIL E PANDO-BOLÍVIA: OS TRABALHADORES MIGRANTES DAS
CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA E EPITACIOLÂNDIA (ACRE)
E COBIJA (PANDO)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Geografia na Área de Concentração: Produção do espaço e ambiente nas fronteiras da Amazônia Sul-Occidental.

Orientador: Prof. Dr. José Alves

**RIO BRANCO – ACRE
2025**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

C268m Cardoso, Aldenisce Oliveira, 2000 -

Mobilidade do trabalho na fronteira internacional do Acre-Brasil e Pando-Bolívia: os trabalhadores migrantes das cidades gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia (Acre) e Cobija (Pando) / Aldenisce Oliveira Cardoso; orientador: Prof. Dr. José Alves. – 2025.

156 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia. Rio Branco, 2025.

Inclui referências bibliográficas e apêndice.

1. Mobilidade do trabalho. 2. Cidades gêmeas. 3. Fronteira acreana. I. Alves, José (orientador). II. Título.

CDD: 910

Bibliotecário: Uéliton Nascimento Torres CRB-11º/1074.

ALDENISCE OLIVEIRA CARDOSO

**MOBILIDADE DO TRABALHO NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DO
ACRE-BRASIL E PANDO-BOLÍVIA: OS TRABALHADORES MIGRANTES DAS
CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA E EPITACIOLÂNDIA (ACRE)
E COBIJA (PANDO)**

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Acre (UFAC), no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Branco-Acre, para obtenção do grau de Mestra em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço e ambiente nas fronteiras da Amazônia Sul-Occidental

Data da defesa: 15/09/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alves
Orientador, PPGEO/Ufac – Campus Rio Branco

Prof^a. Dr^a. Maria de Jesus Moraes
Examinadora interna, PPGEO/Ufac – Campus Rio Branco

Prof^a. Dr^a. Márcia Maria de Oliveira
Examinadora externa, PPGSOF/UFRR

Prof^a. Dr^a. Karina Furini da Ponte Alves
Suplente, PPGEO/Ufac – Campus Rio Branco

*Pelo “afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho”
(Antunes, 2000, p. 174).*

DEDICATÓRIA

Esse estudo é dedicado àqueles que se deslocam pelo espaço e territórios. Às mulheres e homens que sobrevivem dia após dia, sorrindo e chorando, que não se limitam a números, previsões e estatísticas.

Dedico à toda a classe trabalhadora!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Alves, pela paciência, incentivo, ajuda e confiança que sempre depositou em mim.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre – PP GEO/UFAC.

Ao Programa Parcerias Estratégicas nos Estados III – CAPES que foi responsável pelo pagamento da bolsa de incentivo à pesquisa durante todo o mestrado, o grupo PET Geografia - UFAC, o Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFAC e à própria Universidade Federal do Acre (UFAC), sem essa ajuda as idas à campo e a construção da pesquisa seria muito mais difícil.

À minha mãe Francisca por, mesmo estando longe, me incentivar a seguir em frente.

Ao Gustavo por ser o meu lugar seguro.

Agradeço aos meus amigos, meus parceiros de viagens Orlando e Maida, e também ao Shelton que sempre me incluíram na vida para além das aulas, pelas palavras de conforto, cuidado e proteção nesses anos de amizade.

Ao meu camarada Lucas pelas conversas, incentivos e pela ajuda no campo.

Às minhas colegas Bruna e Jéssica por sempre estarem dispostas a me ajudar, pelas palavras de apoio e pelos *memes* que fizeram essa caminhada ser menos pesada.

Aos meus colegas da Turma 2023 do Mestrado em Geografia, por serem exemplos e sempre tentar ser uma turma unida.

Agradeço a Prof.^a Dr^a Maria de Jesus Morais e a Prof.^a Dr.^a Márcia Maria de Oliveira pela participação na minha Banca de Qualificação e pelas sugestões para a versão final desta dissertação.

RESUMO

A mobilidade humana entre os países sul-americanos está ligada, entre outros fatores, pela saída de migrantes dos países mais pobres para países fronteiriços com renda mais elevada. Por isso, é comum existir as trocas populacionais e venda da força de trabalho nas regiões fronteiriças e de cidades gêmeas, como é o caso dos migrantes acreanos das cidades de Brasiléia e Etipaciolândia, que procuram trabalho em Cobija e dos bolivianos que moram em Cobija e trabalham em Brasiléia e Etipaciolândia, realizando migrações pendulares e permanentes. Desta maneira, esta pesquisa teve por objetivo geral investigar como é a relação de trabalho, renda e ocupação de brasileiros dos municípios de Brasiléia e Etipaciolândia (Acre) que trabalham na cidade de Cobija, Pando - Bolívia, relacionando com os fatores que contribuem para a saída do Acre e de Cobija para buscar, em território boliviano e brasileiro, uma forma do migrante conseguir trabalho, seja fixo ou temporário, ou seja, identificar a mobilidade de acreanos e bolivianos que ocorre na fronteira citada. As metodologias utilizadas são de caráter qualitativo e quantitativo, desenvolvidas a partir do levantamento bibliográfico diversificado para a construção da fundamentação teórica, análise de dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE), Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Parlamento Andino, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), endereços eletrônicos de jornais e revistas, bem como na análise dos dados primários coletados em entrevistas com os trabalhadores acreanos e bolivianos. Neste estudo identificamos que a relação comercial entre as cidades acreanas com a Zona Franca Cobija influencia como fator atrativo para os trabalhadores acreanos, juntando as necessidades dos comerciantes que precisam de trabalhadores para atender as demandas dos clientes brasileiro, e os acreanos precisam de trabalho para sobreviver preferindo vender sua força de trabalho em Cobija. Quanto aos trabalhadores bolivianos verificamos que alguns trabalham nas calçadas de forma irregular vendendo seus produtos, outros participam de um projeto em uma Feira Livre de Brasiléia, onde podem expor seus produtos dentro da feira aos domingos pagando uma taxa ou vender na rua ao lado, estes que vendem na rua reclamam que são prejudicados com o horário de trabalho reduzido, não possuem um espaço coberto para trabalhar e não tem segurança necessária para trabalhar tranquilamente.

Palavras-chave: Mobilidade do trabalho; Cidades gêmeas; Fronteira acreana.

RESUMEN

La movilidad humana entre los países sudamericanos está relacionada, entre otros factores, con la salida de migrantes de los países más pobres hacia países fronterizos con ingresos más elevados. Por ello, es común que existan intercambios poblacionales y venta de la fuerza laboral en las regiones fronterizas y en las llamadas “ciudades gemelas”, como es el caso de los migrantes acreanos de las ciudades de Brasiléia y Epiritaciolândia, que buscan trabajo en Cobija, y de los bolivianos que viven en Cobija y trabajan en Brasiléia y Epiritaciolândia, realizando migraciones pendulares y permanentes. De esta manera, esta investigación tuvo como objetivo general analizar cómo es la relación de trabajo, ingreso y ocupación de los brasileños de los municipios de Brasiléia y Epiritaciolândia (Acre) que trabajan en la ciudad de Cobija, Pando – Bolivia, relacionándola con los factores que contribuyen a la salida tanto del Acre como de Cobija para buscar, en territorio boliviano y brasileño, una forma de que el migrante obtenga empleo, sea fijo o temporal; es decir, identificar la movilidad de acreanos y bolivianos que ocurre en dicha frontera. Las metodologías utilizadas fueron de carácter cualitativo y cuantitativo, desarrolladas a partir de un amplio levantamiento bibliográfico para la construcción del marco teórico, análisis de datos recolectados en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), el Instituto Boliviano de Comercio Exterior (IBCE), la Confederación Nacional de los Municipios (CNM), el Ministerio de Integración y Desarrollo Regional, el Instituto de Investigación Económica Aplicada (Ipea), el Parlamento Andino, el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), así como en direcciones electrónicas de periódicos y revistas, además del análisis de los datos primarios recolectados en entrevistas con trabajadores acreanos y bolivianos. En este estudio identificamos que la relación comercial entre las ciudades acreanas y la Zona Franca de Cobija actúa como un factor de atracción para los trabajadores acreanos, combinando las necesidades de los comerciantes —que requieren empleados para atender la demanda de los clientes brasileños— con la necesidad de los acreanos de encontrar trabajo para subsistir, prefiriendo vender su fuerza laboral en Cobija. En cuanto a los trabajadores bolivianos, verificamos que algunos trabajan de manera informal en las aceras vendiendo sus productos; otros participan en un proyecto en una Feria Libre de Brasiléia, donde pueden exhibir sus productos dentro del mercado los domingos pagando una tasa, o vender en la calle contigua. Aquellos que venden en la calle reclaman que se ven perjudicados por el horario reducido de trabajo, la falta de un espacio techado y la ausencia de la seguridad necesaria para desempeñar su labor con tranquilidad.

Palabras clave: Movilidad laboral; Ciudades gemelas; Frontera acreana.

ABSTRACT

Human mobility among South American countries is linked, among other factors, to the movement of migrants from poorer nations to neighboring countries with higher income levels. Because of this, population exchanges and the sale of labor are common in border regions and in so-called “twin cities.” This is the case of Acrean migrants from the cities of Brasiléia and Epitaciolândia who look for work in Cobija, and of Bolivians who live in Cobija but work in Brasiléia and Epitaciolândia, engaging in both daily (pendular) and permanent migration. Thus, the main goal of this research was to investigate the relationship between work, income, and occupation among Brazilians from the municipalities of Brasiléia and Epitaciolândia (Acre) who work in the city of Cobija, in the department of Pando, Bolivia. The study also aimed to identify the factors that lead people from Acre and Cobija to seek, on both Bolivian and Brazilian territory, opportunities for employment—whether permanent or temporary—and to understand the patterns of mobility of Acrean and Bolivian migrants that occur along this border. The research used both qualitative and quantitative methods, based on an extensive and diverse literature review to build the theoretical foundation. It also included the analysis of data collected from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Bolivian Institute of Foreign Trade (IBCE), the National Confederation of Municipalities (CNM), the Ministry of Integration and Regional Development, the Institute for Applied Economic Research (Ipea), the Andean Parliament, the United Nations Environment Programme (UNEP), as well as online sources such as newspapers and magazines. In addition, primary data were analyzed from interviews conducted with Acrean and Bolivian workers. This study found that the commercial relationship between the Acrean cities and the Cobija Free Trade Zone acts as an attractive factor for Acrean workers. This happens because local merchants in Cobija need employees to serve Brazilian customers, while Acreans, in turn, need employment to make a living and often choose to sell their labor in Cobija. As for Bolivian workers, the study found that some work informally on the sidewalks selling their products, while others take part in a project at the Open-Air Market (Feira Livre) in Brasiléia, where they can display and sell their products inside the market on Sundays by paying a fee or sell on the nearby streets. Those who sell on the streets, however, complain about reduced working hours, the lack of covered spaces, and the absence of proper safety conditions to work comfortably and securely.

Keywords: Labor mobility; Twin cities; Acre border.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Exportações e importações (US\$1,00) de Brasiléia e Epitaciolândia em relação à Rio Branco no ano de 2024.....	80
Tabela 2	Destino e produtos das exportações de Brasiléia em 2024.....	82
Tabela 3	Destino e produtos das exportações de Epitaciolândia em 2024.....	83
Tabela 4	Origem e produtos das importações de Brasiléia em 2024.....	85
Tabela 5	Origem e produtos das importações de Epitaciolândia em 2024.....	85
Tabela 6	Composição relativa do PIB (BOB\$x1000) departamental de Pando segundo atividade econômica no ano de 2023.....	90
Tabela 7	Exportações do Departamento de Pando (US\$1,00) em comparação com Brasiléia e Epitaciolândia no ano de 2024.....	91
Tabela 8	Exportações do departamento de Pando por tipo de produto no ano de 2024.....	92
Tabela 9	Importações do departamento de Pando por tipo de produto no ano de 2024.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Acumulação capitalista independente do local de fixação.....	75
Figura 2	Placa da Receita Federal na entrada de Brasília vista por quem retorna de Cobija.....	81
Figura 3	Placa de boas-vindas na entrada de Cobija (ponte binacional Wilson Pinheiro).....	81
Figura 4	Fachada da Acreaves Alimentos Ltda.....	84
Figura 5	Visita a casa de passagem em Assis Brasil.....	88
Figura 6	Trânsito livre para veículos entre Assis Brasil (BRA) e Iñapari (PER)	89
Figura 7	Prédio da Receita Federal e Polícia Federal na entrada de Assis Brasil.....	89
Figura 8	Motocicletas de placa boliviana em Brasília.....	94
Figura 9	Visita de campo em Cobija para encontrar os trabalhadores acreanos.....	96
Figura 10	Encontro com um dos trabalhadores acreanos.....	100
Figura 11	Lojas comerciais em Cobija.....	109
Figura 12	Visita ao espaço wash compartilhado pela Cáritas Brasileira e Europeia.....	112
Figura 13	Cartaz de alerta em português sobre os riscos de tráfico de pessoas para trabalho escravo em Casa de Passagem de Assis Brasil.....	114
Figura 14	Trabalhadoras bolivianas vendendo produtos em calçada de Brasília.....	124
Figura 15	Trabalhadora boliviana vendendo produtos na sombra de uma loja fechada em Brasília.....	124
Figura 16	Feira do Agricultor e Empreendedor de Brasília.....	125
Figura 17	Espaço interno da feira livre de Brasília.....	126
Figura 18	Entrevista com os trabalhadores do lado de fora da feira livre de Brasília.....	126
Figura 19	Trabalhadora boliviana vendendo seus produtos na Feira de Brasília juntamente com seu filho.....	128

Figura 20	Interações das cidades gêmeas nas Zonas de Fronteira.....	130
Figura 21	Trabalhadora boliviana vendendo seus produtos no espaço coberto da Feira de Brasília.....	133
Figura 22	Trabalhadoras bolivianas vendendo seus produtos na Feira de Brasília.....	135
Figura 23	Vendedores de produtos naturais na Feira de Brasília.....	137

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização dos municípios Brasília e Epitaciolândia no estado do Acre (BR) e Cobija no Departamento de Pando (BO).....	20
Mapa 2	Municípios e cidades na Faixa de Fronteira brasileira.....	44
Mapa 3	Municípios acreanos e cidades gêmeas presentes na Faixa de Fronteira.....	45
Mapa 4	Conurbação entre as cidades gêmeas de Brasília e Epitaciolândia (BR) e Cobija (BO).....	49
Mapa 5	Estrada do Pacífico.....	86
Mapa 6	Cidades gêmeas acreanas cortadas pela Estrada do Pacífico.....	87
Mapa 7	Via de exportação Tambo Quemado - Charaña - Arica.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Composição relativa do PIB municipal de Brasília e Epitaciolândia no ano de 2021.....	79
Gráfico 2	Valor pago mensalmente aos trabalhadores em bolivianos e reais...	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Campos realizados na pesquisa nas cidades gêmeas aqui estudadas.....	96
Quadro 2	Trabalhadores que vendem sua força de trabalho em Cobija por idade e nível de escolaridade.....	100
Quadro 3	Identificação dos trabalhadores migrantes acreanos.....	101

Quadro 4	Motivações para a busca de emprego em Cobija e quantidade de tentativas para conseguir.....	103
Quadro 5	Tipos de trabalho, funções dos trabalhadores e tempo de serviço em Cobija.....	104
Quadro 6	Opinião dos entrevistados sobre brasileiros trabalhando em Cobija e sobre a disponibilidade de emprego em Brasília e Epitaciolândia	107
Quadro 7	Comparativo entre a Lei de Migração nº 13.445/2017 e a <i>Ley de Migración</i> nº 370/2013.....	116
Quadro 8	Identificação dos trabalhadores migrantes bolivianos.....	120
Quadro 9	Trabalhadoras bolivianas entrevistadas na Avenida Marinho Monte em Brasília por idade, nível de escolaridade e transporte utilizado para ir trabalhar.....	122

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ALADI – Associação Latino Americana de Integração
ADEMAF – *Agencia para el Desarrollo de las Macroregiones y Zonas Fronterizas*
ALC – Área de Livre Comércio
ALCBE – Área de Livre Comércio de Brasília e Epiaciolândia
BC – Balança Comercial
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FOB – *Free On Board* (se traduz como Livre a Bordo)
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBCE – Instituto Boliviano de Comércio Exterior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE – Instituto Nacional de Estadística da Bolívia
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
LTDA - Limitada
MAP – Madre de Deus, Acre e Pando
MERCOSUL – Comunidade Andina e do Mercado Comum do Sul
ONGs – Organizações Não Governamentais
PCD – Pessoa Com Deficiência
PIB – Produto Interno Bruto
PET – Programa de Educação Tutorial
PF – Polícia Federal
PL – Projeto de Lei

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
REED+ – Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal
SNRA – *Servicio Nacional de Reforma Agrária*
SUS – Sistema Único de Saúde
TI – Tecnologia da Informação
TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação
UFAC – Universidade Federal do Acre
UPDS – *Universidad Privada Domingo Savio*
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAT – Vida Além do Trabalho
Zofracobija – Zona Franca de Cobija

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	CAPÍTULO 1 - A DINÂMICA MIGRATÓRIA NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DO ESTADO DO ACRE.....	29
2.1	A CONTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO NO PROCESSO DE “OCUPAÇÃO” DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	29
2.2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO ACREANO E A DINÂMICA FRONTEIRIÇA.....	31
2.3	BREVE EXPOSTO SOBRE LIMITES, FRONTEIRA E DINÂMICA FRONTEIRIÇA.....	40
2.4	AS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA (BEC).....	44
2.4.1	Caracterização das cidades de Brasiléia e Epitaciolândia.....	46
2.4.2	Caracterização da cidade de Cobija.....	50
3	CAPÍTULO 2 - O TRABALHO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA.....	53
3.1	TRABALHO: O PONTO CENTRAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	53
3.2	A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O DESEMPREGO ESTRUTURAL.....	61
3.3	A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: TERCEIRIZAÇÃO, PERDA DE DIREITOS E A INFORMALIDADE	66
4	CAPÍTULO 3 - A RELAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES MIGRANTES NAS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA.....	73
4.1	MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: O TRABALHADOR MIGRANTE.....	73
4.2	ATIVIDADES ECONÔMICAS, DE SERVIÇO E DE TRANSPORTE DAS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA (BEC).....	78
4.3	A MOBILIDADE/MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES ACREANOS E BOLIVIANOS NA FRONTEIRA DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA.....	95
4.3.1	Caracterização da migração, do perfil e da condição de trabalho dos trabalhadores migrantes de Brasiléia e Epitaciolândia em Cobija.....	98
4.3.1.1	O papel das ONGs na negociação da força de trabalho do imigrante.....	111
4.3.1.2	Alguns aspectos da Lei de Migração brasileira (Lei nº 13.445/2017) e da <i>Ley de Migración</i> boliviana (<i>Ley nº 370/2013</i>).....	116

4.3.2	Caracterização da migração, do perfil e da condição de trabalho dos trabalhadores migrantes de Cobija em Brasília e Epitaciolândia.....	120
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS.....	145
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES MIGRANTES DAS CIDADES GÊMEAS DE BRASÍLIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA.....	153

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que teve forte influência das migrações, no qual uma parcela significativa da população atual nasceu da colonização exploratória e devastadora portuguesa, já que a ocupação das Américas ocorreu principalmente devido às migrações organizadas pelas metrópoles europeias a partir do século XVI. Podemos citar, no mesmo século, a escravidão dos africanos trazidos para o Brasil pelo tráfico de pessoas africanas como mão de obra alternativa aos indígenas escravizados, que também contribuíram de forma importante para a composição da população brasileira.

Nos séculos XIX e início do século XX as migrações eram motivadas por questões territoriais de expansão imperialista e do desenvolvimento desigual capitalista. A partir do século XXI as migrações são desencadeadas por vários fatores, dentre eles estão as causas naturais, como desastres ambientais ou ainda fatores relacionados diretamente à ação humana, assim como o caso das questões políticas, raciais ou culturais e das guerras, bem como motivos relacionados ao desemprego e a busca por melhores condições de vida (Cardoso, 2022).

No século atual, a mobilidade humana entre os países sul-americanos é determinada pela saída de migrantes dos países mais pobres para países com renda média mais elevada, que em geral são limítrofes com seus países de origem, possuem proximidade fronteiriça ou com distâncias continentais (Jaqueira e Diallo, 2017). Por isso, é comum encontrar ou conhecer várias pessoas que saíram de sua cidade natal, seu Estado ou até país em busca de trabalho, educação ou refúgio. Como é o caso dos migrantes brasileiros que procuram países “mais desenvolvidos” para novas oportunidades e de países da América do Sul que procuram o Brasil como destino migratório.

A emigração surge como indicativo de condições não favoráveis para a sobrevivência em determinado local – uma cidade, Estado ou país – quanto às questões específicas de trabalho, estudo ou relação social das mais diversas esferas. Por este motivo é interessante que seja realizado um estudo que aponte e analise os processos que ocorrem na fronteira internacional do Estado do Acre, no Brasil, com Cobija, na Bolívia.

Singer (1998), através de fundamentos teóricos, sugere que as características históricas da migração seriam o resultado do processo de

modernização constituído em uma economia capitalista. Deste modo, estamos falando de um processo social em conjunto e não especificamente individual, em que geralmente os motivos que levam as pessoas a migrarem partem da procura por melhores condições de vida, bem-estar social e trabalho, evidenciando assim as causas econômicas como destaque no ato da migração.

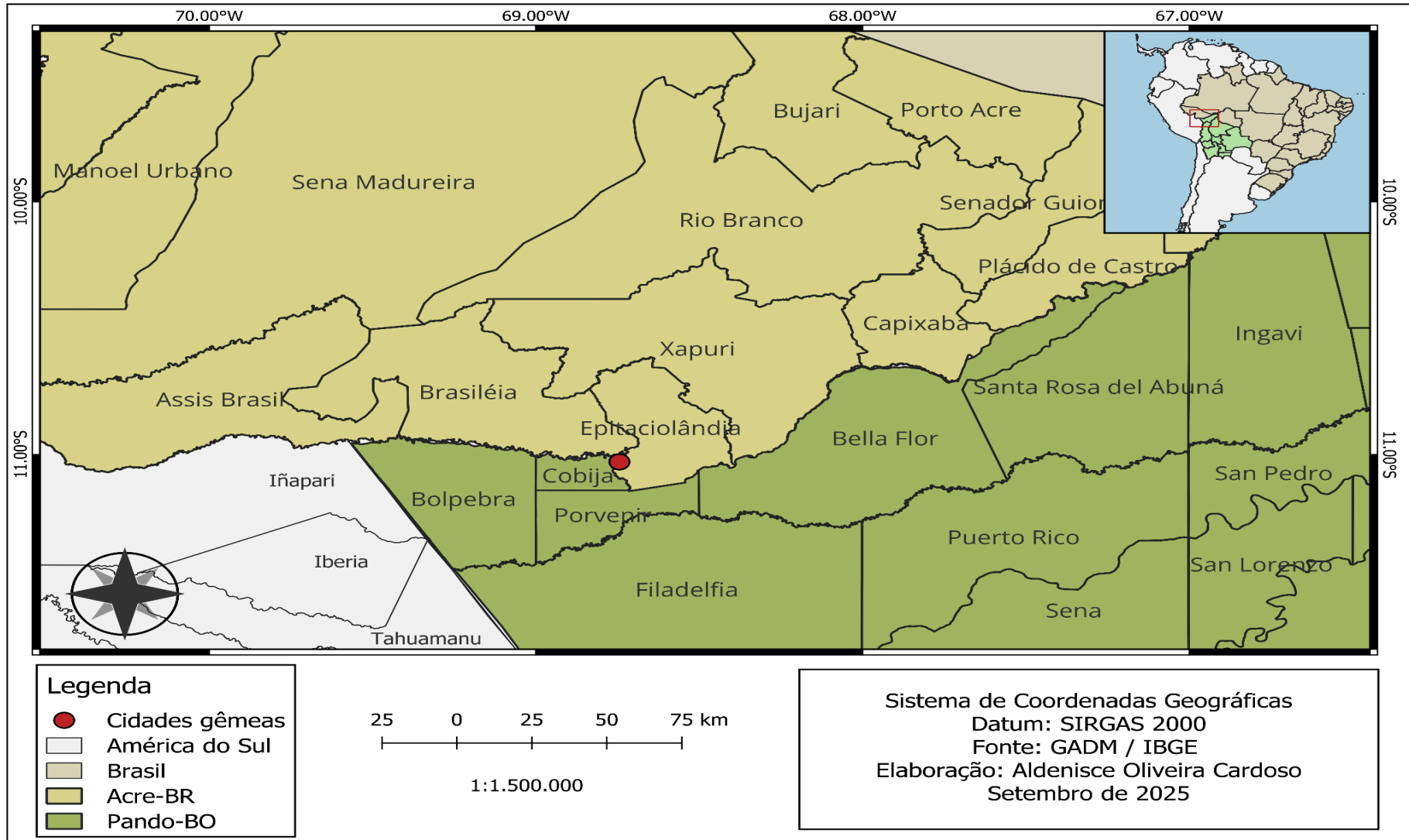
Porém, como já dito, por se tratar de um processo em conjunto, outras pessoas acabam realizando o movimento migratório por outros motivos (em alguns casos, quase que involuntários), não especificamente econômicos, seja pela oportunidade de estudar ou apenas acompanhar o cônjuge e a sua família em busca de novas experiências ou oportunidades.

No Brasil, as migrações acontecem a partir dos povos originários e da colonização europeia caracterizada pela expansão territorial ocasionada pelo deslocamento populacional da época em direção ao interior do território na medida em que era explorado. O estado do Acre, assim como o Brasil, é fruto das migrações. No final do século XIX, o Acre se viu diante de um verdadeiro palco determinado pelas migrações em busca da extração da borracha na região amazônica.

A Revolução Industrial proporcionou condições favoráveis para a economia mercantil da borracha no cenário internacional, o que criou o principal fator atrativo para os migrantes nordestinos buscarem melhores condições de vida e trabalho nas terras acreanas às custas de muita exploração, trabalho forçado e degradação, ou seja, obviamente a formação histórica do Acre foi uma consequência da expansão do capitalismo regido pelas demandas da Revolução Industrial (Carneiro, 2014).

Dessa maneira, a formação das cidades acreanas estudadas (Mapa 1) não poderia ser diferente e estão ligadas à extração do látex; Brasiléia que está situada na margem esquerda do Rio Acre e em frente à Cobija, foi fundada em 1910 com o nome de Brasília (Silva, 2016a), porém após a fundação da capital brasileira passou a se chamar Brasiléia.

Mapa 1 - Localização dos municípios Brasiléia e Epitaciolândia no estado do Acre (BR) e Cobija no Departamento de Pando (BO)



Fonte: GADM, 2016; IBGE, 2019 (elaborado pela autora).

De acordo com Silva (2016b), Eptaciolândia, atualmente, é uma cidade conurbada e surgiu a partir de sua emancipação de Brasiléia, em 1992, por meio de um plebiscito. Era denominada de Vila Eptácio sendo separada de Brasiléia pelo Rio Acre e fazendo fronteira com a cidade boliviana de Cobija, no Departamento de Pando. Assim como Brasiléia e Eptaciolândia, Cobija também teve forte ligação com uma economia extrativista para a sua ocupação. Cobija, por sua vez, está localizada na margem direita do Rio Acre na porção noroeste da Bolívia e possui uma relação socioeconômica muito forte com o Brasil.

Com a conurbação das cidades citadas, posteriormente, estreitam-se ainda mais as relações de trocas entres elas, caracterizadas como cidades gêmeas. Além disso, é comum encontrar certa facilidade de mobilidade entre as cidades, tanto de bolivianos com livre passagem para o Acre, como acreanos que possuem passagem desimpedida para a cidade boliviana devido a sua competência como Zona Franca de Pando e moradores transfronteiriços.

A relação comercial de Cobija influencia grandemente no fator atrativo aos trabalhadores acreanos, pois com a venda dos produtos por valores abaixo do encontrado no Acre, devido à sua posição de Zona Franca boliviana, cria-se uma procura por esses preços baixos. Logo, com a procura, aumenta-se a demanda por trabalhadores para a venda dos produtos ou prestação de serviços. Dessa maneira, juntam-se as necessidades, já que os lojistas precisam de trabalhadores para atender as demandas dos clientes e os acreanos precisam de trabalho para sobreviver. Todavia, por se tratar de uma região conurbada é possível observar a permanência dos vizinhos bolivianos em solo brasileiro de forma permanente ou apenas durante o horário comercial ou de trabalho, como é o caso de vendedores ambulantes, feirantes e lojistas.

Neste sentido, vale mencionar que os movimentos populacionais remetem aos deslocamentos entre estados e países requerendo na maior parte dos casos uma moradia temporária ou fixa. Nosso campo de estudo será limitado à migração internacional definitiva e temporária, neste recorte espacial das cidades gêmeas, pois no primeiro caso se trata de uma migração que ocorre quando o indivíduo passa a residir permanentemente no local para o qual migrou, portanto passou a residir em outro país ou no segundo caso realiza o movimento pendular - ir e vir - todos os dias na fronteira entre Brasiléia, Eptaciolândia e Cobija (BEC).

Por vezes essas aglomerações transfronteiriças podem ser entendidas, por alguns autores, como uma “desterritorialização” desencadeada através das “zonas de incerteza identitárias” proporcionadas pela mescla das interações sociais e culturais, bem como as relações familiares, de consumo e trabalho, em outras palavras, ocorre a perda e/ou reconstrução da identidade (Ferrari, 2012). Nas análises de Haesbaert (2004), o território se trata antes de tudo de um território simbólico, em que o movimento é um elemento fundamental em sua (re)construção e não obrigatoriamente será delimitado de forma material, diferente do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, que entende a delimitação do território como uma barreira formada por um muro de concreto.

Ainda de acordo com Haesbaert (2004) o território pode ser entendido como palco de constantes disputas de/pelo poder (político, administrativo, cultural e econômico com realce para o domínio dos recursos naturais) dos atores hegemônicos sob os hegemonzados, possibilitando diferentes formas de territorialização entre indivíduos e sociedade no espaço.

Desta maneira, as múltiplas interações materiais e imateriais nas cidades de fronteira, em especial nas cidades gêmeas sem fronteira determinada por pelo menos um elemento natural (rios, florestas, mares, montanhas, cadeias de montanhas, oceanos, desertos), torna difícil determinar onde termina um território e começa outro. Conforme Ferrari (2012), a liberdade de transitar e se relacionar intimamente pode criar uma rede de parentesco homogênea sem a separação de nacionalidade, entretanto divergindo do que a autora disserta, Haesbaert (2004) esclarece que não ocorre necessariamente uma desterritorialização, mas sim, uma conexão de diferentes territórios flexíveis (multifuncionais e multi-identitários) por meio dos deslocamentos físicos ou virtuais, ou seja, *multiterritorialidades*.

A partir da discussão acerca da desterritorialização nos escritos de Haesbaert (2004) podemos pensar que na verdade um território não se desfaz, à medida que passa pelo processo de “desterritorialização” sem pausa ou espaço de tempo, ele se *reterritorializa* e em momento algum existe a falta de territorialidade, isto é algo que podemos verificar neste estudo sobre cidades gêmeas.

De acordo com Moura e Cardoso (2016), essas cidades gêmeas estão em constante movimento (fluxo) de entrada e saída, por estarem em uma fronteira e pelo contingente populacional de cada cidade, caracterizam um movimento pendular no cotidiano para o trabalho, o estudo ou outras atividades ligadas ao comércio,

acesso a serviços, ao lazer ou para a realização de atos ilícitos como tráfico, contrabando e fuga do/para o país, algo que infelizmente é muito comum nas fronteiras.

Moura e Cardoso (2016, p. 219) fazem ainda uma reflexão sobre o espaço transfronteiriço:

Aos povos da fronteira pertence esse espaço, e são eles os interlocutores mais legítimos para discutir os aspectos centrais de suas necessidades, sua interculturalidade, enfrentar os conflitos escalares da tomada de decisões e apagar a linha divisória. Assim, tornam essa zona espaço efetivamente único, apto a constituir-se território transfronteiriço.

Como no caso que foi relatado por Cardoso (2022, p. 45) em que a vila Puerto Evo Morales que está ligada à cidade acreana de Plácido de Castro, por meio de uma ponte sob o Igarapé Rapirrã, possibilita “a ocorrência de inúmeros casos de tráfico de automóveis, em geral roubados ou furtados em solo brasileiro, que são direcionados às cidades bolivianas a fim da venda por um preço abaixo do mercado.” Portanto, diferentemente do que diz Moura e Cardoso (2016) a fronteira *nem sempre* significa separação, demarcação e obstáculo.

O Acre possui uma relação de proximidade com os países com que faz fronteira. Por isso, é comum encontrar brasileiros na cidade de Cobija, seja fazendo compras, seja trabalhando ou morando. Essa relação de Cobija com os acreanos está além da zona de livre comércio, vale destacar também que muitos acreanos procuram a cidade para cursar medicina, visto a dificuldade de conseguir uma vaga na Universidade Federal do Acre que possui uma nota de corte muito alta em comparação aos demais cursos de graduação e pelo alto custo da mensalidade em faculdades particulares na capital acreana.

No caso das cidades gêmeas estudadas, elas são marcadas por suas relações de trocas, principalmente entre as populações transfronteiriças (Silva, 2016b). Desta maneira, podemos entender que se ocorre trocas populacionais, ocorre também trocas e venda da força de trabalho levando em conta que as cidades estão interligadas por meio de pontes que é visto como um mecanismo de integração para o comércio bilateral, superando as barreiras naturais delimitadas pelos rios.

Alguns autores quando discutem sobre a mobilidade do trabalho relatam que o sentimento de volta ao lugar de origem perde o sentido através do estabelecimento no novo país, porém se tratando de uma área conurbada, abre a possibilidade de retorno ao final do dia, porém cada caso tem suas particularidades.

As discussões sobre migração, não como via de regra, em sua maioria partem das disparidades financeiras e socioeconômicas entre os países, nos quais alguns apresentam condições melhores e mais favoráveis para a sobrevivência da população. Singer (1998), destaca que essas condições criam fatores que podem ser caracterizados como atrativos e repulsivos para a atração de novas pessoas ou expulsão dos habitantes da cidade.

Bauman (2017) faz destaque aos que ele chama de migrantes econômicos, que são aqueles que buscam melhores condições de vida em decorrência da extrema desigualdade de renda existente entre os países ricos e pobres. Complementa falando que esse fluxo somente vai se estancar, quando as condições de vida nos países fossem semelhantes, mas reconhece que essa mudança não acontecerá muito cedo.

Spósito (2000) relata em sua obra que a origem da cidade está diretamente ligada às relações sociais complexamente organizadas com a divisão do trabalho por meio da criação de instituições sociais, relação de dominação/exploração e da sociedade de classes. As relações políticas e sociais explicam o urbano, no qual a cidade é tida como a centralização do poder.

Logo, é possível observar que a urbanização é intensificada com forte influência dos fatores de atração, em que o desenvolvimento com base na sociedade capitalista em que sobrevivemos proporciona “uma economia fechada debilmente na produção para subsistência e em uma economia baseada na produção e fornecimento de matéria-prima destinada aos grandes centros e à indústria nacional” (Cardoso, 2022, p. 19), ocorre ainda o aumento do oferecimento de trabalhos precarizados, mas que ainda assim atraem os migrantes pela alta disponibilidade de vagas fazendo com que a lógica do capital se materialize visando somente o lucro.

Diante do exposto, o estudo teve por objetivo geral investigar como é a relação de trabalho, renda e ocupação de brasileiros dos municípios de Brasiléia e Epitaciolândia (Acre) que trabalham na cidade de Cobija, Pando - Bolívia. Relacionar-se-á também com os fatores que contribuem para a saída do Acre e de Cobija para buscar em território boliviano e brasileiro uma nova forma de conseguir

trabalho para o migrante de forma fixa ou temporária, ou seja, identificar a mobilidade de acreanos e bolivianos que ocorre na fronteira citada.

Os objetivos específicos têm por finalidade entender a dinâmica fronteiriça do Estado do Acre com o Departamento de Pando através das cidades gêmeas Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija; Identificar o tipo de migração que ocorre na fronteira citada e se ela ocorre de ambos “os lados” (acreanos e bolivianos), bem como, compreender a discussão teórica da mobilidade do trabalho, plasticidade do trabalho e os fatores repulsivos e atrativos que contribuem para a sua realização; e analisar as relações de trabalho na sociedade contemporânea por meio dos trabalhadores acreanos/bolivianos que atuam nas cidades gêmeas.

Portanto, é interessante que estudemos os fatores econômicos, sociais e geográficos que impulsionam a mobilidade migratória, para isso partiremos da identificação dos fatores repulsivos e atrativos que proporcionam e impulsionam os acreanos e bolivianos a buscarem trabalho além do limite internacional de seu país. Porém é interessante e indispensável saber como esses imigrantes sobrevivem no país vizinho e quais são as condições de trabalho encontradas.

As questões que orientam o estudo parte da problematização sobre qual o tipo de migração que ocorre nesta fronteira entre Brasil e Bolívia, se atualmente os acreanos das cidades de Brasiléia e Epitaciolândia estão realizando uma migração a trabalho para a cidade de Cobija, no departamento de Pando na Bolívia e, da mesma maneira, se os bolivianos estão fazendo o mesmo nas cidades de Brasiléia e Epitaciolândia? Portanto, quais tipos de migração está ocorrendo? É uma migração fixa ou temporária? E será que mesmo acontece com os bolivianos para as cidades de Brasiléia e Epitaciolândia? Ou seja, há a presença de bolivianos realizando a migração em busca de trabalho nas referidas cidades?

Nosso estudo parte da hipótese da relação socioeconômica de que Cobija influencia grandemente no fator atrativo aos trabalhadores acreanos, pois devido sua posição de Zona Franca boliviana, cria-se uma procura por produtos com preços abaixo do que os encontrados em solo acreano, logo, com a grande procura, aumenta-se a demanda por trabalhadores para a venda dos produtos. Dessa maneira, juntam-se as necessidades, já que os donos das lojas precisam de trabalhadores para atender as demandas dos clientes e os acreanos precisam de trabalho para sobreviver. Do mesmo modo, identificamos através de entrevistas o

tipo de trabalho realizado pelos trabalhadores bolivianos nas cidades acreanas citadas.

Esta pesquisa foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas e revisão teórica de livros, teses, dissertações, artigos de revistas, que abordam o tema sobre o conceito de trabalho, mobilidade/migração e cidades gêmeas. A busca pelas bibliografias foi realizada na biblioteca física da Universidade Federal do Acre, em minha biblioteca pessoal e do orientador, bem como em banco de teses e dissertações online. Ocorreram também buscas bibliográficas em meio virtual como auxílio da internet para consultas em *sites*, como por exemplo governamentais, institucionais, informativos e de revistas científicas, todos devidamente indicados nas referências.

Na produção dessa dissertação foram consultados os *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE), Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Parlamento Andino, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), *sites* de Universidades e Institutos Federais para obtenção pesquisas acadêmicas, dissertações e teses, e em endereços eletrônicos de jornais e revistas que disponibilizam artigos que abordam o tema da pesquisa e assim poder realizar comparações analíticas.

Para a análise dos dados coletados, eles foram submetidos a comparação das respostas, sendo necessário alguns instrumentos e elementos para a análise. Dentre os materiais utilizados destacam-se caderno de anotações, livros, revistas e artigos disponibilizados na *Internet*, câmera fotográfica e gravador de voz. Como base instrumental foram utilizados formulários e questionários para entrevistas, *softwares* (Google Earth Pro/Quantum Gis) para representação da área de estudo e navegadores para pesquisas on-line.

A pesquisa inicia com a delimitação da área de estudo Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija (BEC) e delimitação do recorte temporal atual. As leituras foram realizadas para auxiliar na compreensão do fenômeno estudado, como elemento essencial representação do cenário atual vivido tornou-se indispensável o trabalho de campo para uma maior proximidade com o objeto de estudo que são os trabalhadores migrantes e para buscar com o trabalho estabelecer algumas observações e análises acerca dos objetivos propostos.

Para o desenvolvimento da pesquisa verificou-se a importância do entendimento sobre a metodologia científica, que compreende um conjunto de procedimentos sistemáticos e racionais que ajudam a garantir a qualidade e a confiabilidade dos resultados de uma pesquisa. De uma forma geral, ela ajuda a definir o problema de pesquisa, a coletar e analisar dados de forma objetiva e a tirar conclusões baseadas em evidências. Ao seguir os princípios da metodologia científica, é possível minimizar erros e vieses, aumentar a precisão dos resultados e garantir que a pesquisa seja realizada de forma ética e responsável através do conhecimento científico.

Marconi e Lakatos (2003) estabelecem algumas etapas para uma boa pesquisa, que incluem: 1. Definição do problema de pesquisa; 2. Revisão da literatura existente sobre o tema; 3. Formulação de hipóteses ou questões de pesquisa; 4. Definição da metodologia a ser utilizada; 5. Coleta de dados; 6. Análise dos dados coletados; 7. Interpretação dos resultados; 8. Redação do relatório final. Esses passos são importantes para garantir que a pesquisa seja realizada de forma sistemática, objetiva e confiável, e que os resultados obtidos sejam relevantes e úteis para a comunidade científica e para a sociedade em geral.

As pesquisas científicas seguem algumas abordagens, de acordo com o objetivo que se pretende alcançar, no caso desta pesquisa serão utilizadas duas abordagens: a qualitativa e a quantitativa.

A abordagem qualitativa é amplamente utilizada nas ciências humanas porque permite uma compreensão mais profunda e detalhada dos fenômenos sociais e humanos. A pesquisa qualitativa se concentra na compreensão dos fenômenos sociais e humanos, buscando explorar e descrever a complexidade e a subjetividade desses fenômenos (Assis; Monteiro, 2023). Para tanto, utiliza técnicas como entrevistas, observação participante e análise da literatura para a coleta de dados, que são analisados de forma interpretativa e descritiva. Os métodos qualitativos são particularmente úteis para estudar questões complexas como relações sociais, práticas culturais e experiências subjetivas individuais.

Porém o trabalho de campo não deve ser confundido com a simples coleta de dados, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado. É importante estabelecer limites no tempo e no espaço, pois se torna impossível conhecer e analisar dados

referentes a um período muito longo ou área muito extensa (Marconi; Lakatos, 2003).

Enquanto isso a abordagem quantitativa, grosso modo, caracteriza-se como um tipo de pesquisa empírica que tem como principal finalidade o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2003), esse tipo de pesquisa utiliza métodos formais que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. A pesquisa quantitativa emprega artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas. Utiliza várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários e emprega procedimentos de amostragem.

Diante disso, a pesquisa está dividida em três capítulos, além desta introdução e considerações finais: o primeiro capítulo discute a mobilidade/migração dos trabalhadores das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija (BEC) e a sua relação com o capitalismo contemporâneo. O segundo capítulo aborda a questão do trabalho na sociedade em que vivemos desde os conceitos, a reestruturação produtiva, a informalidade até as perdas de direitos. O terceiro capítulo apresenta a relação econômica internacional e a mobilidade dos trabalhadores migrantes das cidades gêmeas BEC.

2 CAPÍTULO 1 - A DINÂMICA MIGRATÓRIA NA FRONTEIRA INTERNACIONAL DO ESTADO DO ACRE

No presente capítulo buscamos discutir sobre a migração e como ela se tornou um fator determinante para a dinâmica na fronteira internacional do Estado do Acre. Para isto iniciaremos com uma introdução sobre a ocupação da região amazônica; em seguida, discutiremos sobre a produção do espaço acreano e a dinâmica fronteiriça no contexto da formação do território acreano contemporâneo; e para finalizar o capítulo discorreremos sobre as cidades gêmeas de Brasiléia, Epiaciolândia e Cobija.

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO NO PROCESSO DE “OCUPAÇÃO” DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia internacional, de acordo com Porto-Gonçalves (2015, p. 64), é conhecida pelos seus “8 milhões de km² (cerca de 92,3 vezes a área de Portugal)” de uma extensa floresta tropical que compreende países como o Suriname, Guiana, Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil . A Amazônia brasileira possui cerca de 4.210.931 km² o que corresponde a 49,5% do território brasileiro (IBGE, 2024). A sua formação teve origem a aproximadamente 70 milhões de anos com o soerguimento da Cordilheira dos Andes (100-70 milhões de anos) que interrompeu o fluxo das águas entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico constituindo a Bacia Sedimentar Amazônica (Porto-Gonçalves, 2015).

A história da Amazônia brasileira não se inicia com a chegada do europeu, em verdade, ela foi ocupada por diferentes povos originários que evoluíram e se adaptaram juntamente com o espaço habitado.

São importantes as descobertas recentes feitas pela arqueóloga Ana Roosevelt no município de Monte Alegre, no Pará, na localidade de Pedra Lascada, com inscrições rupestres datadas de 11.200 anos. Também no Alto Xingu e no município de Manacapuru, a 30 km de Manaus, houve descoberta das chamadas ‘terras pretas de índios’ na área dos índios Cuicuro. Aqui já nos colocamos num outro tempo, o arqueológico. Essas novas informações revolucionam as teses a respeito da ocupação da Amazônia, antes avaliada em 3.000 anos, como também ao identificar cerâmicas nos indicam um nível de desenvolvimento tecnológico dos povos que ali habitavam até então ignorado. Esses povos foram os primeiros colonizadores da região e

são de uma diversidade extrema. Ainda hoje cerca de 180 línguas são faladas na Amazônia, um dos maiores patrimônios culturais do Brasil e da humanidade (Porto-Gonçalves, 2015, p. 69-70).

Portanto, em 1616 quando o Forte do Presépio foi criado na época da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), segundo Tavares (2011), a população indígena já estava presente na região. A partir deste momento, inicia-se a ocupação de militares portugueses pelo entorno do Rio Amazonas e por toda a região que hoje é território brasileiro com exceção do atual Estado do Acre. As fortificações partem da tentativa de impedir as invasões holandesas, francesas e inglesas (Tavares, 2011). Porto-Gonçalves (2015, p. 77) enfatiza que “de lá para cá, houve uma disputa generalizada por territórios que, na Amazônia, sempre se fez através de dominação/alianças com comunidades indígenas”.

No século XVIII o domínio do território amazônico passou a ser difundido pelas missões religiosas, em que “a dos jesuítas foi a mais poderosa, pois a ela foi entregue a grande parte do poder de gestão da mão-de-obra (escrava) indígena” (Tavares, 2011, p. 110). Essas missões para além do caráter religioso, tinham por objetivo o viés geopolítico e econômico com expedições para a *destribalização* dos povos indígenas. Essa violência acabou por obrigar os indígenas a procurar abrigo nos altos cursos dos rios, pois “os mesmos se viram entre os negros escravizados que também buscaram as áreas de acesso mais difícil, inclusive na floresta” (Porto-Gonçalves, 2015, p. 78), formando comunidades quilombolas.

Ainda no século XVIII, com a política pombalina as missões e aldeias foram transformadas em vilas e os seus nomes indígenas foram substituídos por nome de cidades portuguesas a mando de Mendonça Furtado. Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, ficou responsável pelas reformas no governo colonial que configurou uma nova forma de controle do território baseado na intensificação do tráfico da população africana (até o século XIX), nas fortificações, no povoamento a partir de núcleos, em unidades administrativas e no conhecimento geográfico territorial (Machado, 1989, *apud* Tavares, 2011).

O século XIX, de acordo com os escritos de Tavares (2011), ficou marcado pelo período áureo da economia da borracha para, inicialmente, Belém e Manaus logo em seguida. A Belém como centro comercial, em 1870, já contava com duas linhas de ligação até o porto de Liverpool com barcos a vapor, iniciava-se

também o processo de embelezamento urbano com influência de cidades europeias. Este processo era

[...] caracterizado por medidas higienizadoras e por medidas de controle social, tais como: instalação de asilos, hospícios, leprosários e cemitérios na periferia da cidade; implantação de infraestrutura urbana, como: ajardinamento, linha de bondes, telefones, energia elétrica, rede de esgoto, abertura de vias largas, novos bairros e a construção do Teatro da Paz (rugosidade espacial deste período). A população da capital e do estado cresce três vezes mais em um período de poucos mais de quatro décadas (1872/1910) (Tavares, 2011, p. 115).

Manaus a essa época era apenas uma vila com poucos habitantes, somente no final do século XIX (Tavares, 2011) que passou a ter maior importância econômica e política, e por conseguinte recebeu transformações socioespaciais semelhantes às de Belém. Conforme Maria Tavares (2011), a região amazônica não teve um desenvolvimento regional igual devido ao sistema extrativo utilizado para concentrar a riqueza da borracha na mão da minoria seringalista e burguesa.

Desta maneira, o próximo tópico pretende relacionar a criação do território acreano a partir da exploração da borracha e relatar a forma como os migrantes nordestinos tentavam sobreviver em meio a floresta amazônica.

2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO ACREANO E A DINÂMICA FRONTEIRIÇA

Quando observamos o espaço produzido em que se insere o atual Estado do Acre, não podemos deixar de destacar que em seu processo de formação o avanço do capitalismo que contribuiu majoritariamente para a “ocupação” e exploração desta porção da Amazônia Sul-Occidental, destacando as relações de produção e trabalho do século XIX. A então porção mencionada não estava desocupada, é importante frisar que antes das expedições exploratórias, as terras eram ocupadas pelos povos indígenas sendo eles os primeiros habitantes da região¹.

Com a Revolução Industrial, o desenvolvimento tecnológico e a consolidação do capitalismo, cria-se a necessidade do uso da borracha natural para

¹ A discussão sobre a ocupação indígena na Amazônia Sul-Occidental, principalmente no Acre, está presente no livro de Neto *et al.*, 2002 “Povos do Acre: história indígena da Amazônia ocidental”.

abastecer o “mercado internacional em face ao avanço da indústria pneumática e automotiva na Inglaterra e nos EUA” (Silva, 2003, p. 100). Gonçalves (2001) *apud* Silva (2008) destaca que a então matéria prima extraída do látex da seringueira já era conhecida pelos povos nativos da Amazônia, porém, seu uso e exploração não era em grande escala e sem organização empresarial, pois ocorriam em locais denominados de “seringais caboclos”.

Portanto, para Silva (2003) a exploração do látex haveria de ser organizada e realizada por mão de obra não indígena, a exploração deveria atender a demanda solicitada pelo mercado internacional. Para isso, a transferência de trabalhadores nordestinos para esta região amazônica possibilitou a instalação da empresa extrativista. A empresa instalada, ainda que diferente da forma de reprodução capitalista recente, possuía a mesma base filosófica, na qual o único bem que o trabalhador deveria possuir era a sua força de trabalho, pois ele não é proprietário dos meios de produção, então o trabalhador somente “venderia” a sua capacidade de trabalhar ao patrão.

Semelhante ao espaço amazônico, o espaço acreano traz marcas de expropriação, exploração, escravização e conflitos. A seguir tentaremos caracterizar como ocorreu a forma de ocupação desta unidade federativa pelos seringalistas e migrantes nordestinos. No espaço acreano o trabalho também fez papel mediador entre a natureza e o ser humano, mesmo antes da presença da chegada dos migrantes nordestinos. Iglesias (2008) relata em sua tese que as expedições exploratórias de estudiosos - a exemplo o engenheiro inglês William Chandless (1867) no Rio Purus e outras realizadas por demais exploradores - para identificação das áreas ricas em seringueiras no alto rio Juruá e em seus afluentes, com frequência, encontravam enormes e diversificados roçados plantados próximos às malocas indígenas.

Encontradas as áreas com a presença da *hevea brasiliensis*, que possui alto potencial produtivo, inicia-se o processo de exploração voltado para a mobilidade do trabalho e do capital baseado no quase extermínio das populações nativas e na apropriação de terras que não eram do território brasileiro por meio da implantação de seringais. Conforme Iglesias (2008), a mão de obra utilizada para povoar e garantir a extração do látex se deu através da importação de nordestinos, oriundos principalmente do Ceará e alguns tantos oriundos de outros estados como

Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí, geralmente originários de regiões marcadas por períodos de intensas seca.

A principal razão para esses movimentos migratórios, no caso do homem, é econômica, em que as pessoas deixavam seu local de origem em busca de melhores condições de sobrevivência e de vida. Singer (1998), através de sua pesquisa, aponta que as características da migração ao longo da história são resultadas do processo de modernização constituído em uma economia capitalista. E dessa maneira, trata-se de um processo social em conjunto e não particularmente individual, em que quase sempre os motivos que levam as pessoas a migrarem são decorrentes da procura por melhores condições de vida e trabalho, evidenciando que as causas econômicas são fatores impulsionantes na realização da migração.

O processo de abertura dos seringais data à última década do século XIX, assim como é relatado por Iglesias (2008, p. 32):

A abertura de seringais no alto curso do Juruá e seus afluentes, até a foz do rio Breu, ponto a partir do qual a '*hevea brasiliensis*' (a 'seringa real') se torna rara (Mendonça, 1989: 74; Tastevin, 1920; Almeida, 2004: 36), foi concluída em meados da década de 1890, quase dez anos antes, portanto, da criação do Território Federal do Acre, em 1903, e da fundação de Cruzeiro do Sul, capital do Departamento do Alto Juruá, em 1904.

As condições dos migrantes nordestinos em seus locais de origem somado aos interesses do então governo brasileiro em povoar a Amazônia contribuíram para a concretização dos planos das casas aviadoras de Belém e Manaus em abastecer o mercado internacional e concentrar toda a riqueza proveniente do extrativismo. Com o dever de promover a retirada dos indígenas dos seringais, os patrões e seringalistas promoviam verdadeiras caçadas armadas chamadas de "correrias" para destruição das malocas e dispersão da população indígena para longe dos seringais, o que resultou em um massacre, na captura de mulheres e crianças, ocorrendo ainda o deslocamento das comunidades para as cabeceiras dos rios e seus afluentes, a justificativa para tamanha crueldade era que eles "concebiam os índios como "selvagens", "feras" ("animais") e "pagãos" (ou "infieis")" (Iglesias, 2008, p. 09).

Conforme os indígenas eram dispersos e assassinados, o caminho ficava livre para a extração do látex e a "produção da borracha em larga escala" (Silva,

2003, p. 101-102). As relações comerciais na empresa extrativista eram baseadas sob o sistema de aviamento², no qual as casas aviadoras de Manaus e Belém recebiam créditos para que pudessem oferecer mercadorias aos seringalistas (patrão), contando que ao final de cada safra ele entregasse a borracha produzida pelos seringueiros (fregueses) (Silva, 2003; Iglesias, 2008).

Nos seringais, considerando os escritos de Silva (2003) e Iglesias (2008), o patrão realizava o repasse das mercadorias para os fregueses, estabelecendo uma relação de exclusividade entre os dois, seja pelo convencimento da palavra ou de práticas violentas contra os seringueiros.

Dito isto, Iglesias (2008) faz um exposto sobre essa relação entre os seringalistas e os seringueiros:

Desde a implantação da empresa seringalista, as relações entre patrão e fregueses estiveram balizadas pelos 'regulamentos', normas não escritas que estabeleciam um conjunto recíproco de responsabilidades e obrigações. Os regulamentos estipulavam que cabia ao patrão disponibilizar uma colocação com estradas de seringa já abertas, fornecer ao freguês as mercadorias necessárias ao seu consumo, prestar 'assistência' em tempos de doenças e pagar os saldos obtidos ao término da safra. Em contrapartida, eram atribuições do 'freguês' dedicar-se à produção de borracha para quitar suas dívidas, respeitar a exclusividade comercial do patrão, entregando sua produção e comprando mercadorias unicamente no barracão, pagar a 'renda' das estradas de seringa, não deixar o seringal enquanto tivesse débitos em aberto e zelar, sob pena de multas, pela conservação das árvores de seringa (Cunha, 1976: 109-112; Tastevin, 1920: 143 *apud* Iglesias, 2008, p. 44).

Esta situação causava um endividamento permanente aos seringueiros com a venda de mercadorias com preços elevados, preço baixo pago pela borracha e longos períodos de doença dos seringueiros que ainda estavam se adaptando ao clima amazônico.

Alguns autores estimam que não menos de meio milhão de nordestinos sucumbiu às epidemias, ao impaludismo, à tuberculose ou ao beribéri na época do apogeu da borracha. 'Este sinistro ossário

² Esse sistema ditava as relações comerciais na empresa extrativista, em que as casas aviadoras de Manaus e Belém recebiam créditos para que pudessem oferecer mercadorias aos seringalistas (patrão), contando o que ao final de cada safra, o mesmo entregasse a borracha produzida pelos seringueiros (fregueses). O patrão realizava o repasse das mercadorias para os fregueses de maneira em que o trabalhador sempre ficava com dívidas impossíveis de serem quitadas, estabelecendo assim uma relação de dependência, seja pelo convencimento da palavra ou de práticas violentas contra os seringueiros.

foi o preço da indústria da borracha'. Sem nenhuma reserva de vitaminas, os trabalhadores das terras secas empreendiam a longa viagem para a floresta úmida. Ali os aguardava, nos pantanosos seringais, a febre. Iam amontoados nos porões dos barcos, em tais condições que muitos sucumbiam antes de chegar; antecipavam assim seus próximos destinos. Outros, nem sequer conseguiam embarcar. Em 1878, dos 800 mil habitantes do Ceará, 120 mil seguiram rumo ao Amazonas, mas só chegou menos da metade; os restantes foram caindo, abatidos pela fome ou pelas doenças, nos caminhos do sertão ou nos subúrbios de Fortaleza. Um ano antes, começava uma das sete piores secas de quantas açoítaram o Nordeste durante o século passado (Galeano, 2012, p. 86).

O seringalista detinha todo o poder sobre os seringueiros, até de sua alimentação, quando torna proibida o cultivo de roçados pelos seringueiros tornando mais intensiva a utilização da força de trabalho deles (Iglesias, 2008) e garantindo que os mesmo seriam eternamente devedores dos barracões com a compra de alimentos, que em geral se tratavam de comidas enlatadas, popularmente conhecidas como "conserva". Somente com as crises da borracha no início do século XX, os seringueiros puderam desenvolver práticas de agricultura e criação de algumas cabeças de gado e a coleta da castanha acontecia de maneira tímida, pois se dava em período chuvoso que impedia a extração do látex (Silva, 2003).

Iglesias também faz referência às observações realizadas por Euclides da Cunha sobre os seringais estabelecidos no rio Purus:

[...] em 1905 levaram-no a afirmar que estava ali configurada 'a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo', e que o seringueiro era 'o homem que trabalha para escravizar-se' (Cunha, 1976: 109; 131). São copiosas na historiografia e nos textos de viajantes e cronistas, por outro lado, as menções à truculência dos patrões durante as primeiras décadas de funcionamento da empresa seringalista, resultando em freqüentes arbitrariedades, atos de violência, castigos físicos, assassinatos encomendados e crimes sem punição (Iglesias, 2008, p. 45).

Cardoso (2022) destaca que a dívida também pode ser considerada um motivo para a permanência dos migrantes, pois alguns chegam com endividamentos e são, portanto, obrigados a trabalhar para pagar a viagem. Desta forma, as desigualdades sociais emergem ou aumentam à medida que as decisões e o planejamento feitos a nível local priorizam as necessidades do modelo capitalista.

O migrante nordestino já chegava nos seringais devendo, as dívidas de sua viagem eram assumidas pelo seringalista e, posteriormente, seriam descontadas

da sua produção de borracha (Silva, 2003). Em conformidade, Galeano (2012) ressalta a situação dos nordestinos que foram para a região amazônica em busca de melhores condições de sobrevivência, alguns com a ilusão de voltar a sua terra natal.

Em 1888 foi abolida a escravidão no Brasil. Mas não foi abolido o latifúndio e no mesmo ano escrevia uma testemunha do Ceará: 'O mercado de gado humano esteve aberto enquanto durou a fome, pois compradores nunca faltaram. Raro era o vapor que não conduzia grande número de cearenses'. Meio milhão de nordestinos emigraram para a Amazônia até o fim do século, atraídos pela ilusão da borracha. Mas o êxodo continuou, impulsionado pelas periódicas secas que assolavam o sertão e pelas sucessivas ondas de expansão dos latifúndios açucareiros na zona da mata. Em 1900, 40 mil vítimas da seca abandonaram o Ceará. Tomaram o caminho que na época era o habitual: a rota do norte para a floresta (Galeano, 2012, p. 84).

Esses trabalhadores migrantes não recebiam regularmente e tão pouco eram assalariados, sendo assim escravizados pelas dívidas através das relações de trabalho compulsório (Silva, 2003).

Galeano (2012, p. 86) em seus escritos discorre sobre a relação de trabalho dentro dos seringais amazônicos destaca que:

Havia um acordo entre empresários para não dar trabalho a quem tivesse dívidas pendentes; os guardas rurais, postados nas margens dos rios, disparavam contra os fugitivos. Dívidas se somavam às dívidas. À dívida original, pelo transporte do trabalhador desde o Nordeste, agregava-se a dívida pelos instrumentos de trabalho, facão, faca, baldes, e como o trabalhador comia, e sobretudo bebia, pois no seringal nunca faltava a aguardente, quanto mais antigo ele fosse, maior era a dívida que acumulava. Analfabetos, os nordestinos eram vítimas indefesas dos passes de mágica da contabilidade dos administradores.

Ainda assim, Iglesias (2008) explica que existiam duas formas de comercialização da borracha, uma que denomina como "regime de troco" na qual o seringueiro freguês entregava a sua produção diretamente ao patrão, a fim de pagar suas dívidas e obter saldo no barracão. A outra maneira, "por sua conta em risco", seria o seringueiro enviar sua produção embarcada diretamente para as casas aviadoras de Belém e Manaus e o valor vigente recebido diretamente das casas fosse creditado em sua conta no barracão.

Mesmo endividados, alguns poucos seringueiros conseguiam obter saldo em suas produções. Esses acabaram se estabelecendo como proprietários de pequenos seringais, outros retornaram ao seu estado natal definitivamente ou para recrutar familiares para os seringais. De acordo com Iglesias (2008, p. 59),

Havia seringueiros que trouxeram suas esposas e filhos; outros, apesar do grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres, lograram constituir famílias após chegarem. Nestes casos, caso obtivessem autorização dos patrões, tinham maiores condições de cultivar pequenos roçados, produzir farinha, criar animais e, caso tivessem família mais numerosa, dispor de sua mão de obra no corte da seringa, na agricultura e na pesca, possibilitando uma diminuição nas compras no barracão.

Apesar de sua condição de explorado pelo patrão, com a crise da borracha, o seringueiro com o trabalho familiar se torna *posseiro* “detentor de seus meios de produção e de posse de sua terra de trabalho” (Silva, 2008, p. 139). Assim, mesmo estando submisso ao patrão, o seringueiro em sua unidade produtiva e moradia detinha certa autonomia criando, o que foi destacado por Iglesias (2008), o campesinato florestal.

A borracha continuaria a ser produzida pelos seringueiros em suas colocações, mas como uma atividade dentre outras. Aqueles que optaram por permanecer nas colocações, ao invés de continuarem especializados na extração da seringa, a ela dedicando a maior parte do ano para a obtenção de um produto que permitisse comprar suas necessidades no barracão, passaram a fazer uso mais diversificado dos recursos naturais. Esse ‘campesinato florestal’ (Almeida, 1992) redefiniria a matriz temporal antes imposta pelo corte da seringa e pelo patrão, passando a dedicar maior número de dias à agricultura, na terra firme e nas praias, às caçadas, à pesca e à coleta de produtos florestais, combinando, de acordo com as épocas do ano e a composição de seus grupos domésticos, estratégias produtivas para a obtenção de bens tanto para a subsistência como para a comercialização (Almeida, 1992 *apud* Iglesias, 2008, p. 98).

Então, os seringueiros passam a suprir também as necessidades familiares e não apenas as do patrão. A crise da borracha causada pela concorrência dos seringais asiáticos nas primeiras décadas do século XX, permitiu que os seringueiros “abrissem colocações em áreas de mais fácil acesso, próximas dos rios - “na margem”, ou de áreas urbanas” (Silva, 2003, p. 107). O que

posteriormente proporcionou o estabelecimento de algumas cidades acreanas na fronteira internacional do Acre.

Iglesias (2008) relata que

Apesar da maior dificuldade, devido aos baixos preços da borracha, de adquirir as mercadorias, ferramentas e outras "necessidades" e do esforço requerido para a realização de um maior número de tarefas, apontadas acima por Tastevin, melhorias na qualidade de vida de parte dos seringueiros também decorreram dessa nova situação, na forma de uma alimentação mais variada e rica, que incluía gêneros agrícolas frescos, mais caças e peixe, na diminuição do trabalho de até seis dias por semana, antes empenhado na produção da borracha (que além do corte, exigia a coleta de cocos e a defumação das pelias) e de uma maior autonomia face aos patrões. No caso dos seringais situados nas cabeceiras dos rios, devido à sua maior produtividade, os seringueiros, apesar do menor número de dias dedicados ao corte, e apesar da 'carestia' e da alta nos preços das mercadorias, conseguiram continuar comprando bens que não podiam faltar, dentre eles, o sal e a munição, mesmo durante os piores anos da crise (Almeida, 1992 *apud* Iglesias, 2008, p. 100).

Com a necessidade de se fazer atividades produtivas diferentes com o objetivo de subsistência e de comercialização, criara-se um incentivo à constituição de novos agrupamentos familiares. Fugindo da ilusão criada pela maioria dos seringueiros de "enricar" acumulando os saldos das produções entregues aos patrões e retornar aos seus locais de origem, inclusive para "casar, no período de crise a possibilidade de permanecer nos seringais e gozar de melhores condições de vida passou a depender da mão de obra também diversificada que o grupo familiar, de preferência numeroso, poderia tornar possível" (Almeida, 1992: 40; Wolff, 1999: 113-17) *apud* Iglesias (2008, p. 101). Portanto, os momentos de crises, possibilitaram e influenciaram "as formas espaciais de produção familiar agrícola." (Silva, 2003, p. 108). Neste contexto, os seringueiros deveriam escolher entre migrar para as cidades ou produzir por sua conta nos seringais.

Portanto, os nordestinos passam por várias adaptações ao longo da sua instalação ao território acreano, transforma-se de bravos à mansos, de fregueses à patrões, de seringueiros à posseiros, de posseiros à proprietários e assim consolidam-se na terra que antes era local de sua escravização e agora é lugar da produção familiar e resistência camponesa. De acordo com o que foi citado no início, o nordestino estranho modificou o espaço e ao mesmo tempo se modificou para conseguir sobreviver.

Desta maneira, podemos compreender como ocorreu a forma de ocupação das terras que hoje são conhecidas como território brasileiro e que compreendem o atual Estado fronteiriço do Acre. A lógica capitalista esteve presente neste processo de produção do espaço acreano, ainda que diferente do que é visto hoje nas sociedades capitalistas, a implementação da empresa extrativista visava os lucros para alguns em primeiro lugar, lucro a partir da expropriação e exploração de outros.

Visto a resistência dos indígenas que não compactuavam com essa forma de exploração e expropriação de suas terras, criava-se a solução da falta de mão de obra com a chegada dos nordestinos na região amazônica. Estes que foram iludidos com a falácia de poder trabalhar em um local onde poderiam enriquecer de forma rápida com a vantagem de fugir da seca e depois poder voltar para sua terra natal.

Entende-se que os migrantes nordestinos, somente foram explorados e tratados como objeto de trabalho, trabalho este com razão considerado escravo, em que todo o tempo de vida dos trabalhadores deveria ser dedicado à produção do bem precioso para o luxo das casas aviadoras de Belém e Manaus, a borracha. Porém, abre-se uma “brecha” de alívio quando ocorrem as crises da borracha, os que não voltam para o Nordeste, têm a possibilidade de poder melhorar minimamente sua qualidade de vida com o cultivo de subsistência e a criação de gado.

E assim, o espaço acreano consolidado entre 1880 até meados da década de 1940, é visível que sem a mão de obra dos migrantes nordestinos a história poderia ser diferente. O nordestino passa de bravo na mata para manso no campo, torna-se acreano e mesmo sem a possibilidade de escolher, cria o espaço que vivemos hoje. A próxima seção irá discutir sobre as cidades dos municípios acreanos de Brasiléia e Epitaciolândia que juntamente com Cobija (Pando-Bolívia) formam umas das cidades gêmeas do Acre.

2.3 BREVE EXPOSTO SOBRE LIMITES, FRONTEIRA E DINÂMICA FRONTEIRIÇA

De acordo com Steiman (2002, p. 10) os limites, estabelecidos pelos filósofos ilustrados, eram representados pelas barreiras naturais como rios e montanhas com a finalidade de defesa, levando em consideração a lei da natureza como a lógica para a divisão territorial. Somente no século XIX que surge na Alemanha o conceito de fronteira baseado no princípio da nacionalidade, que defende “a unidade territorial do estado e a lógica que preside o estabelecimento de seus limites em função de uma língua e cultura comum”. Assim, o que conhecemos hoje como limite internacional, na verdade foi estabelecido como conceito associado ao Estado territorial com finalidade de delimitação de espaços e controle de território, sendo uma linha abstrata geográfica (Machado, 2006).

De modo geral, os limites criam a ordem, seu papel simbólico de separação do diferente, tornou-se importante não apenas para os governos, as populações quase sempre estão apegadas às ideologias nacionalistas de “nós” e os “outros” (Machado, 2006), como se essas ideologias fossem o novo limite “natural” das fronteiras, o limite que separa “nós” daqueles que são diferentes dos meus.

Assim, surge a fronteira internacional como uma área indefinida, uma zona que percorre o limite internacional e se aproxima da região geográfica, a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, no sentido econômico, é o movimento “civilizador do espaço” com a implantação dos aspectos econômicos, culturais e sociais - “frente pioneira”; como fronteira demográfica compreende o movimento de formação do “sertão” ou fronteira de Turner - “frente de expansão” (Martins, 1982 *apud* Farias; Silva, 2014).

Em grande parte das situações, as cidades fronteiriças se articulam através de uma rede urbana, de forma que uma acaba complementando a outra. Por suposto, elas “constituem um tipo de fronteira flexível, já que os seus limites territoriais foram estabelecidos através de negociações políticas” (Guerra, 2009, p. 19). Além de sua concepção política de separação de países, a fronteira expressa ainda uma dinâmica populacional com forte influência nos valores demográficos e, também, referido como o lugar proveniente de mudanças socioespaciais de caráter econômico formando zonas de fronteira.

[...] as cidades gêmeas formam subespaços estruturados dentro da faixa de fronteira, onde se realizam preferencialmente os fluxos transfronteiriços. Estão longe da imagem de estagnação que lhes é constantemente atribuída e estão inseridas em múltiplas redes que ampliam sua capacidade relacional. Exercida ainda tacitamente, através de acordos locais e regionais, e dinamizada por inúmeros fluxos que atravessam a fronteira, a cooperação já é um cenário real na fronteira norte. Sua institucionalização, através da iniciativa local e da criação de mecanismos administrativos e legais, poderá incrementar a sua ocorrência e gerar alternativas econômicas para as comunidades fronteiriças envolvidas (Steiman, 2002, p. 02).

Assim a fronteira pode ser entendida como “o traço definidor de poderes territorialmente instituídos, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados, mas, também é uma zona de interação, pois relações com os povos vizinhos é parte constitutiva da vida regional” (Manchinery; Morais, 2011, p. 02).

As zonas de fronteira são caracterizadas pelas relações entre os países, estas também podem ser entendidas como relações transfronteiriças. Diante disso, Rocha e Ferrari (2020) destacam que as relações transfronteiriças são compostas pela

[...] articulação de redes ou fluxos de qualquer natureza, mas que depende da travessia de uma fronteira político-territorial. Elas podem ser materiais ou imateriais (Ferrari, 2011). Em cidades de fronteira é comum o desenvolvimento de redes de interações culturais, econômico-comerciais, legais e ilegais. Normalmente, habitantes de cidades fronteiriças exploram as oportunidades decorrentes das discontinuidades territoriais, o que contribui para o estabelecimento de redes transfronteiriças (Machado, 2005 e 1998 *apud* Rocha; Ferrari, 2020, p. 65).

Conforme exposto, as cidades gêmeas são os melhores exemplos de relações transfronteiriças pois “têm um grande potencial de integração econômica e cultural, e as relações que estabelecem com os governos centrais e povos vizinhos são muito evidentes” (CNM, 2014, s/p). As cidades gêmeas Brasília, Epitaciolândia e Cobija estão presentes no espaço fronteiriço que seus respectivos países buscam desenvolver economicamente para somar o progresso econômico dessa região de fronteira para alcançar “posteriormente, às economias do país e do mundo, que hoje têm em suas entranhas a globalização” (Guerra, 2009, p. 20).

A respeito dessa integração econômica, Paula (2013) destaca que existem dois aspectos fundamentais que contribuem para a ocupação e exploração dessa região fronteiriça:

1) grandes projetos de infraestrutura – como o eixo rodoviário interoceânico e a construção de hidrelétricas – que integram a malha da IIRSA; 2) a crescente presença e influência socioeconômica e política do narcotráfico *'no por ilegal deja de ser un motor de la economía, aunque con impactos inesperados cuando usa otras actividades para 'lavar' dinero mal habido'* (DOURAJEANNI et al., 2010, p. 39 *apud* Paula, 2013, p. 99).

É importante ressaltar que nos grandes projetos de infraestrutura os governos firmam parceria com as grandes corporações privadas, além dos governos brasileiro e boliviano, o Peru está diretamente ligado às negociações com grandes empresas devido a *Carretera* Interoceânica. A Rodovia Interoceânica, também conhecida como Estrada do Pacífico é a estrada que conecta o Acre ao litoral do Peru e possui cerca de 2.500 km (Vera, 2022), saindo da confluência de Rio Branco–Acre com Senador Guiomard e adentrando no Departamento de Madre de Dios até os portos do Peru.

A IIRSA trata da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos países da América do Sul por meio da superação dos entraves econômicos à integração econômica da região (Costa; Gonzalez, 2014). Assim como as demais ações capitalistas. A IIRSA está subordinada à matriz do capitalismo, pois Paula (2013, p. 108) destaca a atuação nos “ritmos de ‘desenvolvimento’ e de ordenamento interno das relações de poder existentes em cada uma das unidades territoriais dos países envolvidos, as ideias que organizam e legitimam a espoliação são rigorosamente as mesmas”.

O Brasil acaba por exercer papel atuante na região como “coadjuvante do poder global comandado pelos Estados Unidos” (Paula, 2013, p. 108) o que também evidencia as pretensões hegemônicas do Brasil, assim: “a IIRSA se insere no processo mais geral de acumulação, mantendo as hierarquias estabelecidas pela hegemonia estadunidense e reforçando centros de poderes regionalmente hegemônicos, como é o caso do Brasil na América do Sul” (Paula, 2013, p. 111). O Estado Brasileiro busca por reconhecimento da sua influência política e econômica na região de fronteira enquanto abre caminhos para as grandes corporações.

O Departamento de Pando estava com suas atividades produtivas baseadas no extrativismo da castanha e exploração da madeira até 2010 quando foi criada pelo governo de Evo Morales a *Agencia para el Desarrollo de las Macroregiones y Zonas Fronterizas* (ADEMAF) com sede em Santa Cruz de la Sierra. Tinha como objetivo o desenvolvimento econômico e social das regiões de fronteira que haviam sido esquecidas ou abandonadas pelo Estado (Paula, 2013).

Paula (2013) ressalta que, ainda que o Departamento de Pando tenha realizado a Revolução Agrária, em 1952, os latifundiários não foram afetados:

[...] ao contrário, facilitou a expansão de seu domínio territorial – a reconfiguração da estrutura fundiária se processará somente a partir da década de 1990. Sob o contexto de “desmonte do Estado nacional” e maior subordinação ao imperialismo, esse processo será orientado para satisfazer as demandas de ‘las bondades de la naturaleza’ por parte das grandes corporações que controlam o fluxo internacional dessas mercadorias (Paula, 2013, p. 88).

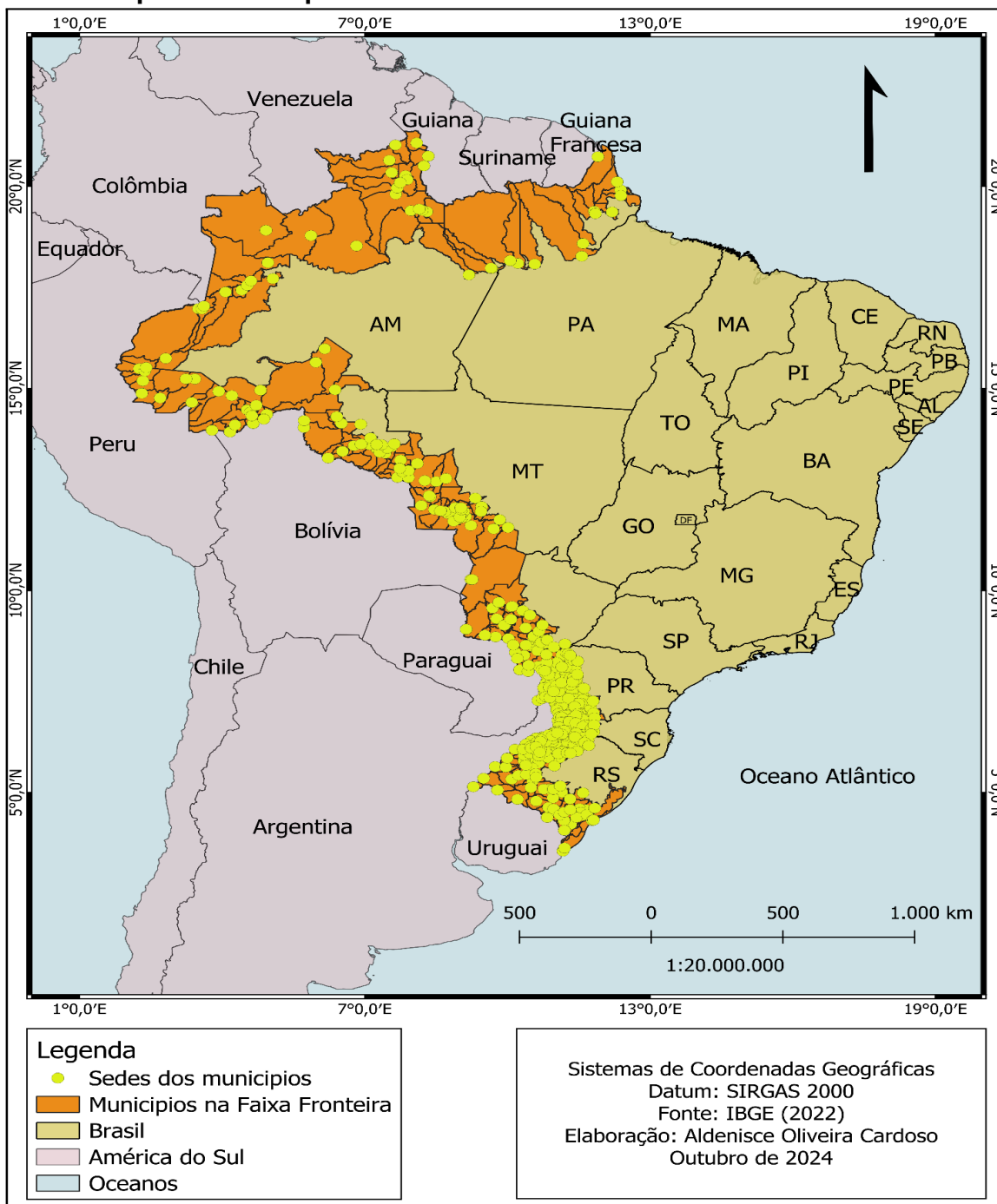
A Bolívia saiu na frente do Brasil, enquanto o Brasil se preparava para as novas políticas de conservacionismo verde, a Bolívia já estava implementado “como parte das reformas iniciadas, a partir de 1994, pelo governo Sánchez de Lozada, foi aprovada em 1996 a chamada “*Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria – SNRA 1715*” (Cronkleon, 2009, p. 3 *apud* Paula, 2013, p. 88), permitindo que rapidamente essas formas de políticas se espalhasse para os demais países sul-americanos a exemplo do crédito de carbono com o modelo de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REED+) e o fornecimento de matérias-primas diretamente para as grandes empresas com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) (Soares, 2022).

Portanto, é possível perceber que a região na qual estão localizados o Estado Acre e o Departamento de Pando está na mira do capitalismo das grandes corporações que disfarçadamente de conservação verde tentam manter sob domínio a região fronteira em que estão presentes as cidades gêmeas deste estudo. A promessa de integração econômica abre espaço para a mágoa de problemas não resolvidos e surgimento de novos problemas, mas é isso mesmo que o capitalismo proporciona.

2.4 AS CIDADES GÊMEAS DE BRASÍLIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA (BEC)

O Brasil possui 33 municípios com cidades classificadas como cidades gêmeas presentes na Faixa de Fronteira (Mapa 2) estabelecida pela Constituição Brasileira (área de até 150 km de largura, a partir dos limites internacionais).

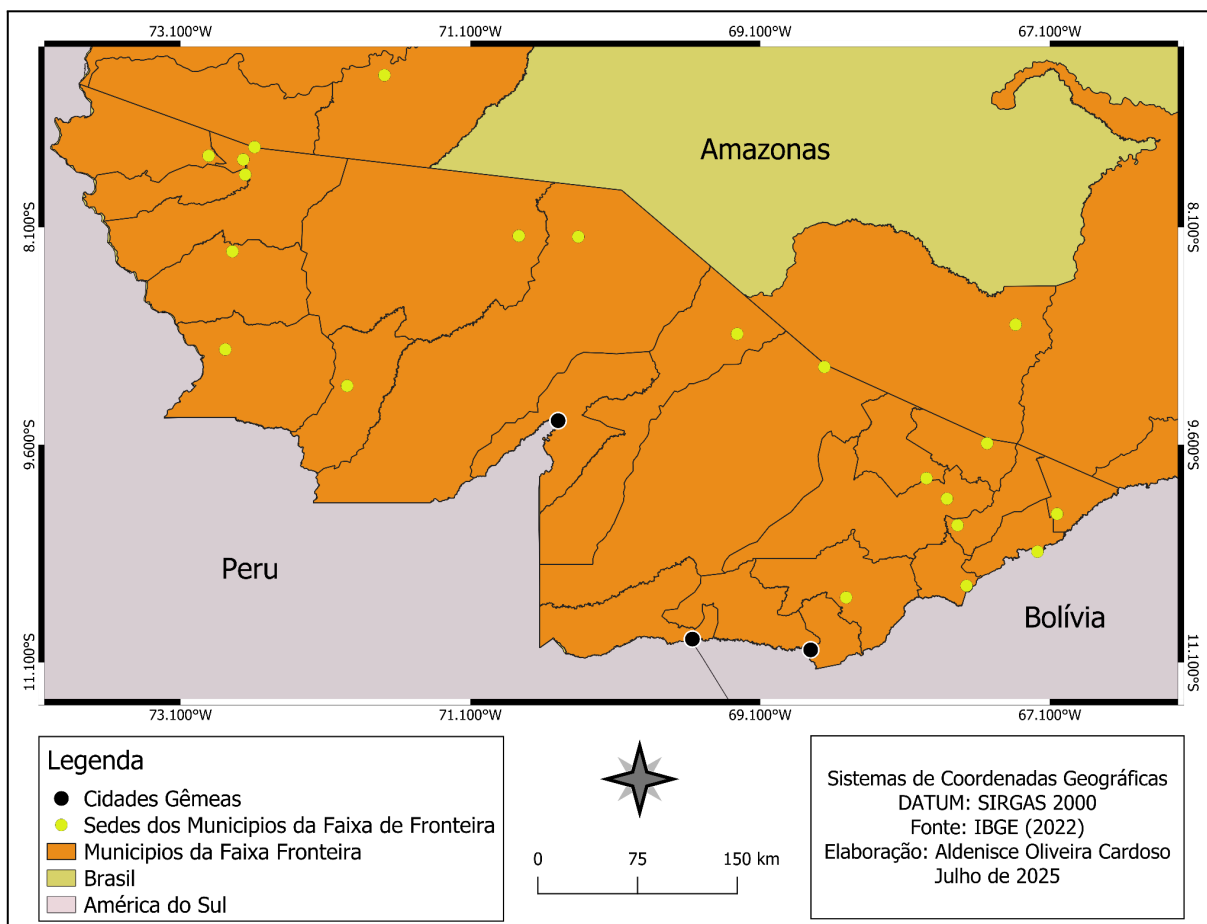
Mapa 2 - Municípios e cidades na Faixa de Fronteira brasileira



Fonte: IBGE, 2022 (elaborado pela autora).

Destes municípios, 4 (quatro) estão localizados no Estado do Acre e possuem gemelaridade com cidades do Peru e da Bolívia, sendo eles: Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus (Mapa 3). São consideradas cidades gêmeas os municípios que são cortados pela linha de fronteira (seca ou fluvial), “articulada ou não por obras de infraestrutura, e que apresentem grande potencial de integração econômica, social e cultural com a cidade do país vizinho” (Machado, 2005. p. 260). Portanto, diante do exposto cabe aqui destaque também para Plácido de Castro, município acreano que possui relação transfronteiriça com a vila de Puerto Evo Morales que é subordinada ao município boliviano de Bella Flor. Esta relação citada ainda não pode ser considerada de cidades gêmeas, pois Puerto Evo Morales é uma vila com uma população inferior a 2 mil habitantes, o que a torna inelegível como cidade-gêmea de acordo com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2019).

Mapa 3 - Municípios acreanos e cidades gêmeas presentes na Faixa de Fronteira



Fonte: IBGE, 2022 (elaborado pela autora).

As cidades gêmeas são caracterizadas por espaços transfronteiriços conurbados de duas cidades ou mais. Esta região híbrida é composta por elementos nacionais e internacionais, criando uma identidade local particular e única (Coelho, 2013; Terenciani, 2012; *apud* Silva, 2016b). As cidades gêmeas são formadas para garantir a territorialização e estabelecer os limites na zona de fronteira. “Ainda que muitas das ameaças do passado não prevaleçam na contemporaneidade, as cidades gêmeas permanecem como pontos de importante valor estratégico de um mundo menos conflitivo e mais cooperativo” (Silva, 2016b, p. 80).

Então as cidades gêmeas possuem suas relações urbanas bem intrínsecas, suas ligações terrestres e fluviais possibilitam a integração entre as cidades. No caso das cidades de Brasília e Epitaciolândia no Brasil e Cobija na Bolívia, podemos caracterizar as suas relações e dinâmicas como de cidades gêmeas, mesmo sendo três cidades, as relações são bilaterais entre dois países (Brasil-Bolívia) – um Estado (Acre) e um Departamento (Pando).

2.4.1 Caracterização das cidades de Brasília e Epitaciolândia

A história desses municípios faz parte do processo de formação e ocupação do território acreano, que até então era parte do território que pertencia à Bolívia e, posteriormente, foi incorporado ao território brasileiro em 1903. Brasília, como era chamada Brasília, foi fundada em 03 de julho de 1910, por “homens da classe dominante da sociedade acreana da época, seringalistas e autoridades constituídas, que habitavam no Alto Acre, vinculados à exportação de borracha para Belém e Manaus” (IBGE, 2024, s/p), chegando a ser reconhecida como distrito em 1911, a partir das “relações sociais dos seringalistas detentores da riqueza oriundas do extrativismo da borracha” (Souza; Silva, 2022, p. 38).

A cidade de Brasília está situada à margem esquerda do Rio Acre, que a separa da cidade boliviana de Cobija, onde moravam a maioria dos brasileiros que a fundaram Brasília, em que sob as ordens dos doutores e seringalistas, fizeram a derrubada das primeiras árvores no local em que hoje está situada a cidade de Brasília (IBGE, 2024). Em 21 de dezembro de 1938, por meio do Decreto-Lei Federal nº 968 o distrito de Brasília foi desmembrado dos municípios de Sena Madureira e de Xapuri, sendo elevado à categoria de município (ACRE, 2007 *apud* Souza; Silva, 2022). Com isso, está localizada a 232 km ao sul da capital Rio

Branco, possuindo limites com os municípios de Eptaciolândia, Assis Brasil, Sena Madureira e Xapuri.

Somente em 1943, pelo Decreto Lei 6.163/31/12/43, o Governo Federal alterou o nome da cidade (e município) de Brasília para Brasília (Souza; Silva, 2022). Com a finalidade de evitar a confusão no sistema de comunicação devido a existência de outra cidade com nome semelhante no estado brasileiro de Minas Gerais. Conforme Silva (2003 *apud* Souza; Silva, 2022, p. 39) “o nome da nova da cidade viria a dar mais significado às características regionais a que pertence, isto é, no termo ‘Brasília’ unia os signos ‘Brasil’ com ‘Hiléia’ representando as riquezas naturais da Amazônia”.

Atualmente, o município de Brasília possui 26.000 habitantes e uma área territorial de 3.928,174 km² (IBGE, 2023). Apesar de Silva (2016a, p. 140) relatar que “em 1994, Brasília e Eptaciolândia começaram a ganhar benefícios fiscais a partir da iminente implementação da sua Área de Livre Comércio”, a Prefeitura Municipal de Brasília ressalta que instituída como Área de Livre Comércio, Brasília ainda não foi regulamentada e possui forte dependência comercial com o município boliviano de Cobija devido a liberação para a importação de produtos livres de taxas, fato esse que décadas passadas era o inverso (IBGE, 2024).

Em 28 de abril de 1992, Brasília desmembrou parte de seu território por meio do plebiscito e da Lei Estadual nº 1.026 que legitimou a criação do município de Eptaciolândia (que era bairro de Brasília), antiga Vila Eptácio que foi formada a partir do Seringal Quixadá, em 1917 (MDA, 2010 *apud* Souza; Silva, 2022). Nesse período a presença de migrantes nordestinos para a extração do látex era comum na região e no segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial (1945), vieram ainda mais imigrantes. “Outro momento importante da ocupação veio a partir de 1972, com a introdução dos projetos de colonização do INCRA, uma estratégia utilizada pelos governos militares para a ocupação da Amazônia” (Souza; Silva, 2022, p. 39).

No período que compreende os anos de 1972-1978, chegaram os migrantes mato-grossenses no antigo seringal Bela Flor para dedicar-se ao plantio de culturas agrícolas de feijão, arroz e também à pecuária (Souza; Silva, 2022).

Conforme a Prefeitura Municipal de Eptaciolândia (IBGE, 2024) a cidade foi criada a partir de projetos de colonização estadual instalados na década de 1980. Nessa época, as primeiras infraestruturas foram implantadas para a demarcação de

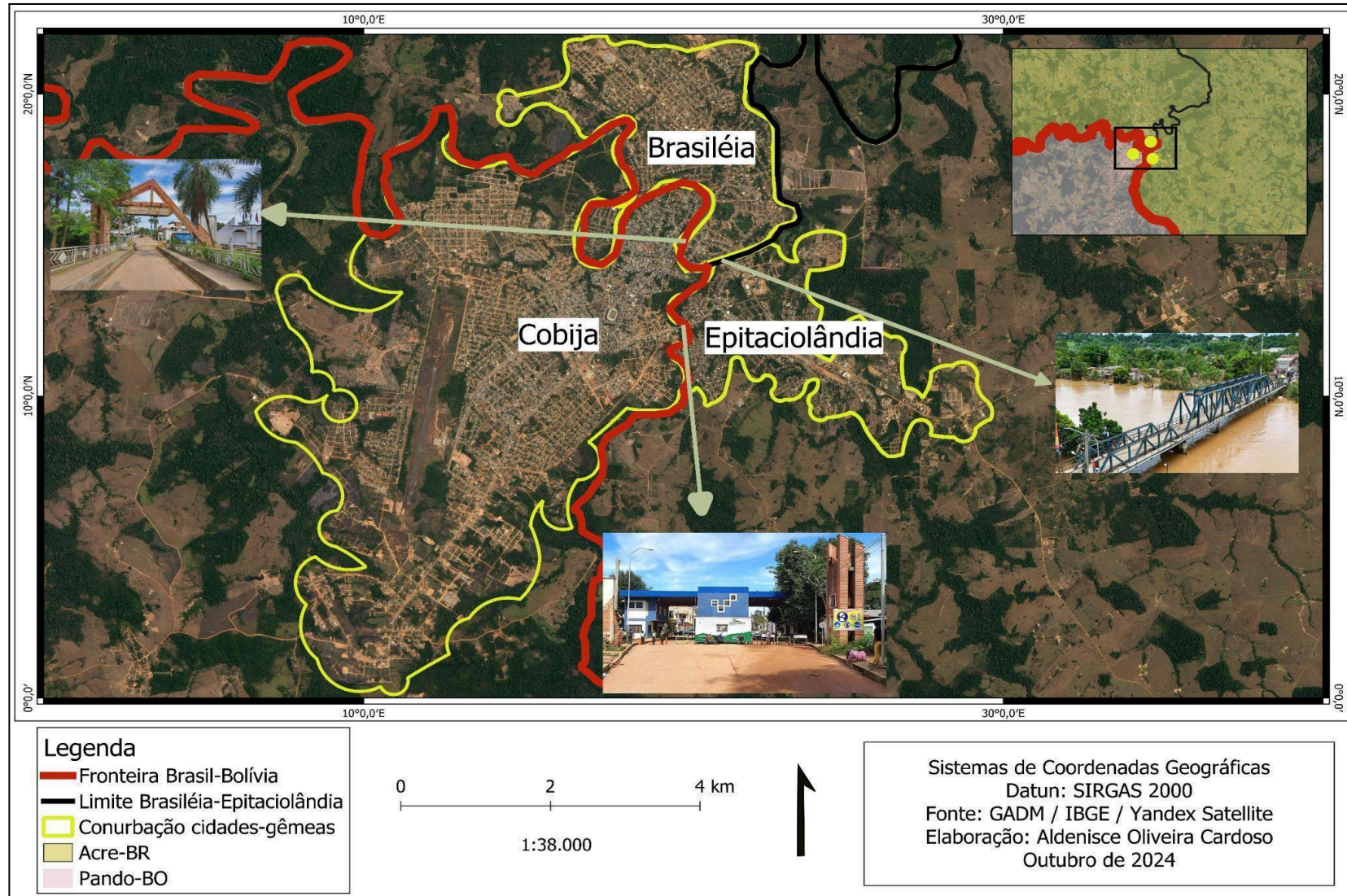
lotes, construção de habitações, implantação de seringais de cultivos de cacau consorciados com agricultura familiar. A população foi constituída por famílias de agricultores que migraram principalmente da Região Sul e outras regiões do Brasil.

A política de incentivo à ocupação da Amazônia propagada pelos governos militares a partir de 1970, também atraiu a vinda de fazendeiros para região, eles ocuparam terras de antigos seringais, o que resultou em diversos conflitos com seringueiros, índios e posseiros que já moravam e trabalhavam ali (ACRE, 2009 *apud* Souza; Silva, 2022, p. 39-40).

Ainda de acordo com os autores (ACRE, 2009 *apud* Souza; Silva, 2022), o desenvolvimento social, econômico e político ocorreu de forma gradual com a criação de instituições como Subdelegacia, Subprefeitura, instalação da 4.^a Companhia Especial de Fronteira e escolas, foram fundados também o Campo de Aviação e Posto de Fiscalização na Fronteira.

A emancipação de Epitaciolândia aconteceu em 28 de abril de 1992 por meio da Lei nº 1.026/92, Epitaciolândia também teve seus limites alterados pela Lei Estadual n.º 1.061, de 09 de dezembro de 1992 com o desmembramento de Brasiléia e Xapuri (IBGE, 2024). Atualmente, o município de Epitaciolândia possui 18.757 habitantes e uma área de 1.652,674 km² (IBGE, 2023), está localizada a 228 km de Rio Branco, e é ligada à Brasiléia pela Ponte José Augusto de Araújo sobre Rio Acre e a Cobija pela Ponte Internacional da Amizade (Mapa 4) sobre o Igarapé Bahia, concretizando a conurbação das cidades.

Mapa 4 - Conurbação entre as cidades gêmeas de Brasília e Epitaciolândia (BR) e Cobija (BO)



Fonte: GADM, 2016; IBGE, 2019; Yandex Satellite, 2019 (elaborado pela autora).

2.4.2 Caracterização da cidade de Cobija

A Bolívia é dividida em nove Departamentos, o que seria equivalente aos estados brasileiros. O Departamento de Pando foi criado em 1938 e sua capital é Cobija, esta foi fundada em fevereiro de 1906 pelo Tenente Coronel Enrique Cornejo Fernández e tinha o nome de *Puerto Bahía*, localizando-se na margem direita do Rio Acre (PARLAMENTO ANDINO, 2024). Porém, Cobija “é desconhecida para muitos compatriotas bolivianos que não possuem o hábito de viajar pelo país” (Silva, 2016a, p. 140) visto que a concentração política, demográfica e econômica se concentra nos altiplanos bolivianos.

De acordo com Morais, Manchinery e Manchineri (2020) a busca pela goma elástica é sem dúvidas a responsável pela chegada da população não indígena na Amazônia Sul-Occidental:

[...] Vale ressaltar que quando inicia a exploração do látex, sob comando de seringalistas brasileiros, as terras exploradas pertenciam à Bolívia, pelo Tratado de limites de 1867 e, ao Peru, pelo Tratado de limites de 1851. Desse modo, a disputa pelo domínio das ‘árvores de leite’ provocou a redefinição das atuais fronteiras políticas sobre as fronteiras pré-existentes, originadas pelas disputas territoriais entre os diversos povos nativos (Morais; Manchinery; Manchineri, 2020, p. 178-179).

No auge da exploração do látex, em meados de 1870-1910, os centros de extração de borracha foram implantados e se estabeleceram os primeiros colonos no seu entorno. Este período é marcado também pelos conflitos na região pela busca por novos seringais na fronteira que atualmente estão a Bolívia, o Brasil e o Peru. Entre 1895 e 1900, o preço da borracha duplica e os conflitos entre os três países ficam mais fortes com o uso da força militar na “*Guerra del Acre*” (Brasil x Bolívia) e “*las capañas de Tahuamanu y Manuripi*” (Bolívia x Peru) (PNUMA, 2008, s/p).

Paula (2013, p. 68) relata que “no caso boliviano, a colonização do atual departamento de Pando valeu-se também da força de trabalho indígena, tendo forte influência do departamento de Santa Cruz”. Em 1896, Nicolás Suárez Callaú, conhecido como *el Barón de la goma* (Paula, 2013), comprou *la barraca Bahía* com o objetivo de expandir sua produção para a Europa e Estados Unidos.

No sítio urbano onde foi fundado Cobija, havia uma estrutura de armazenamento e exportação da borracha de propriedade de Nicolas Suarez (a propriedade se chamava Bahía). Nos violentos anos do final do século XIX e início do século XX, os seringueiros bolivianos se agruparam e fizeram da propriedade uma espécie de quartel de resistência ao avanço dos rebeldes (primeiro contra o levante do espanhol Luiz Galvez e, posteriormente, contra as forças do gaúcho Plácido de Castro). Três anos após a assinatura do Tratado de Petrópolis, exatamente no dia 9 de fevereiro de 1906, por ordem do general José Manuel Pando, foi fundada Puerto Bahía. Em 1908, em homenagem ao antigo porto boliviano desapropriado pelo Chile durante a Guerra do Pacífico, Puerto Bahía passou a ser chamado de Cobija (Lara, 2011 *apud* Silva, 2016a, p. 140).

De acordo com Souza e Silva (2022), o final do século XIX e o início do século XX ficou marcado pelo agrupamento dos seringueiros bolivianos na propriedade de Nicolás Suárez, onde fizeram uma espécie de quartel de resistência às lutas contra os brasileiros na disputa pelas terras do Acre que foi encerrada com a assinatura do Tratado de Petrópolis no ano de 1903. *“Para entonces, muchas colonias de extranjeros, comerciantes y aventureros llegaron a la joven ciudad; atraídos por la fiebre del caucho en busca de libras esterlinas contantes y sonantes que circulaban como moneda de uso común”* (Andino, 2024, s/p).

Em 1910, com a crise da borracha, Suárez diversificou a sua produção e começou a explorar também a castanha. “Naquela época, houve significativo êxodo de população rural para as cidades com seus hábitos e costumes; e então, sob regime de trabalho compulsório os residentes eram amplamente usados como mão de obra sem remuneração (PNUMA, 2008 *apud* Souza; Silva, 2022, p. 37).

Em 1915, Cobija exerce as suas primeiras funções administrativas, passando a ser capital do Departamento de Pando em 1939 com a fama de cidade mais organizada da Amazônia boliviana ganhando o apelido de “La Perla del Acre”, em português A Pérola do Acre.

“[...] casi a la par de Manaus en Brasil y contaba con todos los servicios y comodidades modernas de esa época: luz eléctrica, agua potable por cañerías, fábrica de hielo, calles bien trazadas, flanqueadas por aceras de ladrillo, hoteles de lujo, casinos, periódicos, cinematógrafos, etcétera (PNUMA, 2008, p. 22).

Em 1960, a invenção da borracha sintética e a retirada do mercado de borracha da Amazônia, colocou Cobija em uma crise social e econômica, a crise também se estendeu às cidades brasileiras.

Em 1983, Cobija foi reconhecida como Zona de Livre Comércio passando a ser vista como um local de oportunidade econômica para os bolivianos de diversos departamentos do país e atraindo imigrantes das áreas de fronteira que já mantinham relações comerciais, caracterizando Cobija como a cidade que mais cresce na Bolívia (Souza; Silva, 2022).

Um fator chave para essa integração progressiva se deve a via de ligação entre La Paz - Riberalta - Cobija realizada no início de 1990 que foi a principal saída para a exportação de castanha para o Pacífico, impulsionando a indústria da castanha como a maior geradora de empregos urbanos como atrativo para a região (PNUMA, 2008). “A partir de 1998, brasileiros começaram a se beneficiar da Zona Franca de Cobija, abrindo seu próprio negócio e utilizando os benefícios que estão previstos segundo a legislação boliviana” (Silva, 2016a, p. 141) para abertura de filiais. Souza e Silva (2022) citam como exemplo da loja de material de construção Ronsy que possui matriz em Rio Branco, já estava presente em Epitaciolândia e instalou-se também na Cobija; e a loja Halley que vende equipamentos eletrônicos.

É interessante destacar que os principais frequentadores da Zona Franca de Cobija são brasileiros, principalmente os rio-branquenses e turistas vindos de outros estados. Com isso não só o comércio boliviano fica aquecido, como também há um maior movimento na rede hoteleira de Brasília e Epitaciolândia (Souza; Silva, 2022, p. 38).

Cabe aqui destacar que o movimento econômico de Cobija proporcionou a chegada de “*migrantes prestadores de servicios y comerciantes*” (PNUMA, 2008, p. 22). Atualmente, Cobija possui uma população de 54.386 habitantes (INE, 2024), população maior do que a de Brasília (25.786) e Epitaciolândia (18.697) juntas (IBGE, 2023). Desta maneira, a proximidade de Cobija com Brasília e Epitaciolândia cria condições para a existência do movimento migratório pendular em busca de estudo, acesso ao comércio, atendimento hospitalar e/ou trabalho. No próximo capítulo abordaremos o trabalho como meio de exploração e subordinação no sistema capitalista em que vivemos.

3 CAPÍTULO 2 - O TRABALHO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Neste capítulo discutimos sobre o trabalho na sociedade capitalista e como o desemprego provoca buscas por outras formas de trabalho, bem como a exploração pela “venda” da força de trabalho sem o “pagamento” adequado e condições mínimas para um trabalho decente agrava essa crise. Buscamos fazer uma breve recapitulação sobre o conceito de trabalho inserido na sociedade capitalista, discutir como o desemprego acarreta novas formas de trabalho para a constituição do exército industrial de reserva e expor a forma como os trabalhadores são explorados no século atual em relação ao sistema capitalista que visa a exploração do homem pelo homem.

Para a construção deste capítulo foi utilizada a abordagem qualitativa com foco na análise e comparação entre as bibliografias revisadas, divididas em três seções.

3.1 TRABALHO: O PONTO CENTRAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Comumente, no capitalismo, o trabalho pode ser entendido como uma atividade produtiva em que se é remunerado para realizá-la, assemelhando-se com o emprego. No senso comum, o trabalho é a atividade realizada com o propósito de obter um produto final com valor de troca, em outras palavras, com valor que pode e deve ser convertido em dinheiro. Assim, o trabalho é compreendido somente como as atividades que são remuneradas ou assalariadas e não como forma ontológica de mediação do homem com a sociedade e a natureza.

Para Marx (2010), o trabalho na sociedade moderna tem por principal objetivo obter o valor de troca a partir da utilização dos elementos naturais, o que inicialmente era uma atividade realizada para suprir as necessidades humanas no valor de uso, torna-se uma tentativa de apropriação do ambiente natural através de um intercâmbio entre a humanidade e a natureza. Assume assim, um caráter determinante na produção e na reprodução do espaço, ao mesmo tempo em que o ser social transforma o ambiente que habita e acaba por transformar a si próprio.

Essa interação entre o ser humano e a natureza, por meio do trabalho, caracteriza o humano como um “animal social” (Hobsbawn *apud* Peliano, 1990, p. 17). Então, o homem interage com a natureza como ser histórico em uma evolução social, pois é a partir do trabalho que se diferencia a espécie humana dos demais animais, “não apenas pela atividade laboral em si, mas por seu planejamento, sua sistematização a partir da capacidade racional” (Ribeiro, 2019, p. 244). As relações de trabalho humanas servem para garantir a sua existência por meio da criação de instrumentos para a facilitação do trabalho e, conseqüentemente, sua organização social no espaço (re)produzido.

O processo histórico de formação e relação de produção forma a sociedade, a relação da sociedade com a natureza torna o homem um ser social e diferente da natureza, porém ainda pertencente a natureza, pois ela é a totalidade do real e nela está o ser humano e tudo o que foi produzido por ele. O trabalho, então, é a humanização do homem através do agir sob e na natureza, é pelo trabalho que ele deixa de ser natureza e torna-se homem, ser social, ao mesmo tempo em que humaniza a natureza (Moreira, 2016).

O trabalho permite ao ser humano ser o único animal capaz de manter uma relação consciente mediada com a natureza, impondo de acordo com seus conhecimentos, sua vontade previamente idealizada. Ao dominar a natureza, o homem vai se libertando dela e desfazendo a unidade orgânica (homem e natureza) de trabalho com o desenvolvimento das forças produtivas (Peliano, 1990).

Cabe aqui fazer uma distinção entre as relações homem-natureza e a relação sociedade-espaço:

A relação homem-natureza aborda a questão da necessidade do ser humano de retirar da natureza aquilo para sua sobrevivência e a forma como ele modifica o espaço onde se encontra, existindo assim uma troca entre eles. Por outro lado, na forma sociedade-espaço, o trabalho é tido como uma forma de produção recíproco entre a sociedade e o espaço. Essas formas tendem a ver o homem como uma mão de obra, a partir de seu trabalho. As duas bases teóricas se complementam (Cardoso, 2022, p. 31-32).

As transformações da sociedade são determinantes para as formas de relação e dependência entre o homem social e a natureza, pois ainda que de formas diferentes, a humanidade sempre irá precisar da natureza para conseguir o que é necessário para a sua sobrevivência e produção. Enfatiza-se que a natureza

independe da espécie humana para sua existência, mas a sociedade é dependente e não se mantém sem a natureza, como podemos observar com as mudanças climáticas atuais.

Friedrich Engels (2012) ressalta que o domínio humano sobre a natureza não é um domínio de alguém de fora dela,

[...] mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (p. 138-139).

Com o desenvolvimento industrial na sociedade capitalista, o ser humano não é o agente mais importante da produção. A apropriação da força de trabalho pela indústria faz com que o trabalhador deixe de exercer o seu papel - que é trabalhar para a sua existência e ser livre - para ser agora regulador e supervisor, deixando de ser um indivíduo isolado e agora é pertencente à coletividade do social, a sociedade.

O homem é um objeto da natureza e o trabalho é a expressão da sua força, é a transformação do natural em artificial. O homem cria a sua história com a sua evolução biológica, transformando a natureza e evoluindo a si mesmo, humanizando o ambiente natural, criando o seu espaço geográfico (Moreira, 2016).

A fonte de riqueza para o capital é a força de trabalho, o trabalho assalariado, juntamente com a exploração do meio natural, que garante a extração da mais-valia na produção do trabalho excedente, permitindo a exploração não apenas da natureza, mas também a exploração do homem pelo próprio homem. Somente com um novo modo de produção e a interrupção da apropriação do trabalho de outrem, o homem alcançaria a sua emancipação.

Conforme Marx (2010), o trabalho é condicionado aos meios e objetos de trabalho, uma vez que o objeto é retirado da natureza em seu estado “bruto” e os meios de trabalho são caracterizados pelos instrumentos utilizados para a execução do trabalho e transformação dos objetos para a consolidação da atividade produtiva através dos meios de produção (meios e objetos de trabalho juntos).

A transformação do espaço natural em espaço geográfico é condicionada pela relação entre sociedade e natureza, na qual ocorre a artificialização do meio natural de acordo com a evolução histórica dessa relação. A relação já apresentada,

somente se torna possível por meio do “produto do trabalho humano, pois somente existe espaço geográfico porque existe trabalho humano” (Fontana; Rodrigues; Silva, 2016, p. 270).

O trabalho, segundo Prieb e Carcanholo (2011) está comumente ligado a uma carga de esforço e desprazer. Inicialmente, os escravizados eram encarregados no predomínio do trabalho forçado e enquanto os “homens livres” estavam ligados diretamente às atividades intelectuais e do pensamento. Woleck (2002, p. 02) diz que o significado de trabalho na antiguidade “confundia-se com o de sofrimento ou infortúnio”, pois era atividade de pessoas que não possuíam liberdade e independência. Enfatiza também que “na tradição judaico-cristã, o trabalho associa-se à noção de punição, de maldição, como está registrado no Antigo Testamento (punição do pecado original)” (Woleck 2002, p. 02), representando no sentido bíblico uma necessidade que leva ao cansaço, fadiga e maldição.

Neste sentido, Albornoz (1994) explica que a palavra trabalho teve origem do latim *tripalium*, sendo também associada à palavra *trabaculum*. O *tripalium*, inicialmente, era um instrumento com pontas de ferro utilizado pelos agricultores para tratar os cereais como trigo, milho e o linho. Os dicionários, segundo a autora, referem-se ao *Tripalium* como “instrumento de tortura” (p. 10), ligando essa palavra ao verbo torturar, que em latim é *tripaliare*. Dentre todos os seus significados em português, trabalho é no plural “preocupações, desgostos e aflições. É o conteúdo que predomina em *labor* mas ainda está presente em *trabalho*” (p. 10).

O que hoje pode ser considerado como sinônimo, na antiguidade era separado trabalho de labor. O labor é justamente o processo biológico do homem em transformar a natureza para a satisfação das suas necessidades, enquanto o trabalho empregava um caráter artificializado da transformação da natureza para a satisfação do desejo humano, “emprestando-lhe certa permanência e durabilidade histórica” (Woleck, 2002, p. 03).

Até 1690 na sociedade grega, conforme os escritos de Woleck (2002), o trabalho não era visto como fonte de riqueza. O que era levado em consideração era o valor de uso da mercadoria e não o valor de troca, a mercadoria era apenas o produto com valor de uso que serviria à outra pessoa. Somente a partir do século XVII,

[...] criou-se uma sociedade que não situa em primeiro plano a natureza ou a produção a serviço da transformação do homem, do cidadão da polis. Nela, o uso da mente por todos os homens não é considerado como próprio de homens livres, porquanto o trabalho físico, por seu caráter servil e humilhante, repousa nos ombros daqueles que, na sociedade antiga, eram os escravos (Woleck, 2002, p. 04).

Com o passar do tempo, o trabalho passou a incorporar outro sentido do que foi apresentado até agora, o homem era visto como senhor de si e dominador da natureza, as mudanças advindas do surgimento das cidades, a revolução agrícola e a consolidação da sociedade patriarcal, proporcionaram ao trabalho a noção de empenho, uma forma de aplicação das capacidades humanas através do esforço.

Com o fortalecimento da burguesia, da evolução técnica e científica, o trabalho passou a ser estabelecido como produtivo e improdutivo, como qualificado e não qualificado, transformou-se em uma atividade compulsiva, sem tempo livre. O homem alcançou a sua “liberdade” na forma de servidão, agora o homem que não trabalha e não produz, não é visto com bons olhos. Tudo passa a ser visto como possibilidade de se obter lucro, ganhar dinheiro, o dinheiro é tudo. “Para grande maioria das pessoas, o trabalho transformou-se em emprego na sociedade moderna” (Woleck, 2002, p. 05).

Na sociedade capitalista atual em que estamos inseridos, o trabalho é condicionado pela geração de produtos com o objetivo de obter valor, ou na linguagem cotidiana, o lucro/dinheiro. Na Primeira Revolução Industrial a partir de 1760, na Inglaterra, aconteceu a separação do homem dos meios necessários para a sua própria reprodução material, o trabalhador agora é o homem que troca a sua força de trabalho por dinheiro, não apenas contribuindo, mas sendo a principal fonte de valorização e reprodução do capital. Peliano (1990) caracteriza a relação de rompimento do homem com a forma original de apropriação da natureza como um afastamento das condições iniciais do trabalho, destaca que a apropriação do trabalho passa pela “separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização” (p. 21).

O trabalho não cria mais produtos, mas sim mercadorias. Para Peliano (1990) o homem apenas executa o seu trabalho, o trabalho deixa de produzir e reproduzir o homem, passa a individualizá-lo.

E essa separação se completa efetivamente no capitalismo quando, então, o trabalhador se reduz a simples força de trabalho, do proprietário natural a não-proprietário das condições e do produto do trabalho, dado que estes passam a pertencer aos novos proprietários dos meios de produção (Peliano, 1990, p. 21).

O capitalismo sempre se baseou na venda da força de trabalho de homens, mulheres e crianças como mercadoria, ocorre a negação de sua existência orgânica com a natureza, o trabalhador fica condicionado pela sociedade como um simples produtor de valor de troca. A sociedade é condicionada ao modo de produção, a organização social em que vivemos determina a consciência humana, mas no capitalismo o trabalho é condicionado à expansão e dominação política e material, separando a população dos meios de produção e obrigando a aceitação do trabalho assalariado para a sua sobrevivência.

O capitalismo se desenvolve no desespero dos homens livres, que possuem a força de trabalho como sua mercadoria e que são destituídos dos meios de trabalho pelos quais não podem concretizar a sua força de trabalho. O valor dessa força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, portanto também para a sua reprodução (Marx, 1996).

O trabalho passa a ser dividido pela troca dos excedentes de produção. Para Peliano (1990, 22), isso “é resultado natural da divisão social do trabalho como especialização progressiva das tarefas componentes da atividade de trabalho”. A produção individual se sobrepõe à produção comunitária, cedendo lugar a industrialização e qualificações do trabalho.

Conforme os escritos de Moreira (2016), o trabalho é caracterizado como trabalho ontológico e trabalho cotidiano. O trabalho em sua forma ontológica é resultado da essência humana, parte da troca metabólica que não possui como prioridade a troca monetária, pode ser exemplificada pelas atividades domésticas realizadas em seu próprio lar, bem como a limpeza, a preparação dos alimentos ou colocar o lixo para fora. Portanto, o trabalho é caracterizado pela atividade realizada para suprir as necessidades humanas, sem necessariamente obter um valor monetário.

O modo de existência do trabalho em cada momento histórico da sociedade compreende o trabalho cotidiano, com condições objetivas de produção, das quais podemos citar o trabalho servil, escravizado e assalariado. Dentro do

trabalho cotidiano estão divididos o concreto e o abstrato, sob o capitalismo. O trabalho concreto é a necessidade do produto que determina a sua produção, a atividade gera um produto físico e o produto é definido pelo seu valor de uso. O trabalho abstrato é o trabalho alienado, que produz a mercadoria na sociedade em que a burguesia é a classe social dominante, ele se manifesta no valor da troca.

Como o trabalho abstrato está presente no valor de troca, ele é fragmentado em trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O trabalho produtivo é o que gera valor para obter a mais-valia e o trabalho improdutivo é o não gerador de valor, mas “com capacidade ativadora na dinâmica do processo econômico que transforma o valor em lucro” (Cardoso, 2022, p. 31).

A força de trabalho é comprada a fim de valorizar o capital inicial e incorporada no processo da produção, produzindo mais-valia. A mercadoria força de trabalho é a única que gera capital, mas em troca recebe salário, ela é capaz de produzir sozinha um valor maior do que recebe do capitalista.

A mais-valia parece ser uma simples consequência do processo de produção, mas é muito mais, é o motor de todo este processo, sem a mais-valia não haveria o processo nem relações de produção capitalistas. Todo o interesse do capital está concentrado nela. Por isso, no modo de produção capitalista, só é considerado produtivo o trabalho assalariado que, de uma maneira ou de outra, produz mais-valia (Duarte; Pola, 2009, p. 03).

Ainda que o trabalho improdutivo não forneça diretamente o valor de troca, ele não é dispensável na produção do valor, pois é indispensável para a circulação do produto. O trabalho improdutivo, portanto, está presente na dinâmica do processo de acumulação do capital, que tem base no ciclo D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro ampliado) (Moreira, 2016).

Duarte e Pola (2009) fazem uma diferenciação do capitalismo para as sociedades feudal e escravista, de acordo com os autores, a diferença é que a relação era clara e transparente, “os produtores tinham consciência de que parte do que produziam era apropriado por outro” (p. 07). No capitalismo, a relação não é transparente, o assalariado não tem ideia do quanto é apropriado pelo capitalista e o quanto é produzido para si.

O trabalho abstrato então pode ser entendido na forma de trabalho como base para a alienação, usando o valor no/do trabalho para alienar o trabalhador.

O trabalho abstrato retrata o que as determinações históricas reúnem da ontologia do trabalho na formação estrutural da sociedade capitalista. É desta maneira que a sociedade do trabalho se mostra alienada, já que, partindo desta ideia de que tudo se transforma em valor de troca delimitado pelo aumento do trabalho morto (realizado pelas máquinas, robôs ou ainda inteligência artificial) e diminuição do trabalho vivo (realizado pelo ser humano, este mesmo que criou os atores do trabalho morto) (Cardoso, 2022, p. 31).

O capitalismo retira a satisfação das necessidades humanas como prioridade e transforma a sua força de trabalho em mercadoria para a produção de riqueza, não sua, riqueza da classe dominante. O trabalho no capitalismo é caracterizado por um sistema de metabolismo social (Antunes, 2009), com mediações de primeira e segunda ordem.

O sistema de mediação de primeira ordem, parte da ontologia do trabalho, defende que a espécie humana é parte da natureza e pela relação entre homem-natureza e de maneira dependente ele satisfaça as suas necessidades. É criado a partir da necessidade de cada trabalhador. No sistema de mediação de segunda ordem, compreende e tem por objetivo a expansão do valor de troca, com a “introdução de elementos fetichizadores e alienantes de controle social” (Antunes, 2009), é, portanto, este sistema o dominante na sociedade capitalista possuindo como pilares de sua base o capital, o trabalho e o Estado.

De tal forma, confirma-se que o trabalho parte da tentativa de sobrevivência humana, uma tentativa de suprir as suas necessidades básicas, evoluindo para outros tipos de necessidades, progredindo para a produção de riqueza independente do modo de produção empregado. Quando o trabalho é subordinado ao capitalismo, ocorre o processo de alienação a degradação do trabalho, o trabalhador rompe a sua relação orgânica com a natureza e se transforma em um ser totalmente alheio do que produz, e por vezes alheio para quem produz, se transforma na própria mercadoria.

3.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O DESEMPREGO ESTRUTURAL

O surgimento da primeira máquina a vapor no final do século XVIII e início do século XIX, caracteriza o desenvolvimento político e tecnológico da fase de expansão industrial-mercantilista da mundialização do capital. A industrialização dos países europeus foi beneficiada pela possibilidade de conexão com os demais países do globo por meio dos transportes terrestres e marítimos, principalmente com a utilização do navio e trens a vapor.

A competição entre os países aumentava, pois com o desenvolvimento dos transportes poderiam explorar ainda mais as suas colônias. Podemos fazer aqui uma análise da abolição da escravidão, que foi estrategicamente pensada para o fortalecimento do mercado de consumo, porém, ainda assim influenciou a busca por liberdade pelas colônias.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1945, a guerra-fria entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) marca a divisão bipolar do mundo, em que de um lado via-se uma ideologia capitalista e de outro socialista. Um novo ciclo de expansão do capitalismo se configura com a mercantilização da vida em todas as suas esferas, concentração do capital, estratégia das corporações transnacionais e imposições do capital financeiro, essas ações foram comandadas pelos EUA e seus aliados com ideólogos da globalização (Santos, 2007). Essa disputa entre EUA e URSS ficou marcada também, e principalmente, pela corrida e competição no âmbito da tecnologia, contribuindo para mudanças significativas nas atividades sociais e econômicas, concomitantes com mudanças na forma de trabalho e a presença mais acentuada da mulher “no mercado de trabalho para suprir a demanda cativa” (Genro *et al.*, 2022, p.35).

No século XIX e início do século XX, os trabalhadores eram especializados em uma única tarefa, possuíam um ritmo de trabalho acelerado com tempo curto dentro das fábricas, o que ficou conhecido como trabalho repetitivo, tinha “apenas o fornecimento externo como ação secundária” (Cardoso, 2022, p. 35). Esse modelo de produção, chamado fordismo, priorizava a produção em série, padronizada e em massa, remunerava os trabalhadores com um salário baixo, isso juntamente com o desemprego acarretou um grande estoque de produtos e queda

na taxa de acumulação. Os fatos apresentados acabaram contribuindo para uma crise, pois a sociedade não estava mais consumindo de acordo com a produção.

Alguns elementos dessa crise podem ser listados, como: a diminuição do consumo devido ao desemprego estrutural, queda da taxa de lucro, esgotamento do modelo de produção, aumento das privatizações e crise do sistema *Welfare State* (Estado do Bem-estar), que

[...] trata-se da designação do estado como assistencial que assegura os padrões mínimos de saúde, direito dos cidadãos nas políticas públicas, educação, segurança e habitação. Surgiu após a Segunda Guerra Mundial e está profundamente ligado à industrialização e aos problemas sociais gerados por ela e pela economia do capitalismo liberal que entre 1920 e 1929 não simpatizava com as intervenções do Estado nas atividades produtivas (Cardoso, 2022, p. 36).

No Brasil, a intervenção estatal começa quando Getúlio Vargas alcança a presidência do Brasil (1930-1945) e durante o período da ditadura militar (1964-1985), não priorizando a classe trabalhadora, mas sim, os empresários brasileiros e de outros países. Nos países “do Norte” do globo, as políticas do bem-estar social (*welfare state*) possuíam forte moralidade patriarcal e heteronormativa, o salário mínimo era “suficiente para um trabalhador homem (em geral, branco) sustentar sua esposa e filhos” (Genro, 2022, p. 36).

Os EUA exerceram papel decisivo na organização do sistema monetário de 1944 com a criação de uma taxa fixa de câmbio entre o dólar e o ouro, criação de instituições econômicas internacionais (Fundo Monetário Internacional, Acordo Geral de Tarifas e Comércio e Banco Mundial) e implementação da regulamentação pública nas altas finanças, isso tudo garantiu aos EUA a condição de emissor do dinheiro mundial e ditador das regras das instituições monetárias internacionais (Santos, 2007).

Santos (2007) explica que o período entre 1940 até o final de 1960 ficou marcado como fase de expansão e prosperidade do capitalismo, proporcionando o ápice da hegemonia norte-americana, contribuindo ainda para o desenvolvimento dos países aliados e concorrentes capitalistas dos EUA onde o Estado desempenhava o papel principal no processo de acumulação. A recuperação econômica dos concorrentes, sobretudo Alemanha e Japão, trouxe dor de cabeça aos EUA com a formação de corporações transnacionais para disputar mercado com

os norte-americanos que por volta de 1960 já apresentavam produção excessiva com baixa taxa de lucro.

No início dos anos de 1970, a era brilhante do capitalismo declinava, atingindo também as economias alemã, japonesa e outras da Europa (Santos, 2007). Os trabalhadores revoltam-se contra o modelo de produção fordista após serem excluídos da participação da organização do trabalho, trabalho este que já havia sido reduzido a uma atividade explorada e repetitiva. Surgem as greves, visando formas de trabalho diferentes das que estavam sujeitos, criam-se organizações críticas e pontualmente ocorrem ataques às máquinas. Apesar de não ser determinante na reformulação da estrutura social do capital, as medidas adotadas pelos trabalhadores contribuíram para a crise. Além do mencionado, destaca-se o aumento das privatizações com a instauração do neoliberalismo.

O neoliberalismo, contrário as políticas de *welfare state*, surge como resposta à crise do capital, tendo como princípio a liberdade absoluta do mercado, restrição e intervenção mínima do Estado: “os neoliberais defendem a desregulamentação da força de trabalho, diminuição de renda, flexibilização dos processos produtivos e as privatizações” (Cardoso, 2022, p. 36). A desigualdade é naturalizada, as multinacionais ganham passe livre tributário e neste cenário a globalização é a protagonista.

O modelo neoliberal está fortemente associado ao toyotismo/ohnismo “de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota” (Antunes, 2000, p. 54), é o modelo de acumulação flexível que prega o comportamento da individualidade do *empreendedorismo* como forma de trabalho, apropria-se do discurso de autonomia feminino para levar também as mulheres à proletarização. Assim, é duramente criticado pelas mudanças implementadas no ambiente de trabalho por instaurar o enfraquecimento sindical e a diminuição dos direitos dos trabalhadores. Então o toyotismo fica responsável pela saída da crise do capital nas unidades produtivas através de ações de reestruturação produtiva e do trabalho.

A desregulamentação trabalhista foi a base para a reestruturação produtiva, o trabalhador parte da formalidade para a informalidade, passa a ter múltiplas formas de trabalho e sem os seus direitos resguardados, o capitalismo é beneficiado com o não pagamento dos direitos do trabalhador. Sobre essas mutações, Antunes (2000) enfatiza que elas são responsáveis pela nova forma de organização industrial, pois possibilitaram um trabalhador mais *qualificado*,

multifuncional e polivalente, proporcionando assim um relacionamento entre capital e trabalho mais favorável do que no fordismo/taylorismo.

Thomaz Júnior (2009) resume essa transição em seus escritos sobre a *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*:

Os trabalhadores especializados/desqualificados do fordismo, que, durante décadas ocuparam a cena, foram sendo substituídos pelos trabalhadores completos, não mais os artesãos do capitalismo da Primeira Guerra. Se o novo nos remetia (remete) ao toyotismo e, mesmo diante das dificuldades de apurar definição precisa, especialmente pelo fato de se desenvolver a partir de uma nova base técnica do sistema do capital – e isso é demarcatório, do ponto de vista histórico – não podemos nos esquecer de que, no bojo da 3ª revolução científico-tecnológica, que começou a dar os primeiros passos após a Segunda-Guerra e só se manifestou nas décadas de 1970-80, tem-se a (re)criação de um novo trabalhador, com novas qualificações e natureza multifuncional (polivalente) (Thomaz Júnior, 2009, 49).

As mutações expressam a tentativa de reorganização do capital para a volta da acumulação por meio do toyotismo, modelo que tem por foco enxugar a estrutura produtiva. Com a liofilização da acumulação flexível as empresas devem ser “enxutas” gastar menos e ter uma produção maior, priorizando a *qualidade total* dos produtos com menor tempo de duração, os produtos têm seu tempo de vida útil reduzidos (Antunes, 2000). De acordo com Benko (2002), as técnicas de produção flexíveis permitiram a disponibilidade de produtos novos, produzidos com trabalho de alto nível tecnológico e processos diversificados.

A respeito dessa estrutura produtiva flexível, Antunes faz algumas observações sobre a tentativa da redução do tempo de trabalho:

Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das ‘células de produção’, dos ‘times de trabalho’, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (Antunes, 1995, *apud* Antunes, 2000, p. 52).

Na concepção do autor citado, o processo de organização do trabalho apresentado objetiva o trabalho improdutivo por meio da exploração da força de trabalho na fábrica moderna. Na empresa enxuta, os elevados índices de

produtividade são gerados por um menor número de trabalhadores que vendem sua força de trabalho no princípio de melhor aproveitamento do tempo utilizado na produção (*just in time*).

A partir da liofilização as empresas começam a apostar na tecnologia e computação, passam a substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, a produção torna-se uma produção por demanda (sistema *kanban*), buscam produzir somente o que a sociedade solicita para o seu consumo. Nesta lógica, as empresas passam a terceirizar os seus trabalhadores, pois é “mais barato e mais rápido, pois contratam empresas e não trabalhadores diretos em que tem que arcar com os gastos e direitos sociais” (Cardoso, 2022, p. 37).

A transferência de responsabilidade para a terceirização tem por finalidade concentrar o aumento da produção sem aumentar o número de trabalhadores, utilizando a força de trabalho de profissionais qualificados. Antunes (2000) destaca que no fordismo os trabalhadores exerciam uma única função, no toyotismo os trabalhadores realizam múltiplas tarefas em uma variedade de máquinas cadenciados pelo sistema de luzes de controle de produção (verde = normal, laranja = máximo e vermelho = diminuição).

O distanciamento do trabalhador das matrizes possibilita uma maior sujeição dos trabalhadores a um ambiente de trabalho precarizado. Antunes (2018) faz uma comparação entre os trabalhadores contratados de forma direta e os terceirizados, enquanto os contratados de forma direta recebem um salário mais elevado em relação aos contratados indiretamente, os terceirizados trabalham em média 3 horas a mais, tende a sofrer mais acidentes no trabalho e a média do tempo de permanência, em geral, é de 2 anos e 7 meses enquanto a média dos trabalhadores contratados pode chegar a 5 anos e 8 meses.

Percebe-se que este modelo neoliberal cumpre com a sua meta de obter cada vez mais trabalhadores descartáveis e precarizados pela necessidade de sobrevivência. Assim, “o terceirizado sofre também com o isolamento no ambiente de trabalho, falta de identidade de classe, enfraquecimento sindical e a responsabilidade de ampliação dos lucros da empresa com o aumento da produtividade” (Cardoso, 2022, p. 37). Thomaz Júnior (2009, p. 43) explica que a concepção de pertencimento de classe é prejudicada pela fragmentação em vários segmentos da classe trabalhadora e contribui para a “perversidade do processo de reprodução do capital”.

O capitalismo modifica o trabalho causando desespero e angústia naqueles que não trabalham, mesmo que seja pela falta de emprego, o capitalismo cria assim uma fila de espera para sempre ter a sua disposição trabalhadores que se submetam às suas vontades e condições de trabalho, cria-se um verdadeiro “exército industrial de reserva”. É possível observar também que a explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, penaliza ainda mais os trabalhadores que são imigrantes, provocando manifestações contra à contratação de trabalhadores imigrantes (Antunes, 2010).

Sobre a crise do capital, Cardoso (2022), em conformidade com Antunes (2010), faz uma reflexão sobre a poder de destruição do capitalismo:

A crise do capital, mais especificamente do trabalho em si e suas consequências, no que compete à massa de desempregados que está aumentando a cada dia em escala mundial, quer pela lógica de destruição da natureza num patamar jamais visto, nos obriga a refletir, imaginar e pensar numa outra forma de sociabilidade para além do capital, como diz Antunes (2010, p.636), ‘capaz de resgatar o sentido humano e social da produção, desestruturando o capital e, desse modo, gerando as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada [...]’ (Cardoso, 2022, p. 41).

Destaca-se, de acordo com Antunes e Alves (2004), que a partir da década de 1990 a reestruturação produtiva do capital de escala local e mundial sobrecarrega a força de trabalho humana, pelo grande aumento de desemprego que obriga o trabalhador a aceitar a venda de sua força nos moldes da exploração capitalista, sucumbe a precarização e o ataque às leis que garantem o trabalhador, o trabalhador fica refém do aumento da jornada de trabalho como resposta para a solução das crises, caracterizando a base para essa nova reestruturação do capital.

3.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: TERCEIRIZAÇÃO, PERDA DE DIREITOS E A INFORMALIDADE

Frente a ausência trabalhista formal, surgem novas morfologias de trabalho e até de trabalhadores, a exemplo, os trabalhadores informais, os terceirizados, os trabalhadores por aplicativo (*uberização*) e os teletrabalhadores. Uma nova fase do capitalismo se instala no Brasil, a partir das últimas décadas do

século XX e início do século XXI, desenhada pelo frágil amparo social trabalhista, impulsionada pelo avanço tecnológico e mercado consumidor devorador, quando as novas formas de exploração do trabalho são intensificadas.

O trabalho na modernidade se torna cada vez mais precarizado, principalmente com o crescimento da informalidade. Ainda assim, Thomaz Júnior (2009) ressalta que não é somente a informalidade que causa preocupação, pois a informalização se intensifica no aprimoramento das telecomunicações e da redução de custos da transmissão de dados. Com isso, a expansão dos trabalhadores assalariados nas últimas décadas, o não acesso aos meios de produção e de serviços pelos homens e mulheres que vendem a sua força de trabalho possibilitou “a incorporação do processo de reestruturação produtiva industrial e também da desindustrialização” (Antunes, 2009 *apud* Cardoso, 2022, p. 38).

Podemos afirmar que assistimos a crise global do sistema capitalista ou a crise do trabalhador assalariado, que é caracterizada pela discrepância do trabalho contratado e regulamentado, herança que perdura desde as eras taylorista e fordista, que vem sendo substituído, conforme Antunes (2010), pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que partem da tentativa de mascarar a exploração do trabalho e do trabalhador.

Na realidade mais atualizada (*uberização do trabalho*), podemos ver os trabalhadores por aplicativo, que sofrem influência pelas falácias da “oportunidade” de serem donos do seu tempo, trabalhar quando quiserem e pelo tempo que quiserem, mas o que não falam para estes trabalhadores é que se eles não trabalharem, não vão conseguir sobreviver, pois eles não possuem a segurança do trabalho formal com a CTPS assinada e seus benefícios garantidos. Podemos citar também os trabalhadores Microempreendedores Individuais (MEI), que em grande parte dos casos entram nas empresas como prestadores de serviço, mas têm que seguir as obrigações dos trabalhadores chamados “CLT”. E ainda devemos os trabalhadores autônomos/empreendedores que são aqueles que trabalham em geral na sua própria casa, por sua conta em risco, fazendo de tudo um pouco para sobreviver. Recentemente tivemos o surto do Morango do Amor (versão atualizada da Maçã do Amor), no qual muitas pessoas qualificadas ou não, seguindo a moda do momento, decidiram “empreender” neste negócio em busca da ascensão financeira.

O que queremos dizer até aqui, é que os trabalhadores são destinados inconscientemente a seguir o que a maioria fala, pois o trabalhador não possui tempo para pensar e refletir sobre o que acontece ao seu redor, vive tomado pela vontade de ganhar dinheiro e pagar suas contas. Diante disso, as falas de meritocracia ganham visibilidade e a população trabalhadora começa a viver a falsa ilusão de que quanto mais trabalhar e não descansar ou fazer corpo mole, vai conseguir ter sucesso, ficar milionário ou bilionário. Sabemos que essa não é a verdade.

Desta maneira, a flexibilização das Leis Trabalhistas dificulta ainda mais a vida do trabalhador, principalmente com a aprovação do PL 4330/2004 do deputado federal Sandro Mabel, em 2015, em que foi possível realizar o aumento dos limites impostos à terceirização, anteriormente somente era permitida em alguns setores de atividades-meio, passou a se expandir para todas as empresas e setores de atividades-fim, incluindo o próprio setor público sem levar em consideração as muitas reivindicações das centrais sindicais.

Além do citado, podemos indicar a Lei nº 13.467 de 2017, que ganhou o título de Reforma Trabalhista, e foi responsável por realizar mudanças significativas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que conforme a narrativa do governo da época do Presidente da República Michel Temer, as mudanças seriam para minimizar os efeitos da crise e proporcionar o aumento do número de empregos. Perante isso, ocorre a modificação de mais de 100 pontos da CLT, dentre as mudanças, cabe aqui citar, de acordo com Cardoso (2022), as seguintes: contribuição sindical de forma opcional, banco de horas com acordo individual, demissão em comum acordo sem preservação de direitos, às mulheres grávidas existe a permissão de trabalhar em ambientes que sejam de baixa ou média insalubridade, *home office* e aumento de empregos com jornada de trabalho com escala de 6 dias trabalhados para 1 de descanso e de até 12 horas por dia.

Ainda que tenha ocorrido uma absorção da força de trabalho pelo setor de serviços, houve um processo de exclusão dos trabalhadores jovens que contribuem para o crescimento do desemprego estrutural e os trabalhadores de 40 anos de idade ou mais que enfrentam dificuldades para o reingresso no mercado de trabalho após a sua exclusão (Antunes, 2000); ambos acabam por aumentar ainda mais o exército industrial de reserva, também aumentam a ocorrência do trabalho informal e do trabalho em domicílio (*home office*).

Em relação ao trabalho em domicílio, com a expansão da flexibilização e precarização do trabalho com a perspectiva de atenção ao mercado de trabalho individualizado são citados alguns pontos que fazem com que este tipo de trabalho seja subordinado ainda mais ao capital. Conforme Antunes (2000), o trabalho em domicílio causa efeito também na economia da força de trabalho e capital, possibilitando:

[a] maior flexibilidade dos processos de produção; redução dos estoques de produtos intermediários, por meio da utilização do sistema de *just in time* e dos estoques dos produtos finais; encurtamento dos prazos de entrega; diminuição nos capitais de giro; emprego de equipamentos eletrônicos no setor de vendas e franquia [...] (Chesnais, 1999 *apud* Antunes, 2000, p. 114).

Esses pontos podem ser relacionados com as estratégias do capital para a internacionalização da produção, vista a adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pelas grandes empresas transnacionais, o que acaba por impulsionar a mundialização do capital e contribui para o desenvolvimento do capitalismo flexível (Alves; Wolff, 2007). As TIC's conseguem alcançar a nível global de produção (e reprodução) de mercadorias sendo aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão, finanças e serviços.

Por tanto, as TIC's são fundamentais, senão indispensáveis, para muitas novas formas de trabalho. O teletrabalho, por exemplo, necessita de equipamentos e conexão à rede de *Internet* para a sua realização, principalmente quando este está associado também com o trabalho em domicílio. Sobre teletrabalho entende-se inicialmente como o trabalho de atendimento realizado pelos trabalhadores de *call centers* que anteriormente trabalhavam dentro dos bancos e com a terceirização “perderam o posto de trabalho, de sorte que a atividade foi capitaneada pelos centros de chamada, que, com a multiplicação do expediente do 0800, ampliou ainda mais a lista de serviços prestados aos clientes” (Thomaz Júnior, 2009, p. 83).

Cabe ressaltar que normalmente quando acontece a migração do local de trabalho, acontece também a terceirização da força de trabalho e assim como já citado, ocorre a transferência de responsabilidade e pressão aos trabalhadores. Atualmente, não apenas os serviços de atendimento bancário estão adotando esse tipo de trabalho, é quase impossível não associar o teletrabalho ao serviço de atendimento de operadoras de rede telefônica e de *Internet*, “prestando serviços a

empresas de cartão de crédito, instituições financeiras, *shoppings* virtuais de roupas de alto luxo” (Thomaz Júnior, 2009, p. 84). Ressalta-se ainda que esse tipo de trabalho mesmo que encaixado nas novas morfologias, tem sua precarização acentuada, principalmente com a dificuldade de monitoramento e fiscalização, dentre os problemas enfrentados pelos trabalhadores estão a pressão pelo alcance das metas, a pressão psicológica, assédio moral e as Lesões por Esforço Repetitivo (LER).

Em seus escritos, Thomaz Júnior salienta ainda que resulte na precarização do trabalho, a técnica e a tecnologia não são contra o trabalhador. Enfatiza ainda que

[...] em relação às empresas que procuram mão-de-obra, independentemente do local físico, e algumas ainda que funcionam vinte e quatro horas por dia, já que o mercado globalizado assim o exige, e o desenvolvimento tecnológico já permite a planetização do globo pela sociedade. Os baixos salários e o prolongamento da jornada de trabalho são apontados como os principais aspectos degradantes do teletrabalho. A compressão das distâncias, no caso das modalidades de teletrabalho, evidencia as contradições de um processo que amalgama os interesses do capital em viabilizar uma atividade econômica e exercer o controle sobre o trabalho, suprimindo a necessidade da sua presença física, no local da prestação de serviço. Se podemos pensar que, por meio da tecnologia da informação (TI), associada às operações do mundo digital e da informática é possível viabilizar um negócio, levar a termo relações de trabalho degradantes, por meio de rotinas de exploração que se assemelham à intensidade de tantas outras formas vis, não devemos secundarizar o fato de que a subsunção do espaço aos desígnios da acumulação de capital ocupa lugar central nessa espécie específica de negócio, e que deverá referenciar a mesma forma de exploração do trabalho nos demais ramos de atividade (Thomaz Júnior, 2009, p. 83).

Outra mudança que cabe destaque é a forma de contratação temporária de trabalho, as empresas buscam pessoas menos informadas sobre os direitos trabalhistas ou que ainda não tenham muita experiência com as relações de trabalho, portanto podemos relacionar a preferência pela contratação de pessoas que buscam o seu primeiro emprego ou que estudam, em geral, pessoas jovens. Esse tipo de emprego caracteriza-se pela alta rotatividade, a partir do enfraquecimento das leis trabalhistas, agora é mais comum a contratação somente como período de experiência, não ultrapassando o quantitativo de 90 dias. Com isso a empresa ganha a força de trabalho sem a preocupação do trabalhador estar

amparado quando for demitido. Essa rotatividade é opressora e perversa, pois conscientiza o trabalhador de que ele pode ser substituído após o tempo predeterminado e que ele deve se “esforçar” mais ainda, pois existem outros esperando para ocupar a sua vaga.

Na lógica do capital, o trabalho perde o seu sentido de autonomia, vende-se a força de trabalho para nutrir a acumulação do capital, o trabalhador se transforma em um *colaborador*, título este nomeado pelo neoliberalismo para fazer com que as pessoas se sintam importantes para a empresa, sendo esse o único “reconhecimento” que recebem. Esse sistema se qualifica como contraditório, ao mesmo tempo em que tenta iludir os trabalhadores como importantes, pressiona e adocece os seus funcionários, sempre criando novas formas de exploração da força de trabalho.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e das TIC's, recentemente observamos novas formas de trabalho agora por meio de aplicativos ou plataformas, a Uber sem dúvidas é a plataforma mais reconhecida na sociedade, como pioneira no seu modelo de organização de trabalho “desenvolveu uma plataforma digital disponível para *smartphones* que conecta os clientes aos prestadores de serviços” (Franco; Ferraz, 2019, p. 845). Por isso o termo *Uberização* para designar o trabalho por meio de aplicativos.

A empresa atua na promoção de atividades de transporte urbano e difere dos demais concorrentes do segmento por meio de elementos como: preço mais acessível em relação aos táxis convencionais; vinculação do percurso ao trajeto indicado no GPS da telefonia móvel; maior capacidade de controle sobre o prestador de serviço; e pagamento do serviço de transporte diretamente lançado no cartão de crédito do passageiro. Sem qualquer vínculo empregatício, os motoristas da Uber trabalham como profissionais autônomos e assumem diversos riscos para oferecer o serviço, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários à execução da atividade e por eles integralmente se responsabilizando. Levando em conta que o Direito do Trabalho brasileiro recalitra em classificar o motorista como empregado – esse trabalhador está, além de impelido a investir nos instrumentos de trabalho, desprotegido nessa relação de trabalho (Franco; Ferraz, 2019, p. 845).

Sem a contratação do trabalhador como empregado e não precisar disponibilizar meios necessários para o trabalho, a plataforma lucra virtualmente sem qualquer tipo de ligação física com o trabalhador, seja ele motorista ou entregador.

Cria-se o modelo de subsunção do trabalhador que pode ser seguido por outras empresas, pois não existe regulamentação trabalhista e sem o apoio dos próprios trabalhadores, não existirá tão logo. Os trabalhadores são induzidos a pensar que caso ocorra a regulamentação da uberização ele passará a ganhar ainda menos, mas não consegue enxergar que é o seu esforço que não está sendo valorizado já que ganha por viagem ou entrega, sendo transferida mais uma vez a responsabilidade para o próprio com a falácia do empreendedorismo que prega que o trabalhador é o seu próprio patrão e que o ganho depende apenas dele e do seu “esforço”.

Desta forma, o presente capítulo aborda a forma como o capitalismo se renova e está sempre inovando nas formas de exploração do trabalhador, cria perfeitamente o cenário ideal para a alienação, morde e assopra com o único objetivo de obter riqueza infinita. Com a flexibilização do trabalho, podemos analisar as novas formas de trabalho atuais; é impressionante a capacidade do neoliberalismo de impactar a vida das pessoas por meio do desespero e desemprego, ficam então submissos às vontades do capital para não passar fome e suprir suas necessidades básicas.

A forma perversa do capital obriga os trabalhadores a não “pensarem”, a dedicarem seu tempo em função de outros e serem recompensados apenas com o mínimo (até menos que isso). A sociedade busca e aceita as novas formas de trabalho, pois está alienada na sociedade capitalista, ainda assim quando não é possível conseguir participar do mínimo na sua cidade buscam novas oportunidades em outras cidades, estados e países, criando uma mobilidade do trabalho em relação ao capital. Portanto, o próximo capítulo discutirá sobre essa mobilidade dos trabalhadores acrianos nas cidades gêmeas Brasília, Cobija e Epitaciolândia.

4 CAPÍTULO 3 - A RELAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL E A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES MIGRANTES NAS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA

Este capítulo apresenta reflexões teóricas sobre mobilidade do trabalho, plasticidade do trabalho, migração e o trabalho na fronteira do Acre com Pando na Bolívia. Portanto, relaciona-se com o capítulo 2 com a discussão da dinâmica de fronteira, as relações econômicas fronteiriças de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija e a questão dos trabalhadores migrantes destas cidades gêmeas. Inicialmente utilizamos os dados obtidos no Acre em Números, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, IBGE (Parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA) e no *Instituto Boliviano de Comercio exterior* (IBCE) a fim de analisar o PIB e a Balança Comercial no contexto internacional, além disso, em seguida, foram sistematizadas as informações colhidas nas entrevistas com os trabalhadores acreanos e bolivianos para o entendimento das relações trabalhistas transfronteiriças presentes no espaço estudado de acordo com os protagonistas da realidade.

4.1 MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: O TRABALHADOR MIGRANTE

Conforme o que foi visto no capítulo anterior, apenas a circulação de uma mercadoria não gera um valor, então para que o valor de uso seja transformado em valor de troca é necessária uma mercadoria única, a capacidade de trabalho ou força de trabalho (Gaudemar, 1977). A acumulação capitalista proporciona a mobilidade do trabalho e da população criando diferentes condições de exploração em que os trabalhadores são subjugados pelo capital enquanto força de trabalho (Alves, 2014). Ao mesmo tempo em que o capitalismo explora todo o corpo humano, ele também gera desigualdades sociais e territoriais quando alimenta uma expectativa no trabalhador migrante de que naquela cidade terá um emprego que contemple suas necessidades, imaginando assim que somente com o deslocamento garantirá a sua sobrevivência.

O trabalhador detém a “liberdade” da sua força de trabalho, pois ela pertence ao trabalhador, porém essa liberdade pode ser negativa quando

entendemos que o trabalhador “ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” (Gaudemar, 1977, p. 190). Desta maneira, ainda conforme Gaudemar (1977), a mobilidade da força de trabalho está relacionada com a liberdade do trabalhador escolher o local e o tipo de trabalho no qual ele irá se sujeitar como mercadoria, que através de sua exploração produz o valor que o capital precisa e essa liberdade não caracteriza nenhuma garantia, já que a qualquer momento o trabalhador pode ser substituído.

Os trabalhadores migrantes têm suas vidas modificadas em decorrência do seu cotidiano de movimento que transforma a sua perspectiva de realização e também transforma o próprio trabalhador quando necessita deixar seu lugar, sua casa e sua família para buscar trabalho. Podemos destacar também a capacidade de adaptação desses trabalhadores que grande parte das vezes já possuem profissão ou alguma experiência em determinada função e não sabem que tipo de trabalho encontrarão no seu destino final, mas mesmo assim seguem dispostos e otimistas com a convicção que irão conseguir cobrir as demandas do mercado.

Thomaz Júnior (2009) define essa capacidade de adaptação como plasticidade do trabalho, em que o trabalhador se esforça ao máximo para que sua força de trabalho seja produtiva para o capital através das diversas atividades que ele é capaz de realizar. Isto é o que o autor se refere como “as diferentes faces do trabalho estranhado que ganham significados específicos nas suas formas de ser” (p. 100), destacando a relação entre mobilidade do trabalho e plasticidade do trabalho com o uso dos corpos humanos para valorização do valor (Alves, 2014).

Desta maneira, Gaudemar (1977) discorre que as formas circulantes da mobilidade do trabalho possibilitam ao capital escolher a localização ideal para sua fixação, tendo em vista que a força de trabalho já existente no local quando já exploradas para a produção dos valores de uso e deslocadas de uma esfera para outra são compensadas por novas forças de trabalho lançadas no mercado de trabalho. Em outras palavras, a migração por exemplo tem papel fundamental na manutenção da acumulação capitalista por garantir a formação de uma reserva de força de trabalho que esteja sempre a disposição mesmo que seja de forma rotativa, pois a necessidade do trabalhador disponibiliza a sua força de trabalho (Figura 1).

Figura 1 - A acumulação capitalista independente do local de fixação



Fonte: Gaudemar, 1977 (organizado e elaborado pela autora).

Diante do exposto, fica explícito que independente de onde o capital se estabeleça irá possuir força de trabalho garantida já que “pode encontrar outras vantagens noutro local, continuando sempre a atrair uma mão-de-obra que se deslocará sozinha” (Gaudemar, 1977, p. 323). O mesmo vale para os trabalhadores migrantes que podem encontrar trabalho onde quer que vão, mas nem sempre será um trabalho com emprego de qualidade, muitas vezes exercem função na qual ninguém mais quer trabalhar, seja por condições exploratórias ou má remuneração.

Assim aumentam as desigualdades sociais quando as preferências do desenvolvimento das cidades priorizam as condições do capitalismo, cidades tornam-se locais que atraem os trabalhadores migrantes para produzir na lógica da acumulação capitalista. Portanto, “a cidade é, dessa maneira, compreendida como um espaço de concentração, transformações e modificações territoriais” (Cardoso, 2022, p. 19) e pessoais.

As cidades gêmeas presentes na fronteira entre Acre e Pando possibilitam as trocas de informações, mercadorias e pessoas de maneira facilitada devido a sua conurbação, a dinâmica fronteira cria uma verdadeira rede complexa de interações e as atividades econômicas tornam-se fatores atrativos para os trabalhadores migrantes. Os fatores de atração podem ser caracterizados principalmente pelas “oportunidades de trabalho” que em geral oferecem

remuneração mais elevada do que o migrante poderia receber em seu local de origem (Singer, 1998). Por outro lado, essas cidades podem servir como local de oferecimento de trabalhos precarizados que atraem imigrantes para a circulação e materialização da lógica do capital (Cardoso, 2022).

As políticas territoriais de Brasília, Epitaciolândia e Cobija reforçam as características particulares dessas cidades gêmeas, “no caso das cidades brasileiras de Brasília e Epitaciolândia, vigora uma Área de Livre Comércio (ALC), geralmente referida como Área de Livre Comércio de Brasília e Epitaciolândia (ALCBE)” (Silva, 2017, p. 116) permitindo que elas desfrutem de vantagens fiscais sobre mercadorias brasileiras. O mesmo vale para Cobija enquanto grande centro comercial boliviano por possuir vantagens de importação de mercadorias.

Nesse sentido, a fronteira onde estão localizadas essas cidades vive um fluxo de mercadorias e pessoas constantes. E quando esse dinamismo precisa ser contido, altera-se a funcionalidade da fronteira, que, uma vez modificada, implicará na distribuição de bens, serviços e no cotidiano social da população que ali reside e, até mesmo, dos que buscam o consumo (Guerra, 2009, p. 25-26).

Assim a conurbação entre as cidades gêmeas estudadas possibilita interações além da fronteira de forma expressiva e se destacam as trocas da força de trabalho. Essa fluidez na fronteira também pode levar a ocorrência do tráfico de mercadorias e, frequentemente, de automóveis que em geral são roubados ou furtados em solo brasileiro e são direcionados às cidades bolivianas a fim da venda por um preço abaixo do mercado (Cardoso, 2022). Em seus escritos, Guerra (2009) alerta para os crimes que podem ocorrer nas cidades gêmeas devido a conurbação existente:

Por outro lado, essa integração urbana, com pontes, estradas e, até mesmo, florestas próximas à cidade, se transforma em caminhos para a deturpação da lei. São áreas que podem ser utilizadas para o contrabando de armas, produtos eletrônicos e, inclusive, de drogas, pois, normalmente, em áreas semelhantes, há estes caminhos ilegais (Guerra, 2009, 26).

Existe também a possibilidade do tráfico de pessoas, geralmente em situação de vulnerabilidade atraídas pela promessa de trabalho, como no caso das brasileiras de 20 e 31 anos que foram resgatadas em Cobija pela Polícia Federal de

Epitaciolândia juntamente com a polícia boliviana do *Comando Departamental de Policía de Pando*, onde estavam sendo exploradas sexualmente (Badaró, 2023).

Compreendemos desta maneira que a mobilidade do trabalho tem origem no processo espacial desigual das populações e rege a forma de criação do capital e, conseqüentemente, de seu crescimento sem se importar com as necessidades dos indivíduos. A mobilidade se expressa na força de trabalho, no processo produtivo, na circulação dos trabalhadores e das mercadorias, a sua concentração compreende tanto a transformação do campesinato em trabalhadores assalariados rurais bem como a plasticidade dos trabalhadores urbanos. Podemos destacar a mobilidade da força de trabalho como fruto das estratégias de diversos agentes sociais subservientes ao capital, o Estado e as empresas, para definir mercados de trabalho regionais (Gaudemar, 1977).

A relação de mobilidade da força de trabalho nas cidades gêmeas é algo quase que inevitável fazendo com que seja constatado a presença de trabalhadores acreanos na área comercial de Cobija e trabalhadores bolivianos pelas ruas de Brasiléia e Epitaciolândia. Podemos destacar também os trabalhadores brasileiros que residem em Epitaciolândia e trabalham em Brasiléia e vice e versa. Cardoso (2022) em sua pesquisa sobre os acreanos que trabalham em Puerto Evo Morales (Pando-Bolívia), destaca que pelo constante movimento nas lojas da vila boliviana é comum que os clientes não sejam atendidos por bolivianos, mas sim por brasileiros que realizam a migração pendular para fins trabalhistas por terem dificuldade de encontrar emprego em sua cidade de residência e falarem o mesmo idioma que os clientes, o que facilita a comunicação.

Percebe-se assim que geralmente quando os moradores de cidades próximas ou gêmeas encontram dificuldades em conseguir trabalho em seu local de residência, buscam alternativas nas cidades vizinhas para fins de sobrevivência. A partir dessa relação de proximidade e cooperação entre as cidades do Acre e de Pando verifica-se que a mobilidade da força de trabalho existe na zona de fronteira, perpassando pelos limites internacionais de forma cotidiana. Diante disso, essa pesquisa de dissertação analisa as relações de trabalho presentes nas cidades gêmeas compreendidas pelos municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija por meio de entrevistas com os trabalhadores acreanos que atuam em Cobija e os trabalhadores bolivianos que atuam em Brasiléia e Epitaciolândia.

Na próxima seção deste capítulo discutiremos a dinâmica dos trabalhadores migrantes que vendem a sua força de trabalho nas cidades gêmeas identificando as atividades econômicas, de serviço e transporte presentes na conurbação estudada; realizaremos a caracterização do tipo migração e do perfil dos trabalhadores migrantes na fronteira das cidades gêmeas; e analisaremos as condições de trabalho dos migrantes acreanos e bolivianos de acordo com a análise dos dados obtidos nas entrevistas realizadas em Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija.

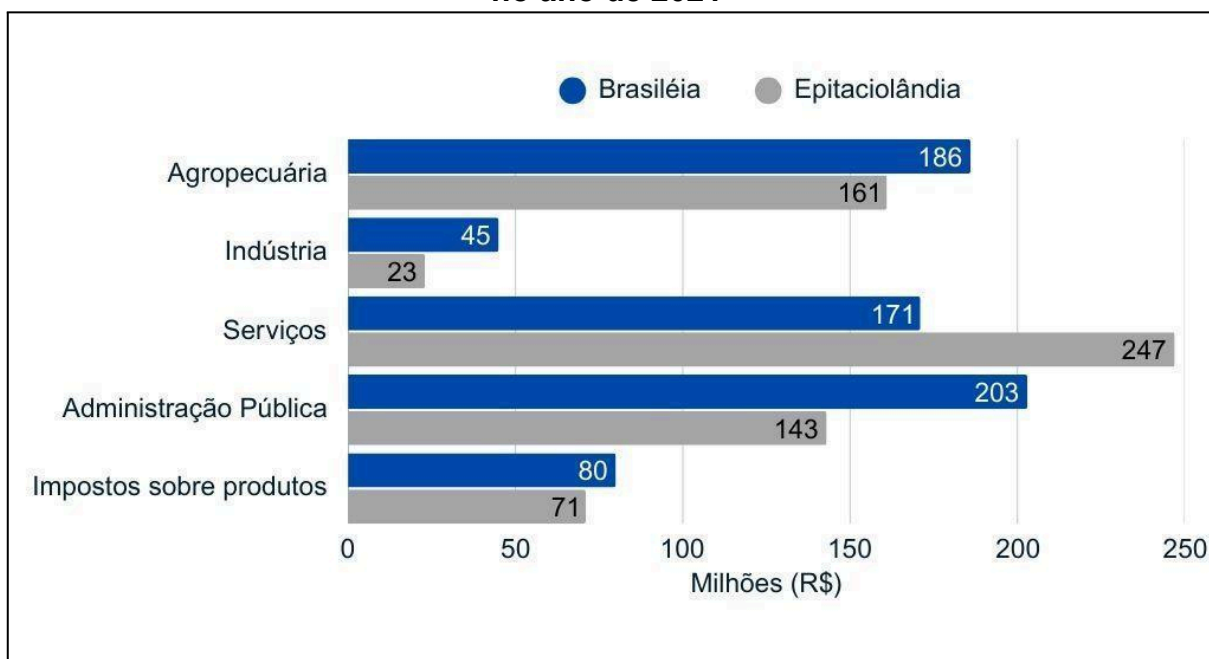
4.2 ATIVIDADES ECONÔMICAS, DE SERVIÇO E DE TRANSPORTE DAS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA (BEC)

Entre os elementos da produção do espaço das cidades gêmeas estudadas, podemos citar os setores econômicos primário, secundário e terciário. O setor primário pode ser identificado pela pesca, o extrativismo, a pecuária e a agricultura que ascendeu principalmente após o declínio da borracha e a chegada dos grandes fazendeiros sulistas vindos das regiões mais distantes do Brasil, estimulados pelo valor e quantidade de terras “*disponíveis*”. Enquanto o setor secundário baseia-se na transformação de matérias-primas (do setor primário) em produtos acabados através da indústria e da construção civil.

Já o setor terciário é composto pelo comércio, a prestação de serviços e pelos transportes, este setor está intimamente ligado ao processo de urbanização, pois com o desenvolvimento urbano das cidades firma-se as relações entre setor primário e terciário, criando as possibilidades de comercialização do que é produzido pelos primeiros setores (Guerra, 2009). Desta maneira, podemos começar com a análise dos valores brutos dos municípios acreanos que fazem parte das cidades gêmeas aqui analisadas.

De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE (2021) sobre o PIB *per capita*, Brasiléia em 2021 registrou o valor de R\$ 25.278,78 enquanto Epitaciolândia registrou R\$ 33.960,77, colocando os municípios entre os 10 municípios com maiores arrecadações no Acre, Brasiléia ocupa o 8º lugar e Epitaciolândia no 2º lugar. Em relação ao PIB a preços correntes, Brasiléia obteve R\$ 685.636,225 (×1000) e Epitaciolândia R\$ 644.541,502 (×1000). No gráfico abaixo (Gráfico 1) podemos visualizar os valores distribuídos por setor econômico.

Gráfico 1 - Composição relativa do PIB municipal de Brasília e Epitaciolândia no ano de 2021



Fonte: IBGE, 2021.

Diante dos dados, é possível verificar a predominância de Brasília na agropecuária mesmo que os valores tenham somente cerca de R\$ 20.000.000 de diferença, na indústria Brasília consegue um desempenho maior que o dobro do desempenho de Epitaciolândia, na administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social Brasília também consegue sobressair em comparação à Epitaciolândia. Em contrapartida, no setor de serviços Epitaciolândia se destaca, ainda que com uma população menor do que a residente em Brasília, Epitaciolândia se dedica muito à prestação de serviços, sua localização influencia o turismo comercial sendo em solo brasileiro a porta de entrada para as cidades gêmeas pela BR-317.

Ressalte-se que a evolução do setor terciário é verificada pelo desencadeamento da expansão urbana. Isto porque, embora o espaço dessas cidades fosse dominado pelo setor primário, já se podia perceber que as atividades do setor terciário começavam a conquistar espaço, uma vez que, à medida que as cidades cresciam, surgiam também diversas necessidades (Guerra, 2009,p. 40).

A Estrada do Pacífico, como já foi citada anteriormente, proporcionou o aumento das relações dinâmicas da região, não somente entre as cidades gêmeas estudadas, mas também para todo o conjunto da região MAP: *Madre de Dios* (Peru),

Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), contribuindo para a valorização das exportações na faixa de fronteira (Tabela 1).

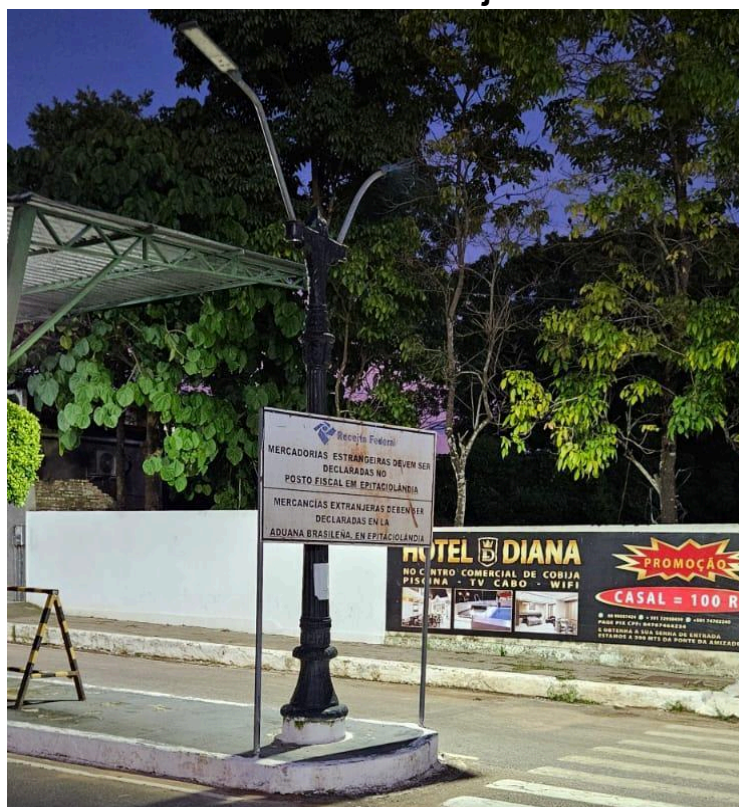
Tabela 1 - Exportações e importações (US\$ 1,00) de Brasiléia e Epitaciolândia em relação à Rio Branco no ano de 2024

2024	Brasiléia	Epitaciolândia	Rio Branco	Acre
Exportações	24.278.195,00	8.696.457,00	11.610.643,00	61.930.769,00
Importações	35.260,00	144.091,00	2.189.649,00	3.337.159,00
Saldo	24.242.935,00	8.552.366,00	9.420.994,00	58.593.610,00

Fonte: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025.

Brasiléia e Epitaciolândia estavam, respectivamente, no 1º e 2º lugar no *ranking* de exportações dos municípios acreanos em 2023 (Acre, 2025), deixando a capital Rio Branco em 3º lugar; em 2024 destaca-se ainda o baixo valor de importações dos municípios, porém nas exportações Brasiléia continuava liderando o *ranking* e Epitaciolândia acabou ficando em 4º lugar atrás do município de Senador Guimard (R\$ 12.445.679,00) que ficou em 2º e Rio Branco em 3º. Ainda que as suas posições sejam de cidades gêmeas com Cobija, as baixas taxas das importações em relação às exportações resultam em um saldo bastante positivo na balança comercial. Notamos que esse saldo positivo de importações de Brasiléia pode se originar na facilidade de entrada com produtos comprados em Cobija, pois em todas as idas à campo na cidade a aduana na fronteira entre Brasiléia e Cobija constava somente uma placa informando que as “mercadorias estrangeiras devem ser declaradas no posto fiscal em Epitaciolândia” (Figura 2 e 3).

Figura 2 - Placa da Receita Federal na entrada de Brasília vista por quem retorna de Cobija



Fonte: José Alves, 2024.

Figura 3 - Placa de boas-vindas na entrada de Cobija (ponte binacional Wilson Pinheiro)



Fonte: Aldenisce Cardoso, 2024.

Verifica-se nas imagens acima que no dia da captura (26/11/2024) – realizada em dois momentos – durante o dia e no começo da noite, não é possível ver qualquer tipo de fiscalização sobre a saída ou entrada dos produtos entre Brasiléia e Cobija, pois o Posto de Fiscalização da Receita Federal fica em Eptaciolândia e isto nos leva a crer que os dados de Brasiléia sobre importação (Tabela 1) e imposto (Gráfico 1) sobre o produtos podem não estar completos. Além disso, durante as 3 visitas de campo em Cobija, somente em 1 dia observamos a presença de policiais bolivianos verificando os produtos que saíam, porém somente em veículos automotores, os pedestres e ciclistas eram dispensados pela fiscalização boliviana.

O descompasso entre a exportação e a importação é explicado pela ausência de uma regulamentação que favoreça esta última. Apesar de desfrutarem de algumas das regulações da ALC, Brasiléia e Eptaciolândia não estão autorizadas a importar utilizando os benefícios fiscais (Silva, 2017, p. 120).

A citação acima se baseia, segundo o autor (Silva, 2017), na existência de uma estratégia protecionista que atrasa a regulamentação dos benefícios de importação, na tentativa de beneficiar aqueles que produzem no território brasileiro. Cabe aqui identificar os dados sobre que tipos de produtos são exportados e importados por Brasiléia e Eptaciolândia levando em consideração a quantidade e os locais de destino e origem dos produtos (Tabela 2 e 3).

Tabela 2 - Destino e produtos das exportações de Brasiléia em 2024

Brasiléia			
Destino das exportações	Tipos de produtos (em toneladas)	Quantidade (Kg)	Valor dólar FOB (US\$)
	Carne suína	5.994.663	17.247.442,00
1º Peru	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju ³	2.858.898	4.067.609,00
	Milho	5.764.850	1.089.953,00
	Sidra e outras bebidas fermentadas	323.202	286.247,00

³ Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços são compostos por códigos numéricos (Sistema Harmonizado – SH) que em sua maioria não especificam somente o tipo de produto e sim a categoria em que está inserido.

2º Bolívia	Açúcares de cana ou de beterraba	346.500	196.790,00
	Carnes e miudezas comestíveis de aves	84.000	161.084,00
3º Hong Kong	Carne suína	25.000	14.800,00
Total		15.397.113	23.063.925,00

Fonte: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025.

Nota: Para a tabela levamos em consideração apenas os 3 produtos mais exportados.

Conforme os dados da Tabela 2, como era esperado, Brasília e Eptaciolândia destinaram, em 2024, a maioria dos seus produtos de exportação⁴ para o Peru e a Bolívia. Dentre os produtos mais exportados por Brasília destacam-se como principal a carne suína, seguida por cocos, castanha do Brasil, castanha de caju⁵ e milho, enquanto a Bolívia recebe sidra e outras bebidas fermentadas, açúcares de cana ou de beterraba e carnes e miudezas comestíveis de aves. Também foi possível observar Hong Kong como importador de carne suína, em 2024. Na Tabela 3, analisamos o destino e produtos das exportações de Eptaciolândia em 2024.

Tabela 3 - Destino e produtos das exportações de Eptaciolândia em 2024

Eptaciolândia			
Destino das exportações	Tipos de produtos (em toneladas)	Quantidade (Kg)	Valor dólar FOB (US\$)
1º Bolívia	Carnes e miudezas comestíveis de aves	1.463.000	2.394.698,00
	Óleo de soja e respectivas fracções	505.256	599.185,00
	Açúcares de cana ou de beterraba	826.200	491.962,00
2º Peru	Milho	6.002.650	1.311.636,00
	Tratores	12.430	106.193,00
	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	184.000	93.841,00
3º Camboja	Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manuais	<1	4,00

⁴ De acordo com a base de dados, os produtos informados não são identificados com o seu local de origem, podendo ser ou não originados em Brasília e Eptaciolândia, leva em consideração somente o local de venda dos produtos.

⁵ Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços são compostos por códigos numéricos (Sistema Harmonizado – SH) que em sua maioria não especificam somente o tipo de produto e sim a categoria em que está inserido.

Total	8.993.536	4.997.519
--------------	------------------	------------------

Fonte: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025.

Nota: Para a tabela levamos em consideração apenas os 3 produtos mais exportados.

Epitaciolândia exportou produtos variados para a Bolívia, isso fez com que mesmo que o Peru tenha importado 6.000 toneladas de milho, a soma de todos os produtos exportados para a Bolívia continua sendo maior do que para o Peru. Verificamos que os produtos exportados por Epitaciolândia se diferenciam dos exportados por Brasília com destino a Bolívia na quantidade (mais de 2.000 toneladas) e além de açúcares de cana ou de beterraba e carnes, miudezas comestíveis de aves, também exportou óleo de soja. Para o Peru exportou milho, tratores e tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja e uma pequena quantidade quase inexpressiva de ferramentas para Camboja.

De acordo com os dados podemos notar a presença das carnes (de aves e de suínos) como os maiores contribuidores para o valor exportado dos municípios acreanos estudados, assim, é importante ressaltar que em Brasília está a sede da Acreaves Alimentos Ltda, que tem como principal atividade o abate de aves para comercialização. Também está localizada a Dom Porquito Agroindustrial que tem como principal atuação como frigorífico e abate de suínos para a comercialização e está subordinada a Acreaves, ambas estão localizadas às margens da BR-317 (Figura 4) sentido Brasília – Assis Brasil.

Figura 4 - Fachada da Acreaves Alimentos Ltda



Fonte: Aldenise Cardoso, 2024.

Desta maneira, podemos identificar a importância da Acreaves no abate de aves e suínos para comercialização e sua influência na Balança Comercial de Brasília e Epitaciolândia contribuindo para a caracterização dos municípios como os maiores exportadores do Acre, em 2024, e que possuem saldo positivo em relação às suas importações (Tabela 4 e 5).

Tabela 4 - Origem e produtos das importações de Brasília em 2024

Brasília			
Origem das importações	Tipos de produtos	Quantidade (Kg)	Valor dólar FOB (US\$)
1º Peru	Vidro vazado ou laminado, em chapas, folhas ou perfis ⁶	15.000	24.000,00
3º China	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	337	9.560,00
2º Equador	Veios (árvores) de transmissão e manivelas	2.260	1.700,00
Total		17.597	35.260,00

Fonte: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025.

Tabela 5 - Origem e produtos das importações de Epitaciolândia em 2024

Epitaciolândia			
Origem das importações	Tipos de produtos (em toneladas)	Quantidade (Kg)	Valor dólar FOB (US\$)
	Papel jornal, em rolos ou em folhas	56.000	106.480,00
Bolívia	Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente	170.400	30.552,00
	Madeira perfilada	21.550	7.059,00
Total		247.950	144.091,00

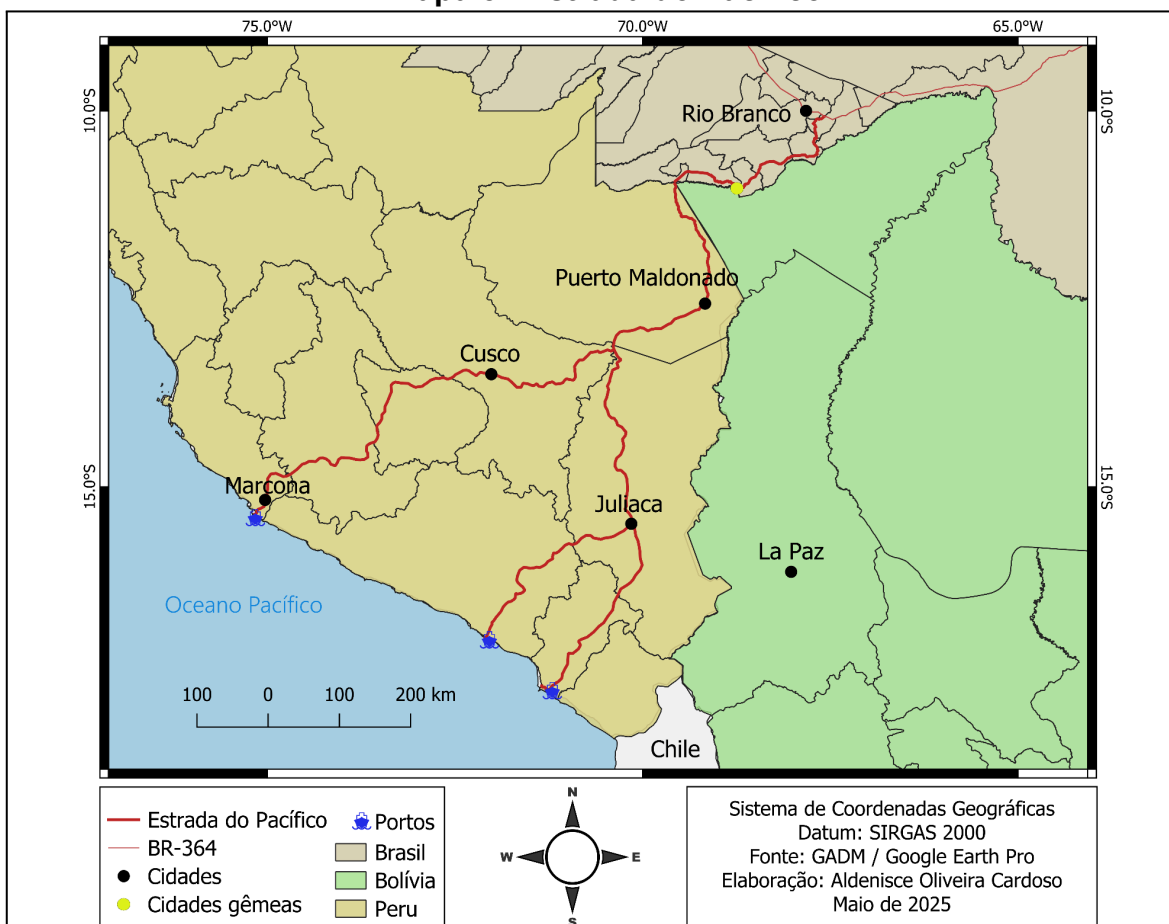
Fonte: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025.

Os dados sobre importação revelam a estreita relação de trocas de Brasília com o Peru, mesmo que em pouca quantidade, a maior importação do

⁶ Nos dados disponibilizados pela fonte, foi listado o código numeral SH 703 nos dados sobre importações e o mesmo não foi encontrado na nomenclatura SH, utilizamos portanto o SH 7003 seguindo a mesma lógica dos demais códigos.

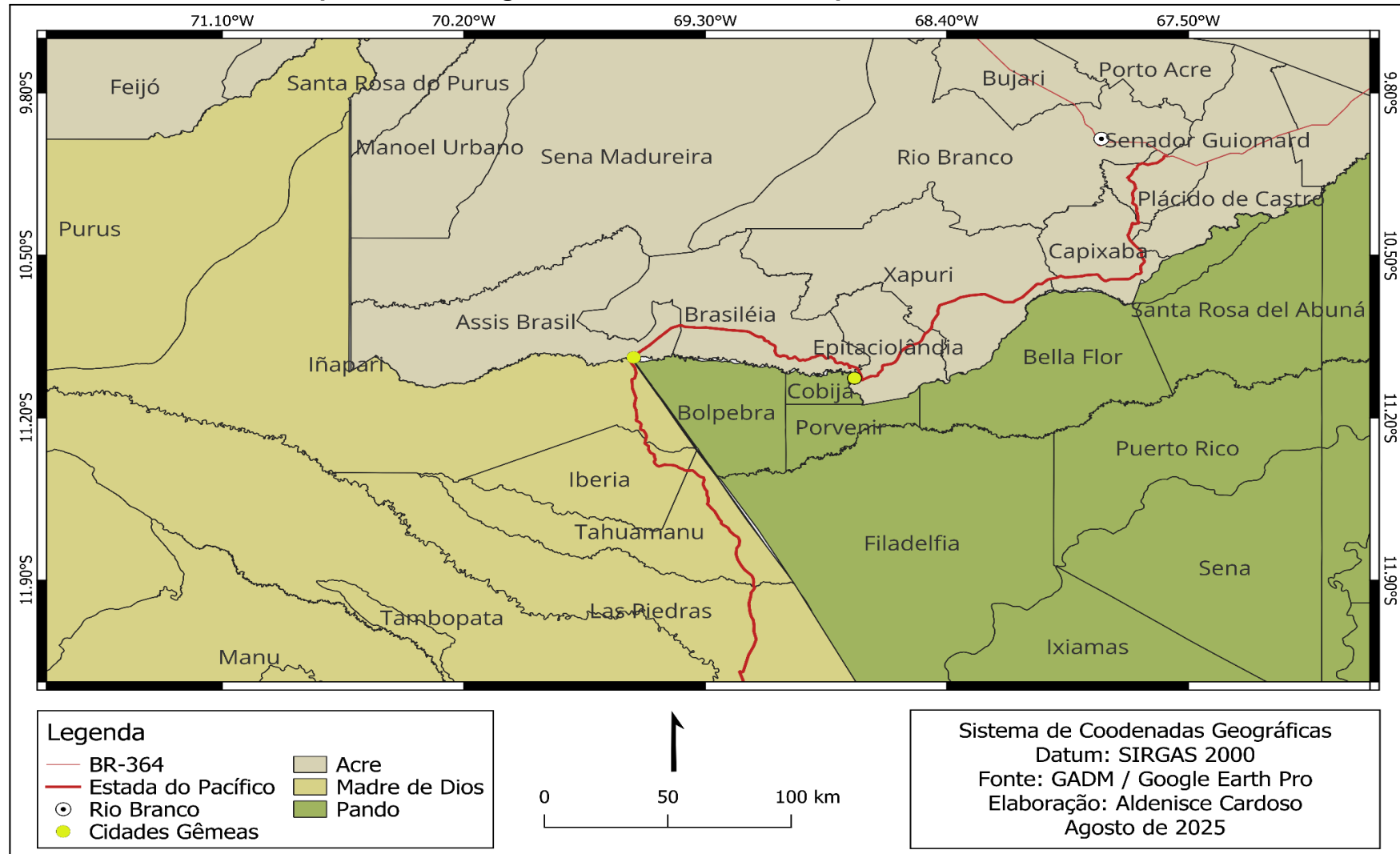
município foi do vidro peruano, seguido pelos veios de árvores do Equador e pelos aparelhos elétricos da China. Enquanto Epitaciolândia importou madeira serrada, papel jornal e madeira perfilada exclusivamente da Bolívia. Analisando as tabelas 2 e 3 podemos indicar que Brasília possui mais relações comerciais (exportação e importação) com o Peru do que com a Bolívia e Epitaciolândia possui justamente o contrário, mais relações de trocas com a Bolívia do que com o Peru. Devemos destacar também que seguindo a Estrada do Pacífico (Mapa 5 e 6) o Peru está mais próximo de Brasília do que de Epitaciolândia.

Mapa 5 - Estrada do Pacífico



Fonte: GADM, 2016; Google Earth Pro, 2025 (elaborado pela autora).

Mapa 6 - Cidades gêmeas acreanas cortadas pela Estrada do Pacífico



Fonte: GADM, 2016; Google Earth Pro, 2025 (elaborado pela autora).

Durante as atividades de campo realizadas entre 2023 (Figura 5) e 2024, conjuntamente com o Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia, tivemos a oportunidade de conhecer algumas casas de passagem para imigrantes em Assis Brasil.

Figura 5 - Visita a casa de passagem em Assis Brasil



Fonte: PET Geografia, 2023.

Também podemos conversar com um agente da Polícia Federal de Assis Brasil que nos informou que os peruanos de Iñapari rotineiramente se deslocam para o Brasil para fazer compras de supermercado, almoçar ou simplesmente “passear”. Foi destacado ainda que os vizinhos peruanos adoram a comida brasileira e que as churrascarias de Assis Brasil são sempre bastante movimentadas com o público peruano. Realmente, todas as vezes que nos deslocamos até Assis Brasil, verificamos o livre trânsito de brasileiros e peruanos entre Assis Brasil e Iñapari (Figura 6). Com a afirmação do agente de fronteira, podemos entender ainda a facilidade que os peruanos têm para seguir até Brasília e Eptaciolândia, notamos ainda que durante o momento em que ficamos no posto policial e da Receita Federal (Figura 7), nenhum veículo foi parado ou fiscalizado.

Figura 6 - Trânsito livre para veículos entre Assis Brasil (BRA) e Iñapari (PER)



Fonte: Aldenisce Cardoso, 2024.

Figura 7 - Prédio da Receita Federal e Polícia Federal na entrada de Assis Brasil



Fonte: Aldenisce Cardoso, 2024.

Silva (2017) ressalta que esse comércio pendular é um dos lados da informalidade que não se contabiliza nas estatísticas oficiais do comércio transfronteiriço, ele se aplica ao próprio comércio ilegal já que não existe fiscalizações sobre o que entra ou sai na fronteira. Cobija possui a única Zona Franca (Zofracobija) pública da Bolívia até o ano de 2038 (Terrazas, 2018), porém

quando são pesquisados os dados sobre a Balança Comercial de Cobija, os dados aparecem somente por departamento. Neste caso analisaremos os dados do Departamento de Pando, sabendo que Cobija tem importante contribuição para os dados por ser capital. Iniciaremos com os dados do PIB de Pando segundo as atividades econômicas (Tabela 6).

Tabela 6 - Composição relativa do PIB (BOB\$x1000) departamental de Pando segundo atividade econômica no ano de 2023

Atividade econômica	Valor (BOB\$x1000)	Valor (%)
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	125.293,00	30,4
Serviços da administração pública	64.339,00	15,7
Construção	44.509,00	10,8
Comércio	42.545,00	10,4
Extração mineral e de pedreiras	41.785,00	10,2
Indústrias de manufaturas	35.843,00	8,7
Restaurantes e hotéis	18.167,00	4,4
Instituições Financeiras, Seguros, Imóveis e Serviços Prestados às Empresas	15.447,00	3,8
Serviços Comunitários, Sociais, Pessoais e Domésticos	11.305,00	2,8
Transporte, Armazenamento e Comunicações	7.653,00	1,9
Eletricidade, Gás e Água	3.719,00	0,9
Total	410.607,00	100

Fonte: BOLÍVIA: Instituto Nacional de Estadística (INE), 2023.

Os dados do PIB do Departamento de Pando são classificados de acordo com a atividade econômica e subdivididos pelos tipos de produtos, na tabela acima levamos em consideração apenas as categorias das atividades econômicas e observamos que em 2023 quem mais contribuiu foi a Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca foram responsável por 30,4% da arrecadação, seguido por Serviços da

administração pública (15,7%), Construção (10,8%), Comércio (10,4) e Extração mineral e de pedreiras (10,2%), as demais atividades econômicas contribuíram com menos de 10%. Entendemos assim que ainda que o Departamento detenha uma Zona Franca em Cobija o setor primário, em 2023, foi o mais importante para Pando, se destacando além do comércio. Identificamos uma maior variedade de atividades econômicas do Departamento de Pando, ao todo foram indicados 11 tipos, enquanto Brasiléia e Epitaciolândia apenas 5 tipos. A seguir discutiremos sobre os dados totais de exportação e importação (Tabela 7).

Tabela 7 - Exportações e importações do Departamento de Pando (US\$1,00) em comparação com Acre, Brasiléia e Epitaciolândia no ano de 2024

2024	Pando	Acre	Brasiléia e Epitaciolândia
Exportações	48.588.209,00	61.930.769,00	32.974.652,00
Importações	5.197.332,00	3.337.159,00	179.351,00
Saldo	43.390.877,00	58.593.610,00	32.795.301,00

Fonte: BOLÍVIA: IBCE, 2025; BRASIL: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025.

Enquanto departamento, Pando obteve um valor de quase 50 milhões de dólares estadunidenses nas suas exportações, em comparação o Acre obteve um desempenho maior nas exportações e importou menos produtos do que Pando, já Brasiléia e Epitaciolândia juntas arrecadaram quase 33 milhões de dólares. Os dados revelam a autonomia e capacidade das cidades em relação às arrecadações de todo um Departamento resultando em uma diferença de aproximadamente US\$16.000.000,00. Com relação às importações de Pando, apenas 5 milhões foram identificados, devemos mais uma vez lembrar que os dados sobre o Departamento de Pando são muito influenciados pela condição da Zofracobija, contribuindo com 0,54% dos valores de exportados e 0,5% dos valores de importados da Bolívia em 2024. Na Tabela 8 vamos classificar os 3 principais produtos exportados de Pando.

Tabela 8 - Exportações do departamento de Pando por tipo de produto no ano de 2024

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	Destino principal
Castanha do Brasil sem casca, frescas ou secas	5.782.929	37.672.243,00	Países Baixos
Madeira perfilada longitudinalmente de outras espécies	5.833.018	7.102.866,00	União Europeia Japão
Madeira perfilada longitudinalmente de ipê	963.628	1.782.187,00	Não informado
Valor total	12.579.575	46.557.296	

Fonte: BOLÍVIA: IBCE, 2025.

Os dados da tabela 8 mostram que as exportações de Pando estão concentradas especialmente na castanha do Brasil o que corresponde a 77,5% do valor do total exportado em 2024, seguido pela madeira perfilada de outras espécies e madeira perfilada de ipê. Os produtos foram respectivamente mais exportados para os Países Baixos, União Europeia e Japão, não contendo a informação de para onde foi exportada a madeira perfilada de ipê. Mesmo assim no relatório do IBCE (2025) o Brasil é o principal país para o qual a Bolívia exporta seus produtos, seguido pela China. Ainda que a Bolívia não possua saída em seu território para o Oceano Pacífico, ela utiliza a via de circulação denominada Tambo Quemado⁷ - Charaña - Arica no Chile (Mapa 7).

⁷ Chungara - Tambo Quemado é uma localidade presente na fronteira entre Bolívia (Jancoaque) e Chile (Arica), possui apenas postos de fiscalização ou o equivalente.

Mapa 7 - Via de exportação Tambo Quemado - Charaña - Arica



Fonte: GADM, 2016; Google Earth Pro, 2025 (elaborado pela autora).

Esta via de tráfego foi responsável pelo quantitativo de 1.568.698.604 quilos de produtos exportados, totalizando US\$ 2.702.006.638,00, o maior valor obtido por produtos exportados de todas as vias utilizadas pela Bolívia. Além do Brasil e da China como principais países de destino, a Bolívia também exportou produtos para o Japão, Peru e Coreia do Sul. Na próxima tabela (Tabela 9) estão os 3 produtos mais importados por Pando.

Tabela 9 - Importações do departamento de Pando por tipo de produto no ano de 2024

Produto	Volume em Kg	Valor em dólares	Origem principal
Diesel	789.317	1.311.462,00	Peru Argentina
Peças de telefone, incluindo smartphones e outros telefones celulares	36.920	1.005.266,00	Via Amazonas - Cobija - Guayaramerín

Motocicletas com motores a pistão, com cilindrada entre 50 cm ³ e 250 cm ³	67.643	922.673,00	China
Valor total	893.880	3.239.401,00	

Fonte: BOLÍVIA: IBCE, 2025.

O diesel se destaca como produto mais importado por Pando principalmente do Peru e da Argentina, é também o produto mais importado pela Bolívia das Zonas Geoeconômicas: Associação Latino Americana de Integração (ALADI), Comunidade Andina e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em segundo lugar vem as peças para telefones e celulares, que não possui especificado, porém a via Amazonas - Cobija - Guayaramerín nos leva a supor que essas peças saem da Zona Franca de Manaus, passam por Cobija até chegar a Guayaramerín cidade gêmea de Guajará-Mirim (RO). O terceiro produto mais importado são as motocicletas vindo da China. Podemos aqui enfatizar que é comum ver caminhões-tanque bolivianos para transportar combustível nas ruas de Brasília e Epitaciolândia e também as motocicletas “bolivianas” (Figura 8) que em geral são mais em conta do que as vendidas no Brasil.

Figura 8 - Motocicletas de placa boliviana em Brasília



Fonte: Aldenise Cardoso, 2024.

Conforme os dados analisados Brasiléia e Epitaciolândia possuem localização privilegiada na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru, a Estrada do Pacífico ou *Carretera Interoceânica* possibilita aos municípios uma melhor distribuição dos seus produtos para o Peru e a posição de cidade gêmeas com Cobija permite a entrada dos seus produtos na Bolívia. Sem esquecer que a conurbação das cidades proporciona trocas que podem não estar contabilizadas nos dados estatísticos utilizados nas tabelas. Outro fato relevante que deve ser destacado é que mesmo sem saída para o mar, a Bolívia consegue importar e exportar seus produtos para o outro lado do mundo pela via Tambo Quemado - Charaña - Arica, é importante entender essa dinâmica pois muitos produtos encontrados em Cobija e conseqüentemente em Brasiléia e Epitaciolândia são de origens chinesa. Os valores de importação como esperado são maiores para Pando, devido à Cobija se tratar de uma Zona Franca.

Assim como já abordamos neste escrito, a Zona Franca de Cobija atrai muitos turistas e clientes, a sua relação de cidade gêmea com Brasiléia e Epitaciolândia abre caminhos para além das trocas de produtos, surgindo também as relações trabalhistas entre as cidades. Por meio de entrevistas, conversas e formulários aplicados em Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija, na próxima seção vamos identificar o tipo de migração realizada pelos trabalhadores migrantes das cidades gêmeas, o perfil dos trabalhadores e a condição de trabalho dos acreanos e bolivianos entrevistados.

4.3 A MOBILIDADE/MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES ACREANOS E BOLIVIANOS NA FRONTEIRA DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA

A análise deste tópico foi construída a partir da realização de trabalho de campo na fronteira entre o estado do Acre e o Departamento de Pando, na conurbação entre as cidades gêmeas dos municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija (Figura 9). Ao total foram realizadas 3 agendas de trabalho na fronteira (Quadro 1) em 2023, 2024 e 2025.

Figura 9 - Visita de campo em Cobija para encontrar os trabalhadores acreanos



Fonte: Alice Lima, 2024.

Quadro 1 - Campos realizados na pesquisa nas cidades gêmeas aqui estudadas

Data	Trajetos	Colaboração	Locais pesquisados
27, 28 e 29 de novembro de 2023	Rio Branco - Brasiléia - Assis Brasil - Epitaciolândia - Rio Branco	PET Geografia, Curso de Geografia Bacharelado e PPGeo-Ufac	Brasiléia, Assis Brasil e Epitaciolândia
25, 26 e 27 de novembro de 2024	Rio Branco - Brasiléia - Assis Brasil - Epitaciolândia - Rio Branco	PET Geografia e PPGeo-Ufac	Brasiléia, Assis Brasil, Cobija e Epitaciolândia
14, 15 e 16 de março de 2025	Rio Branco - Brasiléia - Assis Brasil - Epitaciolândia - Rio Branco	Cursos de Geografia (bacharelado e licenciatura) e PPGeo-Ufac	Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija (entrevistas)

Fonte: Programação para a realização de trabalho de campo, 2023; 2024; 2025.

Por meio das pesquisas realizadas na fronteira tanto em Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija como em Assis Brasil e Iñapari foi possível uma melhor compreensão do cotidiano na fronteira. A observação acabou proporcionando assim uma melhor análise da mobilidade estudada. As entrevistas, aqui analisadas, foram realizadas através de questionário (Apêndice A), formulário *online* criado e

disponibilizado pelo Google Forms, que foi utilizado somente por 1 trabalhador que não pôde conceder entrevista presencial devido ao seu contínuo deslocamento entre Porto Acre - Rio Branco - Epitaciolândia - Brasiléia - Cobija.

Ao todo foram abordados mais de 25 trabalhadores (acrianos e bolivianos) no espaço das cidades gêmeas (BEC); foi lhes apresentado o objetivo da pesquisa, a localização da Universidade responsável pelo Programa de Pós-Graduação e a identidade da pesquisadora. Porém alguns preferiram não responder o questionário, porque conforme eles “não tenho tempo” ou certo receio, medo, preocupação e desconfiança. Alguns trabalhadores se sentiam mais confortáveis em conversar com a presença do professor orientador, como no caso de uma trabalhadora boliviana que após a apresentação da pesquisa e do questionário, perguntou: “onde está o seu professor?” e se recusou educadamente a responder.

Ainda assim, 19 trabalhadores participaram da pesquisa respondendo o questionário. É importante destacar que os trabalhadores concordaram e deram anuência para os registros fotográficos, para participar da pesquisa e responder as perguntas em que se sentirem confortáveis. Todas as 31 perguntas foram claramente descritas como opcionais, podendo ou não ser direcionadas para aquele tipo de trabalhador, considerando que o tipo de trabalho que cada um realiza se difere.

As questões levantadas foram organizadas em categorias sobre o tipo de mobilidade/migração, tipo de trabalho e as condições de trabalho. Tentamos compreender como a mobilidade entre as cidades é realizada, o tipo de trabalho ofertado, a motivação da procura pelo emprego na outra cidade, as funções realizadas no trabalho, as condições de trabalho, a respeito do pagamento e sobre buscamos também ouvir do trabalhador a sua opinião sobre o seu o local de trabalho e como a vivência no mesmo pode ser melhorada, para assim poder fazer uma caracterização dos trabalhadores migrantes e de suas condições de trabalho.

A seção a seguir tratará da análise da migração e do perfil dos trabalhadores de acordo com os dados obtidos nas entrevistas, iniciando com os trabalhadores acrianos em Cobija e prosseguindo com os trabalhadores bolivianos em Brasiléia e Epitaciolândia. Todas as falas foram fielmente redigidas conforme o que foi dito pelos entrevistados, garantindo que a pesquisa também demonstre como é a comunicação linguística dos habitantes da fronteira estudada.

4.3.1 Caracterização da migração, do perfil e da condição de trabalho dos trabalhadores migrantes de Brasiléia e Epitaciolândia em Cobija

Devemos iniciar abrindo um parêntese sobre a dificuldade de conseguir entrevistar os trabalhadores acreanos, de modo geral eles não gostam e não podem falar muito enquanto trabalham. Entendemos isso e de maneira nenhuma tentamos prejudicar os trabalhadores, outro fato é que andando pelas ruas e lojas comerciais de Cobija não é fácil identificar quem é ou não brasileiro pela fisionomia. Por vezes abordamos bolivianos que “pareciam com uma pessoa brasileira”, isso não é por estereótipo ou preconceito, mas se deve pela diferenciação entre os bolivianos de Puerto Evo Morales (*collas*) e de Cobija (*cambas*). Essa diferenciação de fisionomia também foi observada por um trabalhador acreano entrevistado que residia em Plácido de Castro.

É diferente porque lá em Plácido (Puerto Evo Morales) só tem os bolivianos *colla*, aqui não tem, os bolivianos que são os *cambas* que eles também são de Santa Cruz... Uma cidade da Bolívia aí, a gente olha pra eles e vê tipo como se eles fossem brasileiros. A gente olha e pensa assim ‘ah, ele deve ser brasileiro’ por que parece, mas não, quando eles vão falar, é boliviano. Quando eu cheguei, eles me trataram super bem, aí eu falei: ‘você são brasileiros?’ eles: ‘não boliviano’, ‘caraca, parece brasileiro’, porque eu só via o pessoal lá de Plácido, né? Aí eles foram me explicar que tem duas ‘espécies’ [sic], os *collas* e os *cambas* [...]. Aí tipo os bolivianos mesmo, os *camba*, eles são bem educados e tem os *collas*, eles nem gostam que chamem eles de *collas*, os *collas* são esses bolivianos que vende em loja, tudim se parece, parece uns ‘índios’, aí por exemplo, se chamar eles de *collas* é a mesma coisa que tá chamando eles de preto aqui no Brasil. Tipo uma discriminação. Aí, eles são bem mais rígidos, eles gostam de explorar mesmo, os *cambas* não, eles são mais compreensivos (T1, 2024).

Conforme Souchaud e Baeninger (2008) a distribuição desses grupos na Bolívia tem uma diferenciação histórica e geográfica entre regiões montanhosas, que encontravam-se os aimaras e quíchuas; e planícies das regiões baixas nas quais encontravam-se os outros povos nativos. O termo *collas* deriva de *collasuyo* que faz referência a um dos quatro distritos do Império Inca onde hoje é situada a Bolívia, e atualmente o termo existe em oposição aos *cambas*. Então a palavra *colla* atualmente faz referência aos que são/vêm do altiplano, ou seja, os aimaras e

quíchuas. Por outro lado, o termo *cambas* designa aqueles que são membros de comunidades nativas das baixas regiões, em destaque para os guaranis e chiquitanos.

No início dos anos 2000 a oposição entre os dois termos demonstrava a profunda e violenta crise que a Bolívia estava enfrentando, com base em elementos políticos e econômicos, expressando a aversão entre o ocidente e o oriente do país boliviano, equiparando-se ao antagonismo entre as regiões altas (andinas, altiplânicas) e baixas, isto é, entre *cambas* e *collas* (termo usado pelos *cambas*). Assim os termos derivam da diferenciação histórica e pré-colombiana, no Departamento de Santa Cruz mantém um baixo nível de identificação de sua população com grupos nativos, entretanto em comparação com os demais Santa Cruz ainda é mais diversificado etnicamente do que os outros departamentos bolivianos (Souchaud; Baeninger, 2008).

Além dessa explicação entre os *cambas* e *collas*, outro fator que pode contribuir para essa “confusão entre as aparências” é a dupla nacionalidade dos habitantes dessa zona fronteira, é comum que muitos habitantes de Brasília, Epitaciolândia e Cobija possuam nacionalidade brasileira e boliviana. Assim como em Plácido de Castro e Puerto Evo Morales, é comum o relacionamento amoroso entre brasileiros e bolivianos e de acordo com o entrevistado T1 são comuns casamentos entre os habitantes na região de fronteira.

Tem muito, tá? Casamento de brasileiro com boliviano. Geralmente os bolivianos continuam lá (em Cobija) e o brasileiro vai para a Bolívia, aí a opção de vida lá é bem melhor. Tem mais opção de trabalho e quando tu pega um dinheiro no Brasil e cambia pra Bolívia dá mais, um exemplo, o boliviano... Tu pega o real, pega 1,00 real por exemplo e troca por boliviano aí vai dar 1,80 (boliviano). Dá bem mais, então a opção de vida e as coisas lá são mais barato. Agora se tu for comprar em real, fica mais caro. E geralmente é o homem, o homem que casa com boliviana (T1, 2024).

Assim, é comum que os habitantes sejam mais “parecidos” em uma região conurbada devido a proximidade e boas relações entre os moradores das cidades gêmeas. Fechado o parêntese, voltemos para a análise das entrevistas.

Dos 19 trabalhadores entrevistados, 5 são acreanos (Figura 10), 12 bolivianos e 2 possuem nacionalidade brasileira e boliviana. Iniciaremos com os trabalhadores acreanos, ao todo foram entrevistadas 4 pessoas que trabalham em

Cobija e 2 que já trabalharam e não trabalham atualmente (T1 e T6); dos 6 trabalhadores 2 são homens (T1 e T2) e 4 mulheres com idades que variam entre 22 e 44 anos e o nível de escolaridade oscila entre o Ensino Fundamental incompleto ao Superior ou Técnico (Quadro 2).

Figura 10 - Encontro com um dos trabalhadores acreanos



Fonte: Aldenisce Cardoso, 2024.

Quadro 2 - Trabalhadores que vendem sua força de trabalho em Cobija, por idade e nível de escolaridade

Trabalhadores (T)	T1	T2	T3	T4	T5	T6
Idade	25	22	26	41	23	44
Escolaridade	Superior ou técnico	Superior Incompleto	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental Incompleto

Fonte: Entrevistas, 2025.

Os trabalhadores com menos de 30 anos possuem mais tempo de estudos que os trabalhadores com mais de 40 anos, evidenciando a diferença entre as gerações, uma com menos acesso, tempo e incentivo aos estudos e a outra com

mais incentivos e acesso à educação. Cabe aqui salientar que o T2 foi o único que respondeu o formulário *online*, pois o mesmo trabalha de forma autônoma como cabeleireiro atendendo em seu apartamento em Eptaciolândia ou à domicílio em Cobija. Ele morava em Porto Acre e cursa medicina na *Universidad Privada Domingo Savio* - UPDS em Cobija, por isso o seu deslocamento é bem complexo, quando vai prestar algum serviço como cabeleireiro ou tem aula se desloca até Cobija e quando não tem aula faz os seus atendimentos na região. Já quando possui uma folga visita a família em Rio Branco e Porto Acre, caracterizando o movimento migratório de Porto Acre para Eptaciolândia e o movimento pendular de Eptaciolândia para Cobija para estudo e trabalho. É interessante que entendamos a identificação dos entrevistados, onde nasceram, estado civil e onde eles residem, para isso vamos observar as informações do Quadro 3.

Quadro 3 - Identificação dos trabalhadores migrantes acreanos

Trabalhadores (T)	Naturalidade	Município de residência	Estado civil	Filhos
T1	Plácido de Castro	Eptaciolândia	Solteiro	Não
T2	Rio Branco	Eptaciolândia	Solteiro	Não
T3	Brasília	Brasília	Solteira	1
T4	Rio Branco	Eptaciolândia	Divorciada	1
T5	Brasília e Cobija, tem dupla nacionalidade	Brasília	Solteira	Não
T6	Plácido de Castro	Eptaciolândia	Casada	4

Fonte: Entrevistas, 2025.

Dos trabalhadores acreanos entrevistados 2 nasceram em Rio Branco, 2 em Plácido de Castro e 2 em Brasília, nenhum em Eptaciolândia. Entretanto percebe-se que a maioria dos entrevistados preferem morar em Eptaciolândia (4 moram em Eptaciolândia e somente 2 em Brasília), enquanto ao estado civil 4 são solteiros, 1 divorciada e 1 casada. Identificamos assim dois grupos diferentes: um grupo de trabalhadores com menos de 30 anos, solteiros e predominantemente sem

filhos, somente 1 uma trabalhadora com 1 filho e o outro grupo com mais de 40 anos, divorciada e casada com 1 ou mais filhos.

Quando questionados sobre o transporte que utilizam para chegar até o seu local de trabalho, 3 informaram que realizam o trajeto com motocicleta própria (T2, T3 e T5), 2 a pé (T4 e T6) e 1 com uma bicicleta (T1). O entrevistado T1 informa que demorava cerca de 30 minutos andando de bicicleta para chegar até o seu local de trabalho por causa das “ladeiras” e relatou que algumas vezes ficava preocupado por não poder voltar para casa assim que saía do trabalho, pois as pontes de ligação entre Cobija, Brasiléia e Epitaciolândia estavam fechadas devido aos protestos contra a reeleição do presidente Evo Morales em 2019.

Sempre fui de bicicleta, logo no começo eu peguei a bicicleta da tia, depois eu consegui comprar uma bicicleta uma collizinha, aí eu ia de bicicleta. Eu voltava 10 horas da noite... Ah, na época também, que aconteceu, tava acontecendo a votação na Bolívia, eu saía... Os cara... Aí tava tendo os protestos, né? Eu ficava preocupado em voltar, aí às vezes a ponte era fechada, tinha rolado até bomba de gás. Os policial não deixava, né? Eles fazer o protesto, e ninguém sair e nem entrar. Teve uma vez que eu fui na ponte de Epitaciolândia com a Cobija, aí do lado do Brasil tava o pessoal que tava contra o Evo e do lado da Bolívia tava os policial que tavam controlando... Aí eles tavam lá jogando pedra e um monte de coisa e eu esperando eles sair, né? Pra mim poder passar e não dava porque os policial tava tudo com escudo lá e jogando bomba de gás, muito doido, tá? Caraca, nunca tinha visto. Teve uma vez eu ia saindo do trabalho e tinha um prédio da polícia e tinha um monte de gente lá e meteram fogo (T1, 2025).

Perguntamos ao T1 se ele não tinha medo de voltar para casa quando tinha as manifestações contra o Presidente Evo Morales e o entrevistado respondeu que não porque ele sempre esperava acabar as manifestações e quando voltava pra casa a noite, nunca aconteceu nada com ele durante o trajeto. Por outro lado, a entrevistada T6 que realizava o trajeto até o trabalho a pé, informou que tinha que acordar muito cedo pois a casa dela era muito longe do local de trabalho e ela ia e voltava a pé todos os dias, logo nos confessou que essa era a maior dificuldade de trabalhar em Cobija. Em suas palavras ela relata como era a rotina:

Minha irmã, pela madrugada eu andava bem 6 km correndo, tô te falando da onde eu morava pra lá e eu ia na pernada, sorte que um dia a mulher (patroa) um dia falou pra mim assim ‘Fulana eu vou lá no (Varejão) São Francisco - ali o mercado - eu vou te chamar pra tu

ir, tu me espera que eu te levo até a tua casa’, aí eu falei ‘tá’, aí ela me levou até a minha casa. A mulher se assustou quando ela viu, ela disse ‘Meu Deus eu não tô nem acreditando que tu trabalha nessa lonjura todinha’. Aí ela ficou me trazendo até a tranca (divisa Epitaciolândia e Cobija) de moto, de lá da tranca eu vinha pra cá (a pé), mas de lá da tranca lá pra onde eu morava ainda dava uns 3 km. Dificuldade é pouco, é de chorar (T6, 2025).

Esta trabalhadora entrevistada não está mais trabalhando em Cobija, conseguiu comprar um ponto comercial para trabalhar vendendo lanches em Epitaciolândia. Enfatiza que quando trabalhava em Cobija recebia “1.000,00 reais, lá ninguém paga um salário” (T6, 2025) e se não fosse pela ajuda financeira que recebe dos seus 4 filhos, ela não conseguiria sobreviver somente com o seu salário mensal.

Todos os trabalhadores acreanos entrevistados realizam o movimento pendular para trabalhar em Cobija, apesar do deslocamento ser um pouco difícil para algumas pessoas, surge a dúvida sobre o motivo para ainda assim elas trabalharem em Cobija, perguntamos os motivos e as respostas estão no quadro abaixo:

Quadro 4 - Motivações para a busca de emprego em Cobija e quantidade de tentativas para conseguir

Trabalhadores	O que motivou você a procurar trabalho em Cobija?	Quantas tentativas você fez para conseguir o trabalho em Cobija?
T1	“Necessidade de um trabalho”	“No meu primeiro dia procurando eu achei, foi rápido”
T2	“Ajudar nos gastos da faculdade”	“Só uma”
T3	“Oferta de trabalho nas lojas”	“Duas tentativas”
T4	“Mais ofertas de emprego”	“Eu fui em duas lojas e na segunda eu já consegui”
T5	“É mais fácil achar trabalho em Cobija”	“Consegui na segunda tentativa”
T6	“Porque quando eu cheguei (em Epitaciolândia) já não tinha vaga [...], lá (em Cobija) tem muito lugar pra gente trabalhar, foi aonde eu me encaixei primeiro”	“Fui em 3 restaurante e no 3º eu já fiquei”

Fonte: Entrevistas, 2025.

Fica claro que, de acordo com os entrevistados, Cobija disponibiliza mais oportunidades de trabalho para eles e mais facilidade para conseguir trabalhar. A entrevistada T6 ainda destacou que entregou currículos em Eptaciolândia e Brasília antes de ir tentar um trabalho em Cobija. As entrevistas revelam ainda que somente uma trabalhadora (T3) era recepcionista em Brasília antes de trabalhar em Cobija, os demais não tinham trabalhado antes em Brasília e Eptaciolândia. O Quadro 5 mostra os tipos de trabalho dos entrevistados, as suas funções e tempo de trabalho em Cobija.

Quadro 5 - Tipos de trabalho, funções dos trabalhadores e tempo de serviço em Cobija

Trabalhadores	Tipo de trabalho	Função	Tempo de serviço
T1	Garçon	“Limpar o salão do restaurante e atender”	1 ano e 10 meses
T2	Cabeleireiro	“Faço cabelo (lava, seca, escova, descolore...)”	6 meses
T3	Vendedora	“Vender os produtos da loja” (loja com produtos variados desde o vestuário à produtos eletrônicos)	8 meses
T4	Como serviço gerais	“Apenas limpeza da loja”	2 anos e meio
T5	Com atendimento, venda e gerência de loja	“Atender os clientes, realizar venda e fechamento de caixa”	2 anos
T6	Cozinheira	“Cozinhar para um restaurante”	1 ano e 3 meses

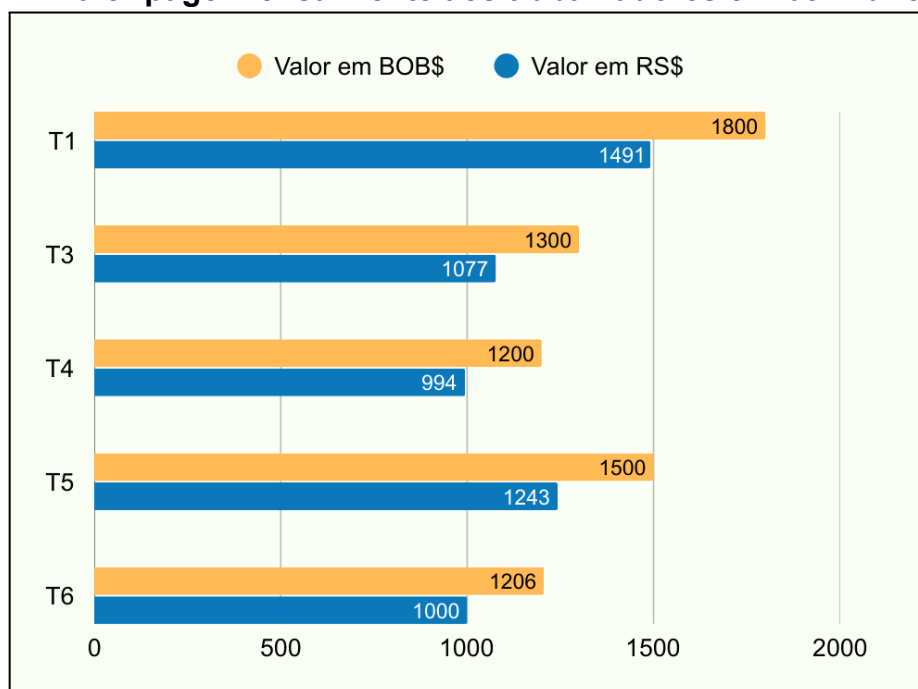
Fonte: Entrevistas, 2025.

No geral, os trabalhadores têm seus trabalhos bem definidos, as suas funções também, o T1 tem duas funções que são limpar o local de trabalho e atender os clientes; o T2 trabalha sozinho então realiza todo o processo de “fazer um cabelo” e a T5 que realiza várias atividades, pois ela trabalha sozinha na loja e

atua como gerente, ela não falou na entrevista, mas provavelmente observando o local de trabalho, deduzimos que a mesma também fica encarregada da limpeza, pois a loja em que ela trabalha não é muito grande e vende roupas esportivas como camisas de times, calção, meias e bonés. As demais trabalhadoras realizam somente uma função, quanto ao tempo de trabalho somente os entrevistados T2 e T3 têm menos de 1 ano de trabalho e os outros possuem entre 1 ano e 3 meses a 2 anos e meio. Isso nos leva a concluir que os trabalhadores conseguem ter um bom relacionamento no ambiente de trabalho com seus colegas e com seus empregadores bolivianos.

Diante disso, a respeito das horas trabalhadas com exceção do T2 que não trabalha todos os dias e é pago de acordo com o tipo de procedimento ou serviço de beleza que ele oferece aos clientes, o T1 explica como era seu o seu horário de trabalho como garçom: “[...] eu recebia 1.800 bolivianos que dava uns 1.500 reais, aí trabalhava de manhã das 9 às 12, voltava pra casa e trabalhava das 6 às 9 da noite” (T1, 2024), totalizando 7 horas de trabalho. Os outros trabalhadores entrevistados informaram que trabalham 8 horas diárias, pausa somente para comer e já volta ao trabalho, por 6 dias na semana, com uma folga na semana e sem carteira assinada, entretanto informaram que além do pagamento mensal recebem o valor equivalente a férias, 13º salário (exceto T1) e comissão (exceto T4 e T6).

Quanto ao valor mensal pago, os trabalhadores informaram valores diferentes e foram expostos no Gráfico 2, com exceção do T2 que não recebe um valor fixo e de acordo com ele os procedimentos realizados como cabeleireiro variam entre R\$ 50,00 e R\$ 600,00 reais.

Gráfico 2 - Valor pago mensalmente aos trabalhadores em bolivianos e reais

Fonte: Entrevistas, 2025; Conversão do câmbio pelo Google Finance, 2025.

Conforme os dados do Gráfico 2, todos os valores recebidos pelos trabalhadores de Cobija estão abaixo do salário mínimo brasileiro estabelecido em 2025 de R\$ 1.518,00 (BRASIL, 2025) enquanto o salário mínimo nacional boliviano é de BOB\$ 2.500,00 (IBCE, 2025), que em reais são o equivalente à R\$ 2.071,31 na cotação atual. Ou seja, para os empregadores bolivianos é mais lucrativo contratar um brasileiro, pois não precisa assinar a carteira de trabalho dele, pagar os direitos trabalhistas para os brasileiros é opcional e o valor a ser pago mensalmente está abaixo do salário mínimo nacional boliviano.

Conforme 3 dos entrevistados esse valor não é o suficiente para sobreviver (T1, T4 e T6), 2 disseram que é o suficiente (T3 e T5) e 1 informou que o valor adquirido pelo seu trabalho ajuda somente a pagar os gastos da faculdade (T2). Ainda assim quando indagados sobre como classificam o seu trabalho em Cobija, 5 responderam que é “Bom” e 1 que é “Ótimo”, a T6 ressalta que gostou do tratamento que recebeu em Cobija porém “a única coisa que eu não gostei mermo foi essa caminhada que eu dava até lá, mas é bom trabalhar lá” (T6, 2025). Em relação a satisfação em trabalhar em Cobija, todos responderam que estavam satisfeitos, ainda que para a maioria dos trabalhadores o salário não seja o suficiente para sobreviver.

Todos os trabalhadores responderam que são os únicos brasileiros a trabalhar no estabelecimento em que são empregados, com exceção para o T2. A resposta para a pergunta “Você acha que existe diferença na forma que o patrão trata o funcionário de nacionalidade brasileira?” Foi unânime para “Não” porém o T1 e T2 quando questionados sobre já terem sofrido algum tipo de preconceito, assédio, desconfiança ou pressão por conta da sua nacionalidade responderam que sim e o T1 argumentou falando que “alguns bolivianos clientes não são muito amigos de brasileiros”. Em outra pesquisa já havíamos identificado que alguns bolivianos não são muito respeitosos com os brasileiros “os bolivianos, em sua maioria, possuem fama de serem bastante rígidos e desconfiados em relação a estrangeiros” (Cardoso, 2022, p. 55) e infelizmente de acordo com os entrevistados, também existem bolivianos em Cobija que não nutrem simpatia pelos brasileiros, ainda mais quando os brasileiros estão prestando serviço para eles.

No Quadro 6, os trabalhadores expressam suas opiniões sobre a existência de outros brasileiros trabalhando nos locais em que trabalham e sobre a disponibilidade de emprego nas cidades de Brasília e Epitaciolândia.

Quadro 6 - Opinião dos entrevistados sobre brasileiros trabalhando em Cobija e sobre a disponibilidade de emprego em Brasília e Epitaciolândia

Trabalhadore s	Aconselharia alguém a trabalhar onde você trabalha?	Trabalharia em Brasília/ Epitaciolândia se tivesse oportunidade?	O que ajudaria na disponibilidade de empregos em Brasília/Epitaciolândia?
T1	“Sim, pois é uma experiência boa”	Sim	“Construção de mais empresas e gerando empregos para jovens sem experiência e também cursos profissionalizantes”
T2	“Sim, nessa área os brasileiros são bem valorizados”	Sim	“Seria uma boa ideia se tivesse mais empregos”
T3	“Sim, porque tem chances de ganhar dinheiro”	Sim	“Empregos com menos dias de trabalho e remuneração boa” (contra escala 6x1 consolidada no Brasil)
T4	“Sim, pagam direito”	Sim	“Emprego tem, mas é muito complicado, pois normalmente não assinam

			carteira e não pagam os direitos”
T5	“Sim, em Cobija tem mais oportunidades”	Não	“Os empregadores em Brasília exigem muito esforço do trabalhador e pagam pouco, quase não respeitam os direitos”
T6	“Sim, eles são bons patrão”	“Não, não voltaria não, porque como eu já tô trabalhando aqui mermo e é meu mermo prefiro assim do jeito que eu tô do que tá trabalhando pros outros”	“É bom, não vejo o pessoal reclamar não. Pra mim foi difícil (conseguir), pra conseguir foi difícil. Tanto que quando eu consegui um emprego pra mim de Carteira assinada, eu consegui lá em Brasília, no Moreira e lá eu fiquei os 3 anos trabalhando”

Fonte: Entrevistas, 2025.

Todos os trabalhadores afirmaram que recomendariam para outras pessoas o trabalho em Cobija pela boa experiência que tiveram, por serem valorizados em determinada área, por ter mais possibilidade de conseguir trabalho com patrões bons e ganhar menos do que um salário mínimo, para não morrer de fome. Andando pelas lojas de Cobija (Figura 11), tentamos conversar com alguns bolivianos sobre os trabalhadores brasileiros, somente um homem dono de uma loja respondeu rapidamente que “que todos os funcionários que teve de nacionalidade brasileira foram sempre muito educados, trabalhadores e nunca pegaram o que não era deles”, mas não aceitou dar entrevista.

Figura 11 - Lojas comerciais em Cobija

Fonte: Aldenise Cardoso, 2024.

De acordo com o Quadro 6, maioria dos trabalhadores responderam que trabalhariam em Brasília e Epitaciolândia se tivessem oportunidade, porém os trabalhadores fizeram algumas críticas sobre os empregos das cidades acreanas destacando a importância de empregos que aceitem os jovens sem experiência, maior número de vagas, empregos com menos dias trabalhados com a assinatura da Carteira de Trabalho e o pagamento dos direitos dos trabalhadores. Somente duas trabalhadoras responderam que não, uma dela como visto anteriormente é

gerente de uma loja em Cobija e a outra agora já possui um trabalho autônomo, mas relata que depois que trabalhou em Cobija, chegou a trabalhar com a CTPS assinada em uma pousada em Brasília onde passou 3 anos trabalhando como camareira.

Após encerrada a entrevista, a entrevistada T6 nos relatou sobre o seu emprego na pousada, que é bastante conhecida em Brasília, ela permaneceu por cerca de 3 anos trabalhando como “faxineira” (camareira) cuidando da limpeza dos espaços e dos quartos. Até que em determinado dia, conforme ela, foi solicitado que fizesse o café da manhã, algo que não fazia parte de sua função, mesmo assim o fez e que pelo fato de “todos” terem gostado, no outro dia a mesma já foi trocada de cargo e agora seria então cozinheira, sem ao menos ser consultada se queria realizar a troca de função. A entrevistada T6 diz que após a troca de função trabalhou por mais 7 meses, sem a alteração de seu cargo na CTPS, até que em dia chuvoso enquanto descia em uma pequena declividade do terreno, acabou escorregando e machucando a sua coluna vertebral. A trabalhadora alega que mesmo com um atestado médico para afastamento, o patrão pediu para que ela continuasse trabalhando, ela afirma que tentou trabalhar por alguns dias (menos de uma semana) e desistiu, pedindo demissão pois não estava mais aguentando trabalhar com muita dor que sentia. A trabalhadora ainda relata que não recebeu nenhum tipo de ajuda do ex-patrão e não recebeu o pagamento de todos os seus direitos garantidos por lei e mesmo assim não procurou a ajuda da justiça do trabalho, pois não tinha instruções necessárias para identificar a exploração que sofreu.

Perguntamos se depois do ocorrido ela tentou algum outro emprego e a trabalhadora citada acima, revelou que ainda fez uma entrevista na Acreaves, mas que as dores que sente a impediram de trabalhar na empresa.

Nem te conto, eu fui pra uma entrevista lá (risos) não aguento trabalhar ali não. Sabe por quê? Por causa que as coisas lá é muito frio, fia. É muito gelado, até dentro do escritório eu já tava me tremendo todinha e como eu tenho problema na minha coluna, aí menino, eu fiquei ruim, tá? Aí eu já nem fui, mas eu fui pra uma entrevista lá de trabalho. Lá é bom, eu não vejo ninguém reclamar não (T6, 2025).

Esta trabalhadora atualmente está tentando receber a aposentadoria por invalidez, pois não consegue mais trabalhar da mesma forma com as dores que sente na coluna. Gostaríamos de destacar que essa trabalhadora em todo o tempo em que a entrevistamos sempre riu, mesmo contando lembranças tristes que passou em seus empregos passados, infelizmente muitos trabalhadores não enxergam e não tem instruções suficientes para identificar quando estão sendo explorados ou simplesmente aceitam a exploração por medo de ficar sem emprego. A T6 tristemente é mais uma que passou por situações de desrespeito aos seus direitos e quantos outros estão passando ou ainda vão passar.

Portanto, podemos entender que os trabalhadores acreanos de Brasília e Eptaciolândia preferem ir vender sua força de trabalho em Cobija, não pelo dinheiro, mas por saber que é mais fácil de conseguir trabalho na Bolívia, pois mesmo que os bolivianos não paguem um salário mínimo brasileiro sempre tem oportunidades. Por exemplo, se um trabalhador precisa de um emprego para alimentar seus filhos ele prefere trabalhar em um local de contratação rápida ao invés de esperar meses sem saber se vai conseguir, afinal a fome não espera. Assim entendemos que os bolivianos de certa maneira se aproveitam da necessidade dos brasileiros, lucrando com a força de trabalho acreana por não precisarem pagar um salário mínimo boliviano para eles. Mesmo que a maioria dos trabalhadores não sobrevivam somente com o que recebem em Cobija, eles se sentem gratos por ter a oportunidade de trabalhar.

4.3.1.1 O papel das ONGs na negociação da força de trabalho do imigrante

Cabe aqui relatar sobre a Cáritas Brasileira, que é uma rede global católica que, no geral, busca ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade, em Eptaciolândia e Brasília (Figura 12), seu trabalho está mais voltado para a migração, refúgio e apátridas.

Figura 12 - Visita ao espaço wash compartilhado pela Cáritas Brasileira e Europeia



Fonte: José Alves, 2023.

A Cáritas Brasileira de Epitaciolândia juntamente com a Associação Migra Brasil - Acre fizeram uma visita a Acreaves em novembro de 2024 para dialogar sobre o recebimento de imigrantes para trabalhar na Acreaves e na Dom Porquito, na oportunidade também convidaram o PET Geografia e dois alunos representando o Mestrado em Geografia da Ufac a estar presente. Fomos recebidos por 3 representantes: um homem e uma mulher que fizeram questão de se apresentar como paulistas e uma acreana de Brasília, responsáveis pelo departamento de Recursos Humanos e Jurídico da Acreaves e Dom Porquito, lembrando que em 2024 a Acreaves possuía 16 anos de funcionamento e a Dom Porquito 12 anos ambas são empresas conjuntas.

Na reunião foi realizada uma apresentação sobre as empresas e nos foi revelado que muitos imigrantes já passaram por elas, de forma mais resumida os representantes informaram que é comum a contratação dos imigrantes, que não recebem muitos bolivianos para fazer entrevista de emprego, existe uma procura maior por parte dos imigrantes de outras nacionalidades. Em 2024 a empresa contava com 7 imigrantes na Dom Porquito, sendo 1 deles boliviano. Conforme os representantes, não existe tratamento diferente entre os trabalhadores migrantes e

os brasileiros. A respeito da xenofobia, os representantes da Acreaves e Dom Porquito dizem que não existe reclamação por parte dos imigrantes e que a empresa faz muitas palestras sobre assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, respeitando todos os níveis hierárquicos da empresa.

A forma de contratação é por meio do período de experiência com 45 dias prorrogáveis por mais 45 dias e com possibilidade de trocar de função conforme as habilidades do trabalhador. Segundo os representantes alguns imigrantes não chegam a passar do período de experiência e o tempo de permanência é muito variado, logo que juntam um pouco de dinheiro migram para outras cidades do Brasil “muitos avisam em cima da hora que não vão mais trabalhar, por exemplo avisa em um dia e no outro não vem mais” afirma uma representante. Informaram ainda sobre o incentivo à Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os trabalhadores que ainda não possuem o Ensino Médio (EM), disponibilizam curso para obtenção do certificado do EM para cursar graduação com auxílio educação “despertando a vontade de crescimento dentro da empresa com sua qualificação” (Representante, 2024). Justificaram que a empresa está crescendo e demandando profissionais qualificados. Destacaram também que o trabalhador pode pagar uma taxa de R\$ 1,80 para ter direito a almoçar no refeitório da empresa, enfatizam que por vezes já viram imigrantes cantando e assobiando felizes por estarem comendo e que os imigrantes falam muito bem do tratamento recebido.

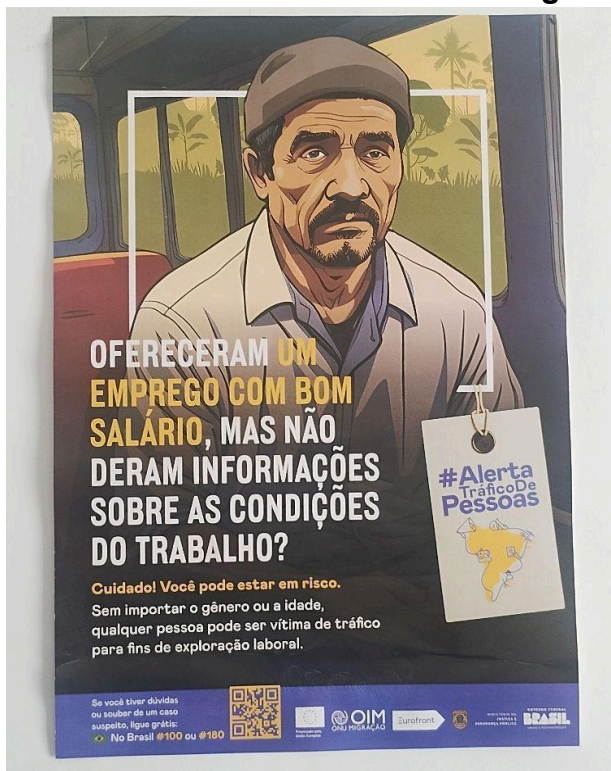
Os representantes da Acreaves e Dom Porquito relataram ainda que “em Brasília faltam pessoas qualificadas e que alguns imigrantes possuem profissões e já são formados”, a representante paulista do departamento de Recursos Humanos complementa que “a cidade de Brasília possui muitas vagas de emprego, por isso não existe a questão de (o imigrante) tá tomando a vaga de um brasileiro” e finaliza falando que “a população está acomodada”.

Nos últimos anos a falácia de que “a geração atual não quer trabalhar” tem ganhado força nos debates do meio virtual, principalmente nas Redes Sociais, mas a realidade é que a chamada Geração Z, nascida entre 1996-2010, está mais propensa a desistir do seu emprego quando se sentem sobrecarregados e estressados, principalmente quando a saúde mental está sendo afetada (Nakamura, 2024). Um exemplo disso está nos trabalhadores acreanos entrevistados que preferiram ir trabalhar em Cobija por não aceitarem os tipos de empregos ofertados em Brasília e Epitaciolândia.

Assim, é muito generalista dizer que a população não quer trabalhar e está acomodada, quando na verdade estão buscando empregos que não afetem a saúde física e mental. A exemplo da própria Acreaves e Dom Porquito onde os trabalhadores cumprem a escala 6x1 com 44 horas semanais, 7 horas e 20 minutos de segunda-feira à sábado na Dom Porquito e 7 horas e 20 minutos de segunda-feira à sexta-feira na Acreaves com carga horária reduzida no sábado em um ambiente extremamente frio, conforme informado pelos representantes da Acreaves e Dom Porquito. Portanto, os trabalhadores estão apenas procurando os locais “menos piores” para trabalhar.

Quanto aos trabalhadores imigrantes, entendemos que a Cáritas Brasileira e a Associação de Imigrantes têm boas intenções, mas infelizmente há de ter todo cuidado antes de intermediar pessoas em situação de vulnerabilidade na mão de qualquer empresa, ainda mais empresas que visam o lucro com o uso da força de trabalho migrante. O trabalhador deve ser informado e alertado sobre os perigos das ofertas de trabalho irrecusáveis (Figura 13) e não ser entregue de bandeja.

Figura 13 - Cartaz de alerta em português sobre os riscos de tráfico de pessoas para trabalho escravo em Casa de Passagem de Assis Brasil



Fonte: Casa de passagem em Assis Brasil;
Capturada por Aldenise Cardoso, 2024.

Sabemos que muitas vezes as Organizações Não Governamentais (ONGs) são a principal ajuda que os imigrantes recebem quando chegam ao Brasil, infelizmente um cartaz como o da Figura 13 pode não ter muita utilidade estando em português para a leitura de um imigrante que sabe apenas o espanhol. A respeito das ONGs, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) as descrevem como obstáculos aos movimentos sociais, pois são entidades que indicam o “caos sistêmico” e a desordem socioespacial das tensões de territorialidades legitimando o fenômeno das redes. As próprias pessoas que trabalham nessas ONGs podem pensar que estão apenas contribuindo com a causa, o que realmente é muito bom e necessário de uma forma geral na sociedade, entretanto podem ser consideradas um remédio aos problemas criados propositalmente.

As próprias ONGs já se verão instrumentalizadas por outros protagonistas ainda na Guerra Fria, quando o governo dos EUA, no início dos anos 1960, com sua Aliança para o Progresso, lança mão de organizações não-governamentais, como a Cáritas, para a distribuição de leite e alimentos como resposta à Revolução Cubana e sua influência na América Latina e Caribe. Alegava-se razões humanitárias em um momento em que havia um forte sentimento anti-americano alimentado não só por ideologias nacionalistas como pelas esquerdas – *Yankees go home* e ‘abaixo o imperialismo yanque’ (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 70).

A respeito da migração, Bauman (2017) chama a atenção para a utilização do mercado da força de trabalho barata e de “habilidades lucrativamente promissoras”. O autor faz previsões para o cenário atual de que as ondas migratórias não cessaram e as causas dos fluxos migratórios são devido a falta do Estado nos territórios para garantir a lei, criando possibilidades para conflitos de todos os tipos. Exemplifica citando território em que os regimes ditatoriais são substituídos pela violência e o caos, a exemplo do Afeganistão e do Iraque.

Assim as ONGs são vistas como a ajuda necessária aos interesses neoliberais, principalmente financiadas pelas grandes corporações que para continuarem fazendo o que fazem, usurpando, destruindo e precarizando, escolhem um projeto para apoiar para amenizar os danos causados por elas mesmas. Isso sem falar no ponto que mais nos chama a atenção nessa região de fronteira amazônica, de ser algumas ONGs que acabam assumindo funções que deveriam ser somente de competência do Estado brasileiro.

Os próprios voluntários que na maioria das vezes não possuem direitos sociais garantidos e ficam dependentes dos financiamentos, como informado na Cáritas Brasileira de Epitaciolândia “estamos com esse projeto que tem duração de um ano e antes desse acabar enviamos outro para receber a ajuda financeira” (Representante da Cáritas, 2024). Portanto, além de contribuir para a políticas de flexibilização e minimização do Estado, as ONGs contribuem também para a precarização do trabalho dos voluntários e de quem eles “ajudam”. Outro ponto de reflexão é como essas ONG e associações podem e em que condições deveriam fazer a mediação dos imigrantes ao mercado de trabalho, como buscamos refletir anteriormente.

4.3.1.2 Alguns aspectos da Lei de Migração brasileira (Lei nº 13.445/2017) e da *Ley de Migración* boliviana (*Ley nº 370/2013*)

O Brasil por meio da Lei nº 13.445/2017 estabelece direitos e deveres para os imigrantes que trabalham em solo brasileiro, e no geral, tem por objetivo garantir igualdade de direitos (iguais aos dos brasileiros) para os trabalhadores de outras nacionalidades exigindo a regularização documental dos imigrantes, priorizando a inclusão e o combate à exploração. Enquanto a legislação boliviana através da *Ley nº 370/2013*, rege as garantias dos imigrantes que trabalham em território boliviano, permitindo o acesso dos estrangeiros ao trabalho, à saúde e à educação. No quadro 7 podemos fazer uma comparação entre os principais pontos das leis citadas.

Quadro 7 - Comparativo entre a Lei de Migração nº 13.445/2017 e a *Ley de Migración* nº 370/2013

Destaque	Brasil Lei nº 13.445/2017	Bolívia <i>Ley</i> nº 370/2013
Igualdade de direitos	Garante os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários dos brasileiros para os imigrantes, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Art. 4º), incluindo: salário mínimo, jornada de trabalho, FGTS, férias, 13º salário,	Estabelece igualdade formal de <i>Vivir Bien, No Discriminación, Equidad de Género, Reciprocidad, Soberanía y Transparencia</i> (Art. 2º).

	seguro-desemprego e mais benefícios da CLT.	
Visto de trabalho	Visita; temporário; diplomático; oficial; de cortesia.	<i>Diplomática; Oficial; Em trânsito; De cortesia; De estudante; Humanitária; Turismo o visita; Objeto determinado; Múltiple.</i>
Duração do visto	<p>Visita/turismo: 90 dias prorrogável por mais 90 dias;</p> <p>Temporário (inclui visto de trabalho): até 2 anos;</p> <p>Visto diplomático/oficial/cortesia: corresponde ao período da missão oficial, contrato ou prestação de serviço;</p> <p>Visto de Ministro de Confissão Religiosa*: até 4 anos, com possibilidade de prorrogação enquanto durar a missão no Brasil;</p> <p>Permanência: a duração exata dependerá da análise do governo e da situação do requerente.</p>	<p>Visita/turismo: 30 dias prorrogável por mais 30 dias;</p> <p>Diplomático/Oficial/Cortesia: de 30 a 60 dias;</p> <p>Estudante: corresponde ao período de duração do curso;</p> <p>Humanitário/Objeto determinado: 30 dias corridos;</p> <p>Temporário (inclui visto de trabalho): 1 à 3 anos;</p> <p>Trabalho de curto período ou trabalho transitórios, válidos por 30 a 180 dias;</p> <p>Visto de Múltiplas Entradas: válido por um ano, podendo ser prorrogado por mais um;</p> <p>Permanência: pode ser solicitado após 2 anos.</p>
Regularização migratória	Permite regularização posterior (Art.30º) para imigrantes que entram irregularmente e conseguem emprego.	Imigrantes irregulares podem ser multados ou deportados (Art. 37º).
Documentação Obrigatória	CPF; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Registro Nacional Migratório (RNM).	<i>Carnet de extranjería;</i> Número de Identificação Tributária (NIT); Contrato de trabalho reconhecido pelo Ministério do Trabalho.
Restrições	Alguns cargos políticos (Presidente e Vice-presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado Federal, ministro do Supremo	Todos os cargos públicos e políticos são restritos.

	Tribunal Federal, e os de carreira diplomática e de ministro de Estado da Defesa).	
Acesso a benefícios sociais	Além dos previstos na CLT, os imigrantes podem ter acesso à Programas Sociais, SUS e INSS.	Direito a aposentadoria; Saúde pública (somente para residentes).
Tratamento a imigrantes irregulares	Proteção contra deportação imediata com direito a processo judicial.	Multas e deportação.
Obrigações do empregador	Assinar a CTPS e seguir a CLT.	Registrar o trabalho e verificar o <i>Carnet de Extranjería</i> ;
Mercosul e Acordos Internacionais	Faz parte do Acordo de Residência do Mercosul possibilitando que os cidadãos de países membros tenham facilidade para residência e trabalho.	Possui acordo bilateral com o Brasil e a Argentina que facilita vistos para trabalho temporário.

Fonte: BRASIL: Diário Oficial da União, 2017; BOLÍVIA: *Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolívia*, 2013.

O Brasil no Art. 23º e Art. 24º da Lei de Migração, reconhece o morador de município estrangeiro que faz fronteira com município brasileiro como o Residente Fronteiriço com finalidade de facilitar a sua livre circulação, gozando de garantias e direitos assegurados pela Lei citada, conforme o regulamento, com o espaço geográfico de abrangência e a validade da autorização especificado no documento do referido residente fronteiriço.

A Bolívia por sua vez, estabelece na sua *Ley de Migración a PROTECCIÓN LABORAL PARA TRABAJADORES MIGRANTES EXTRANJEROS*, no Art. 48º explicita que as pessoas estrangeiras admitidas e autorizadas pelo Estado Plurinacional da Bolívia poderão desenvolver atividade remunerada por conta própria ou em relação de dependência usufruindo das leis de proteção e de direitos que regem o regime laboral e de seguridade social. Enfatiza ainda que

ARTÍCULO 48. [...] II. Las empleadoras y los empleadores están obligados al cumplimiento estricto de la legislación laboral vigente y no se afectarán los derechos adquiridos ni los beneficios sociales que correspondan a las personas migrantes extranjeras, por el trabajo que habrían prestado, cualquiera sea su condición migratoria. III. Las empresas que presten servicios en territorio boliviano y que cuenten con personal extranjero, deberán regirse a la normativa boliviana vigente y a la reglamentación de la presente Ley (BOLÍVIA, 2013).

Nos parâmetros da lei, a Bolívia tenta garantir os direitos para os trabalhadores estrangeiros em solo boliviano independente da condição migratória desses trabalhadores, buscando informações sobre a forma de admissão e tipo de residência do trabalhador, oferecendo liberdade para procurar outro emprego, permitindo a participação em associações e sindicatos, e determina que o trabalhador estrangeiro não seja submetido à servidão, escravização e trabalhos forçados. De acordo com a *Ley de Migración*, é dever do trabalhador: conhecer, respeitar e cumprir os convênios, tratados, acordos bilaterais, regionais ou internacionais, regularizar sua condição migratória e manter o visto vigente.

Conforme o Art. 51º da *Ley boliviana*, o trabalho não é permitido para pessoas migrantes estrangeiras que estão em solo boliviano a turismo ou visita “*no podrán trabajar o realizar tareas remuneradas o lucrativas, ya sea por cuenta propia o ajena, con o sin relación de dependencia, salvo autorización expresa de la Dirección General de Migración por razones humanitarias*” (BOLÍVIA, 2013).

As leis brasileira e boliviana, possuem similaridades no que diz respeito ao emigrante, ambas disponibilizam respaldo a liberdade migratória, políticas públicas e proteção de direitos através dos Ministérios de Relações Exteriores, Embaixadas e Consulados conforme o Direito Internacional. No geral, as Leis de Migração do Brasil e da Bolívia também são similares no que diz respeito à proteção de direitos, principalmente os trabalhistas, mas o Brasil consegue ser mais acolhedor e flexível com os imigrantes indocumentados protegendo contra a deportação imediata, permite a participação em programas sociais como Bolsa Família, disponibiliza atendimento no SUS sem restrição e disponibiliza tratamento igualitário para o imigrante como brasileiro.

Entretanto, sabemos que alguns casos fogem das regras da legislação, a exemplo disso, temos os trabalhadores pendulares das regiões fronteira e das cidades gêmeas que não se enquadram como imigrantes temporários ou permanentes sem precisarem de um visto para circular entre as cidades e por isso a aplicabilidade das leis citadas aqui não são efetuadas. Dessa maneira, as cidades gêmeas não possuem total controle sobre a circulação de pessoas em sua conurbação como observamos nesta seção e como será observado na seção seguinte.

4.3.2 Caracterização da migração, do perfil e da condição laboral dos trabalhadores migrantes de Cobija em Brasília e Eptaciolândia

Os entrevistados bolivianos, em sua maioria, moram em Cobija. Dos 13 entrevistados, 9 moram em Cobija, 2 em Brasília, 1 em Eptaciolândia e 1 em Xapuri (Quadro 8). Os locais de trabalho em Brasília se concentram nas proximidades do Armazém Paraíba na Avenida Marinho Monte e na Feira Livre Maria Florêncio do Nascimento ou Feira do Agricultor e Empreendedor de Brasília (Rua Rui Lino ao lado da Rodoviária de Brasília), e em Eptaciolândia na Avenida Santos Dumont. É importante esclarecer que entre os entrevistados, a trabalhadora que mora em Xapuri possui dupla nacionalidade, boliviana e brasileira, e outra trabalhadora é uma Pessoa com Deficiência (PCD), esta é casada com um peruano e foi ele quem respondeu as perguntas.

Quadro 8 - Identificação dos trabalhadores migrantes bolivianos

Trabalhadores (T)	Naturalidade	Município de residência	Estado civil	Filhos
T7	Cobija	Eptaciolândia	Casado	2
T8	Cobija	Brasília	Viúva	Não
T9	Porvenir	Cobija	Casada	Não
T10	Santa Cruz	Cobija	Casada	Não
T11	La Paz	Cobija	Casada	2
T12	Cochabamba	Cobija	Casada	Sim (não disse quantos)
T13	La Paz	Cobija	Casada	2
T14	La Paz (dupla nacionalidade brasileira e boliviana)	Xapuri	Não informado	2
T15	La Paz	Cobija	Não informado	Não informado
T16	La Paz	Cobija	Casada	3
T17	La Paz	Cobija	Casada	Não informado
T18	Cobija	Cobija	Casada	Não informado
T19a	Chimbote (Peru)	Brasília	Casados	Sim (não disse quantos)

T19b	La Paz	Brasília	1 (não mora junto)
------	--------	----------	-----------------------

Fonte: Entrevistas, 2025.

A maioria dos entrevistados são naturais de La Paz, 3 são de Cobija, 1 de Santa Cruz, 1 de Cochabamba, 1 de Porvenir e 1 de Chimbote no Peru, porém 10 moram em Cobija com suas famílias, os outros moram em Brasília, Eptaciolândia e Xapuri. Observamos que os entrevistados em sua maioria são pessoas casadas e alguns com filhos. Podemos estabelecer que existe uma diferença bem distinta entre os trabalhadores bolivianos e os acreanos que em sua maioria são pessoas mais jovens, solteiras e alguns sem filhos.

As entrevistas com os trabalhadores bolivianos foram realizadas em dois dias, sábado e domingo. No sábado entrevistamos os trabalhadores que realizam suas atividades nas calçadas da Avenida Marinho Monte (Brasília) e da Avenida Santos Dumont (Eptaciolândia) (T7 ao T10) e no domingo as entrevistas foram com os trabalhadores da Feira Livre Maria Florêncio do nascimento ou Feira do Agricultor e Empreendedor de Brasília (T11 ao T19). Portanto, podemos dizer que temos dois grupos de trabalhadores, iniciaremos com os trabalhadores das avenidas.

O entrevistado T7 é o único que trabalha em Eptaciolândia que conseguimos entrevistar, ele possui uma pequena banca ao lado da calçada na Avenida Santos Dumont onde expõe produtos diversificados como controles remotos de TVs, vasilhas, antenas para televisão, acessórios para cabelo, roupas íntimas masculinas e femininas. Inicialmente ele não queria responder as perguntas e com um diálogo de esclarecimento sobre a finalidade da pesquisa ele decidiu conversar rapidamente, nos informou que tem 28 anos e possui Ensino Médio Incompleto, reside em Eptaciolândia a cerca de 2 meses e mora de aluguel, se desloca até o local de trabalho em uma bicicleta.

O trabalhador relata que morava em Cobija e foi para Eptaciolândia com a perspectiva de melhora de vida e a convite de uma conhecida boliviana que possui uma loja de produtos variados na mesma avenida. Conforme ele destacou, o convite era para que ele pegasse os produtos na loja e vendesse na calçada, pois seria mais fácil de abordar os clientes. A loja citada fica cerca de 2 prédios de distância da loja e quando o cliente solicita algum produto que ele não tenha na banca, o trabalhador vai até a loja e verifica se tem o produto na loja. O trabalhador nos informou que trabalha cerca de 8 horas por dia, durante 6 dias da semana e 1 folga que é

normalmente na segunda-feira, sem CTPS assinada, a forma de pagamento é mensal e depende da quantidade de vendas que ele realiza durante a semana que fica por volta de R\$ 100 a R\$ 300.

O entrevistado T7 diz que “dá para viver” com esse valor e classifica o seu trabalho como “bom”, mas seria melhor se tivesse mais clientes. Relatou que fora ele existem outros dois bolivianos, mas que trabalham diretamente na loja, informa que não sofre nenhum tipo de preconceito por conta da sua nacionalidade e se diz satisfeito em trabalhar neste local. Perguntamos se ele aconselharia alguém a trabalhar como e onde ele trabalha, a resposta foi que “Sim, pois se trabalhar bem consegue sobreviver”. Perguntamos ainda se ele sente vontade de voltar a trabalhar em Cobija e ele responde que “Agora não”. Foi possível verificar durante a conversa que o trabalhador fala bem e entende bem o português, entretanto os outros entrevistados entendem bem o português e falam o chamado “portunhol” uma mistura de português com espanhol, mas conseguem se comunicar.

As entrevistadas T8, T9 e T10 trabalham nas proximidades do conhecido Armazém Paraíba em Brasília, possuem mais de 40 anos (Quadro 9), com exceção da T8 que possui uma pequena loja, as outras duas trabalhadoras (T9 e T10) trabalham expondo seus produtos na calçada e não são as únicas, no dia da entrevista contamos mais de 5 bolivianos vendendo produtos nas calçadas da Avenida Marinho Monte, porém alguns não quiseram ser entrevistados.

Quadro 9 - Trabalhadoras bolivianas entrevistadas na Avenida Marinho Monte em Brasília por idade, nível de escolaridade e transporte utilizado para ir trabalhar

Trabalhadoras (T)	T8	T9	T10
Idade	58	55	42
Escolaridade	Fundamental incompleto	Fundamental	Ensino Médio Incompleto
Meio de transporte utilizado	Carro	Motocicleta	Táxi boliviano

Fonte: Entrevistas, 2025.

De acordo com o Quadro 9, as trabalhadoras possuem níveis de escolaridade diferentes, indo Fundamental Incompleto ao Ensino Médio Incompleto, para chegar até o local onde trabalham duas utilizam carro e motocicleta enquanto a

outra trabalhadora paga um táxi boliviano para trazer seus produtos e levar de volta para Cobija. A T8 nos informou que possuía uma loja em Cobija, mas a cerca de 3 anos vendeu para morar em Brasiléia e alugou um ponto comercial, pois, conforme ela, é melhor para vender seus produtos. Nos relatou que compra os seus produtos em Cobija e leva para revender em Brasiléia, ela afirma que trabalha cerca de 8 horas por dia, quase todos os dias, mas prioriza os finais de semana porque têm mais movimento de clientes, ela nos contou que em um mês bom de vendas já chegou a vender cerca de R\$ 3.000 em produtos. Conforme a trabalhadora, esse valor é o suficiente para ela sobreviver e considera um trabalho *bueno*, está satisfeita em poder vender seus produtos e não voltaria a trabalhar em Cobija. Relata ainda que nunca sofreu preconceito por conta da sua nacionalidade e tem um bom relacionamento com os brasileiros.

As entrevistadas T9 e T10 são trabalhadoras bolivianas que vendem seus produtos em caixotes improvisados como bancas em uma calçada, elas estavam desconfiadas sobre a entrevista e perguntaram se era algum tipo de fiscalização da prefeitura e após a negativa responderam as perguntas. Ambas eram vendedoras de loja em Cobija e a menos de 1 ano resolveram trazer produtos para vender em Brasiléia, chegam por volta das 9 da manhã (8 horas horário do Acre) e voltam para Cobija cerca de 17 horas (16 horas horário do Acre), também não trabalham todos os dias dizem que ficam um ou dois dias vendendo em Cobija. O valor que elas lucram com a venda dos produtos é variado e depende da quantidade de vendas que elas fazem, mas dizem que o valor é o suficiente para sobreviver, apesar de considerarem um bom trabalho a trabalhadora T10 expressa que seria melhor se ela conseguisse alugar uma loja em Brasiléia para poder vender seus produtos pois na calçada elas podem ser retiradas a qualquer momento (Figuras 14 e 15). Quanto ao tratamento por parte dos brasileiros, as trabalhadoras relatam que nunca sofreram preconceito ou xenofobia, a T10 alega que não sofreu nada por parte dos clientes, mas “trabalha com medo *de la policía pedir para salir*” e complementa falando que não trabalha em Cobija pois não quer trabalhar para outra pessoa e que não possui dinheiro suficiente para fazer ou comprar uma loja na Bolívia.

Figura 14 - Trabalhadoras bolivianas vendendo produtos em calçada de Brasília



Fonte: Aldenise Cardoso, 2025.

Figura 15 - Trabalhadora boliviana vendendo produtos na sombra de uma loja fechada em Brasília



Fonte: Aldenise Cardoso, 2025.

Assim, percebemos que esses trabalhadores entrevistados preferem revender produtos no Brasil, pois em Cobija encontram dificuldades ao competir com lojas grandes, de acordo com a entrevistada T9 mesmo sendo boliviana ela não era bem remunerada trabalhando em Cobija e viu em Brasília a oportunidade de revender os produtos para conseguir sobreviver mesmo que tenha que sair a qualquer momento do local onde trabalha.

Outro motivo seria a facilidade de venda em Brasília para os brasileiros que não podem se deslocar até Cobija para comprar o que precisam, como por exemplo as pessoas que trabalham o dia todo. Dentre os 4 entrevistados (T7, T8, T9 e T10), os trabalhadores T7 e T8 moram no Brasil enquanto as trabalhadoras T9 e T10 realizam o movimento pendular para realizar a venda dos seus produtos. Portanto, podemos considerar que a conurbação das cidades gêmeas contribui para a busca dos seus habitantes por outras alternativas de trabalho.

Os trabalhadores bolivianos entrevistados na Feira do Agricultor e Empreendedor de Brasília (Figura 16), são predominantemente trabalhadoras que vendem produtos diversos na rua e outras vendem frutas, verduras e legumes dentro da feira (Figura 17), existe também uma trabalhadora boliviana que vende produtos naturais dentro da feira com seu marido peruano.

Figura 16 - Feira do Agricultor e Empreendedor de Brasília



Fonte: Aldenise Cardoso, 2025.

Figura 17 - Espaço interno da feira livre de Brasília



Fonte: José Alves, 2025.

No dia em que realizamos as entrevistas observamos que das 9 bancas que estavam na rua (Figura 18), 8 eram ocupadas por bolivianos com vendas de roupas, uma somente com roupas, duas de brinquedos e as demais mistas com produtos de cozinha, ração, perfumes, lanternas, facas, roupas íntima e outros.

Figura 18 - Entrevista com os trabalhadores do lado de fora da feira livre de Brasília



Fonte: Aline Torres, 2025.

No geral, as trabalhadoras destacam que todos vendiam na rua (verduras e os outros produtos), quando foi criado um projeto na gestão da ex-prefeita, que era do Partido dos Trabalhadores (PT), Ana Leila Galvão Maia Moreira (2005-2012) para atender as famílias bolivianas com bancas para expor os produtos e autorização para trabalhar na feira do agricultor de Brasília.

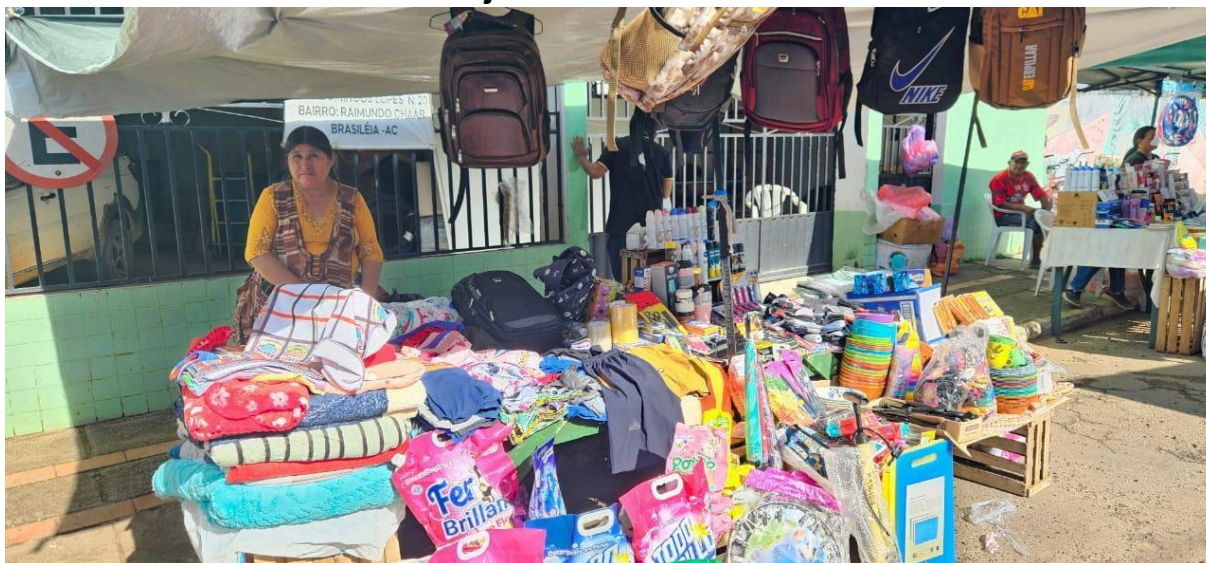
[...] trabajo a 25 años ya aquí. Esta feria era toda así en lixo, nos sentavamos, colocavamos una lona e sentávamos. Ahí después a prefecta Leila fez um proyecto y nos chamó (preguntando) cuántos bolivianos venimos aquí a trabajar, esa época veníamos 5 bolivianos y yo era a más novinha que venía aquí con 25 años, agora yo tengo 51 años. Así hemos empezado, esta feria era bem pouquinho, ahí cuando combinó entre Presidentes (do Brasil e da Bolívia) havido un convênio aquí y construirán este Puente de La Amistad que no había naquela época que nós empezamos a trabalhar. Después construirán este Puente e hicieron un convenio entre Presidentes, trabalhar ambos (los lados) en allá y aquí, comercio libre, né? No me recuerdo (o ano), pero hace 25 años. Ahora es grande la feria, era bem pouquinho (T11, 2025).

A trabalhadora informa que quando começaram a vender os produtos em Brasília, eram cerca de 35 bolivianos e *“ahorita devemos ser uns 28 ou 25, aquí tem pouquinho contado con la verdura allá dentro”* (T11, 2025), já a entrevistada T12 informa 27 pessoas bolivianas cadastradas para trabalhar na feira, porém no dia da entrevista, foram contabilizadas 5 bancas dentro da feira que são ocupadas pelos bolivianos para vender verduras e 1 banca usada por uma trabalhadora boliviana e seu marido para a venda de produtos naturais. As duas entrevistadas destacaram que alguns dos trabalhadores foram embora, outros não gostaram de trabalhar na feira, uns voltaram a trabalhar somente na Bolívia e ainda tiveram os que faleceram durante a pandemia do COVID-19 (coronavírus SARS-CoV-2).

Conforme a trabalhadora T11, antes da pandemia do coronavírus, os trabalhadores bolivianos pagavam uma taxa de R\$ 2,00 por domingo para ajudar na limpeza do espaço e após a pandemia o valor foi para R\$ 40,00 por mês.

Observamos que a maioria das bancas ocupadas pelas bolivianas eram compostas por famílias (mãe e filho ou mãe, marido e filhos), mas no geral chefiadas por mulheres (Figura 19), a presença dos filhos pode ser explicada pelo final de semana, no caso as entrevistas ocorreram em um domingo e a feira acontece aos finais de semana.

Figura 19 - Trabalhadora boliviana vendendo seus produtos na Feira de Brasília juntamente com seu filho



Fonte: José Alves, 2025.

Nota: No canto superior direito está a única banca da rua que não estava ocupada por bolivianos naquele dia.

A trabalhadora (T11) explica que quando começou a vender seus produtos no Brasil o dólar (US\$ 1,00) estava em torno de R\$ 3,50 e R\$ 4,00 e por isso vendia bastante roupas e depois da pandemia do COVID-19 com a desvalorização do real a trabalhadora diversificou mais seus produtos. Atualmente também vende vestuário de peças íntimas masculinas e femininas (vende somente calcinhas e cuecas) que compra de atacadistas brasileiros levam até a fronteira para oferecer aos bolivianos. Os outros produtos são cobertores, toalhas, guarda-chuvas, bonés e sabão em pó, conforme a trabalhadora alguns produtos são “*cosas China*” que ela compra nas grandes lojas de Cobija e leva para revender em Brasília. Nos revela também que apesar de trabalhar na feira somente no domingo, nos outros dias da semana a trabalhadora se desloca pendularmente, pagando táxi boliviano, até Brasília para deixar as encomendas que os clientes solicitam.

Sí, tengo mi casa en Cobija, ahí vengo (para Brasília) y volto, vengo y volto. No tengo (banca), aquí só domingo, por ejemplo, días particulares (de semana) no fico en un canto sentada, só ando así... Tengo mis clientes como ya trabalho há 25 años. Ahí contacto nos ‘Señora tras una coberta, dos cobertas, tres sabón, tres sombrilla’ ahí ligam, mandan mensaje y yo voy ahí levo (T11,2025).

Assim, entendemos que a trabalhadora realiza a pendularidade de ir e vir entre as cidades gêmeas para poder vender seus produtos, “*para ganar el pan de*

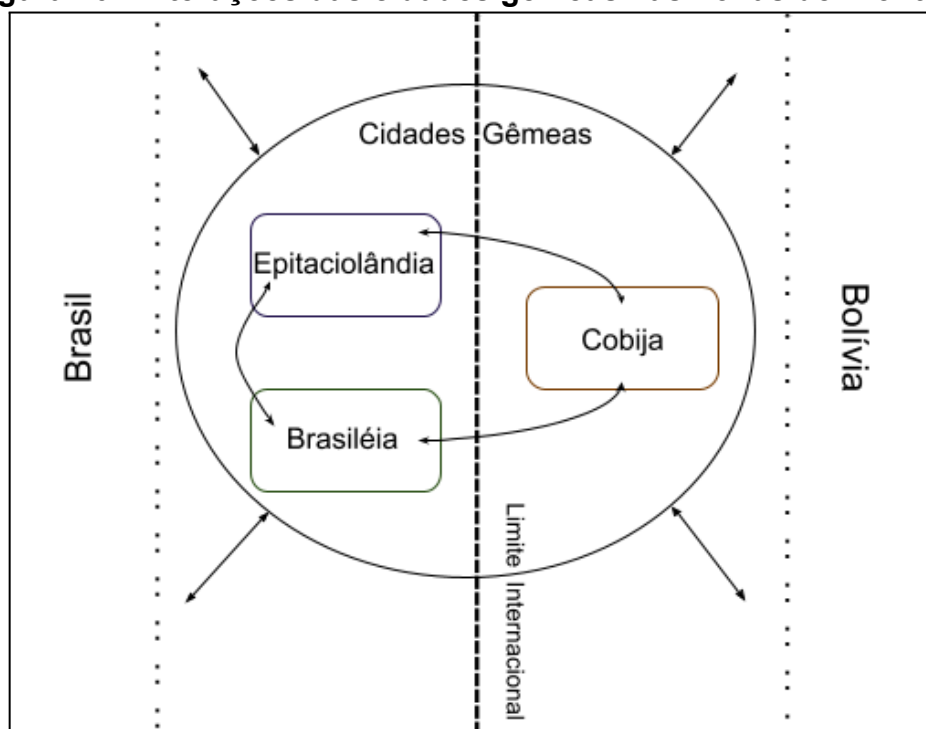
cada día” (T11, 2025). A troca do produto por dinheiro é feita tanto com real brasileiro quanto boliviano, a entrevistada T11 explica que seus clientes brasileiros também pagam com dinheiro boliviano.

(Compramos) naqueles comercio grande en (dinero) boliviano y convertimos en real. Los brasileiros también tienen bolivianos y compran con dinero boliviano, igual recibimos no vamos negar, la venta es bienvenida quién viene con dinero boliviano o con dinero (brasileiro). Hay otros *patricios* (brasileiros) trabajando en Bolivia, tienen dinero boliviano, iguale así, então... Porque maioria trabalha en Bolivia, algunos brasileiros (T11, 2025).

Durante a entrevista com a trabalhadora chegaram alguns clientes interessados nos produtos expostos e dois clientes perguntando sobre as encomendas que fizeram na semana anterior. Provavelmente aquele cliente é um trabalhador que não consegue se deslocar até Cobija e faz a encomenda aos vendedores bolivianos que estão presentes na feira aos domingos ou pedem para trazer nos demais dias da semana. De acordo com o que abordamos no seção anterior, alguns brasileiros trabalham em Cobija e recebem os pagamentos em dinheiro boliviano, a falta de tempo durante o trabalho pode dificultar a compra de produtos diretamente em Cobija e quando estão de folga, para não precisar se deslocarem até Cobija, fazem as suas compras na Feira de Brasília.

Machado (2005) ressalta que os fatores de produção nas cidades gêmeas têm efeitos para além da conurbação das cidades (Figura 20) e percorre distâncias indeterminadas em cada território nacional.

Figura 20 - Interações das cidades gêmeas nas Zonas de Fronteira



Fonte: Machado, 2005 (organizado e elaborado pela autora).

As populações das cidades gêmeas convivem diariamente com o *outro*, com base no que observamos, as populações das cidades gêmeas BEC sobrevivem com as trocas realizadas entre si, principalmente as trocas de trabalho, produtos, serviços e informações. A trabalhadora entrevistada T11 revela que ficou sabendo por duas mulheres brasileiras que poderia trabalhar vendendo produtos em Brasília.

Yo chegué así nueva, né? Ahí yo no tenía lugar. Chegué sin nada, así parado, tenía só dos filhos, buchuda de él y una menina de tres años. En Bolivia estaba difícil esa época, ahí me indicaron que era trabajar aquí así, ahí ambulava por aquí caminando vendía toallas de rostro, calcinhas. Ahí fallaron dos *patricias*, brasileiras, né? 'Tiene una feria allá, domingo no es grande, bien pequenininho'. Escuche eso, me invitaron para poder a venir a trabajar, ahí empecé a trabajar, no había banca en aquella época ni techo así, só era así, había sólo aquellas plantas (pisos) así, nuestras plantas eran tres, cuatro. Ahí en esas sombrillas nos sentavamos en el piso, colocavamos una sacola en la lona y vendíamos nuestras mercadorias así, en el sol. Después acordinaro con colonieros, los colonieros del Polo, né? Fizieron un proyecto, nos convidó a nosotros y la prefecta Leila mandó construir eso (T11, 2025).

Desde o convite que recebeu, a trabalhadora segue todos os domingos trabalhando na feira de Brasília, seu marido também trabalhava em Cobija

vendendo produtos diversos, isso acabou influenciando a entrevistada a fazer o mesmo no Brasil. Relata ainda que na feira consegue vender seu produtos e também compra as verduras e legumes que precisa para a sua casa “Toda verdura que precisamos compramos, eles venden y compran también, un troco eso” (T11, 2025). Sobre a xenofobia, a trabalhadora diz que é bem conhecida na feira e nunca passou por nenhum constrangimento.

A trabalhadora entrevistada T12 está a mais de 23 anos trabalhando em Brasília vendendo, nasceu em Cochabamba, morou por um tempo em Santa Cruz e mudou-se para Cobija para estudar e conhecer a fronteira da Bolívia com o Acre “*porque allá en interior (do país) es muy chei chei (muitos alunos), y aquí como a frontera é longe entonces yo vine a estudiar*” (T12, 2025), porém não conseguiu continuar os estudos por falta de alunos para compor a turma e decidiu continuar na fronteira trabalhando. Seus produtos vão desde brinquedos, lanternas, calcinhas que compra em Cobija para revender, perfumes das marcas Avon e Natura comprados no Brasil. A trabalhadora possui um carro que ajuda no transporte de seus produtos no trajeto Cobija–Brasília–Cobija, além de trabalhar na feira, a entrevistada também trabalha nas proximidades do Armazém Paraíba (Av. Marinho Monte) durante a semana e “solo vuelvo para dormir (em Cobija), trabalho todos los días aquí (em Brasília)” (T12, 2025). Por passar o dia todo em Brasília, a trabalhadora brinca que “mora” no Brasil e compra os alimentos como “*arroz, azúcares y cebolla*” nos mercados brasileiros e os leva para cozinhar em sua casa em Cobija. A respeito dos brasileiros, a trabalhadora os classifica como “*muy buenos*”.

A trabalhadora T13 não permitiu a gravação da entrevista, porém aceitou conversar conosco. Ela vende verduras, legumes e frutas variadas como por exemplo cebola, maracujá, maçã, cenoura e tomate. Conta que a venda dos produtos é mais difícil pois podem estragar mais rápido. Reside em Cobija, mas veio de La Paz atraída pelo clima que é mais fresco e para fugir da violência, segundo ela em Cobija tem *menos ladrões*. Trabalha na feira de Brasília com a sua filha, seu esposo e seu filho, no momento da conversa estava somente ela e a filha. Atualmente não paga imposto, pagou somente até a pandemia e depois da pandemia não precisou mais pagar imposto da banca. Ela diz que o horário de funcionamento dentro da feira coberta é das 5 até 12 horas da manhã, diferente do funcionamento das bancas da rua que é das 5 horas até 10 horas. Durante a pandemia não recebeu nenhum tipo de auxílio da Bolívia, mas informa que alguns

bolivianos que moram no Brasil receberam do governo federal brasileiro, ela não recebeu pois mora em Cobija e na pandemia era difícil passar na fronteira para ir atrás do auxílio porque a fronteira estava fechada, porém a entrevistada ressalta que tentava realizar suas vendas em Cobija. A trabalhadora, na maioria das vezes, usa o táxi boliviano para levar seus produtos para feira em Brasília porque os taxistas brasileiros têm receio de transportar os produtos dela porque são pesados e ocupam muito espaço.

A entrevistada T14 nasceu em La Paz e vive a mais de 30 anos no Brasil porque “tem más trabalho en Brasil” (T14, 2025). Inicialmente era a sua mãe quem trabalhava banca vendendo verduras, após o seu falecimento o ponto de trabalho ficou para a trabalhadora entrevistada, se concretizando como uma herança passada de mãe para filha:

Hace que se fundió este mercado, quién trabajava era minha mãe que faleceu e me deixou essa banca pra mim, agora estoy trabajando aquí a 5 años, mas eu trabalho en otro canto, en Xapuri. Soy nacionalizada aquí no Brasil. Moro em Xapuri, (todo domingo vai para Brasília) porque minha mãe me deixou esa banca para trabajar (T14, 2025).

A trabalhadora tem um ponto para trabalhar em Xapuri e também vende na feira daquele município, salienta que gosta de vender verduras porque são *cosas para comer*. Os alimentos vendidos são cebolas e tomates do Peru, alho, cenoura, repolho e ovos da Bolívia e tomates enlatados do Chile (comprados em Cobija). A trabalhadora boliviana informa que possui chave Pix para facilitar as suas vendas para os clientes brasileiros e diz que a relação com os vendedores brasileiros é boa, pois eles são legais com os bolivianos porque eles também vão para a feira de Cobija vender os produtos deles.

A trabalhadora T14 não vende em Cobija, pega um táxi e vai apenas para dormir (de domingo para segunda-feira) e comprar alguns alimentos na cidade boliviana, os alimentos que sobram da feira de Brasília, ela leva para vender em Xapuri. Mas durante a pandemia, ficou em Cobija com medo do vírus. A princípio a trabalhadora não tinha queixas sobre trabalhar na feira de Brasília, mas ressalta que a segurança poderia ser melhor durante a madrugada “porque de manhã tem muito bebo aquí, perigosos. Dos veces me asaltaron a mano armada, por la frente, ahí mismo. A veces tem briga de bebo, solo así de madrugada” (T14, 2025). No

domingo, suas duas filhas acompanham a trabalhadora na feira de Brasília, isso a deixa ainda mais preocupada com a segurança.

A entrevistada T15 saiu de La Paz para morar em Cobija e começou a trabalhar a aproximadamente 18 anos no espaço que atualmente está localizada a Feira de Brasília (Figura 21), “cuando yo vine aquí a vender y eles ya estaban vendiendo, había solo dos, tres años” (T15, 2025). De acordo com a trabalhadora, não havia espaço coberto para os trabalhadores venderem seus produtos e também não tinha banheiro, “era solo así unas banquinhas así con sombrillas, eso no había (espaço coberto). Después la prefecta vino y lo hizo eso, mejorou, no había ni banheiro” T15, 2025). A trabalhadora transporta os seus legumes, frutas e verduras de Cobija para Brasília em táxis bolivianos. Os alimentos são de origem boliviana e peruana e no dia da entrevista havia somente alimentos peruanos, “hoy de Peru, porque de La Paz no están llegando las cosas” (T15, 2025), os alimentos são comprados na *Comunidad de Extrema* na fronteira da Bolívia com o Peru e são transportados até Cobija por intermediários.

Figura 21 - Trabalhadora boliviana vendendo seus produtos no espaço coberto da Feira de Brasília



Fonte: José Alves, 2025.

No Brasil, a entrevistada (T15) trabalha somente na feira de Brasília, e em Cobija na feira boliviana aos sábados e no domingo quando sobra produtos da feira de Brasília. Quanto a relação com os clientes e vendedores brasileiros, a trabalhadora informa que “*son buenos e no hacen problemas*”, mas sempre pechincha para pagar menos no quilo dos alimentos, “*ellos siempre quieren menor. Ellos quieren kilo completo, porque pra lá venden de 10 real y nós vendemos a 6 para eles*” (T15, 2025). Mesmo que não haja reclamação por parte dos trabalhadores bolivianos, é evidente que os clientes brasileiros tentam *tirar vantagem* pagando menos do que o preço estabelecido nos produtos bolivianos e para não perder a venda os trabalhadores acabam cedendo o *desconto*.

A trabalhadora boliviana T16 também é de La Paz e mora em Cobija, começou a trabalhar em Brasília há 22 anos juntamente com sua irmã (T17). Trabalha todo domingo na feira de Brasília e durante a semana trabalha “*allá en (Armazém) Paraíba, allá en cima en Maria Montes (Av. Marinho Montes)*” (T16, 2025) onde também tem uma banca para vender seus produtos comprados em Cobija, como lanternas, pilhas, relógios e calcinhas compradas no comércio local de Brasília para revender. Revela que durante o tempo que vende em Brasília conquistou muitos clientes que são bons com ela.

Esta trabalhadora conta que seus irmãos e suas filhas moram na cidade de São Paulo, as filhas há mais de 10 anos e trabalham com a costura. Silva (2006), explica que há muitas décadas São Paulo foi o principal destino para os bolivianos que buscam morar e trabalhar no Brasil:

Do ponto de vista ocupacional, os bolivianos que entraram no país, a partir da década de 1980, trabalham, em sua maioria, no setor da costura, por ser esse um segmento do mercado de trabalho que não exige experiência prévia nem idade mínima para o trabalho, incorporando mesmo menores. Do trabalhador se exige apenas muita coragem para se adaptar às condições insalubres de trabalho, uma vez que é um setor no qual não há nenhuma regulamentação das relações trabalhistas. Tal modo de produção se enquadra no modelo da “acumulação flexível” do capital, em que a produção se dá com base na quantidade de peças que o trabalhador é capaz de costurar. Nesse caso, as regras de trabalho são permeadas por relações de parentesco e amizade, ensejando, assim, espaço para a subjugação dessa mão-de-obra, sobretudo das mulheres. Em geral, eles trabalham para coreanos, brasileiros, ou mesmo para os próprios compatriotas que vão à Bolívia agenciar trabalhadores para as suas oficinas de costura. O produto final do trabalho é vendido,

em geral, nas lojas da cidade, algumas delas muito conhecidas no comércio local (Silva, 2006, s/p).

A entrevistada revela que morou durante 6 meses em São Paulo, mas não gostou e não conseguiu se acostumar com a rotina da cidade, “*é muito grande. Allá dele son costura, a mi (no me gusta), eu gosto andar así vendendo*” (T16, 2025), tentou ajudar sua irmã na costura, porém não conseguiu aprender e voltou para Cobija, onde seu marido trabalha em uma oficina de carro. A trabalhadora reclama apenas que o horário que é disponibilizado para a venda na feira é muito curto (das 5 horas da manhã às 10 horas) e isso prejudica o trabalho deles, pois as bancas de produtos não perecíveis ficam na rua e existe uma pressão para que eles desocupem a rua para o tráfego dos veículos (Figura 22). Diante disso, a trabalhadora entrevistada pede “que nos deixem trabalhar” (T16, 2025) para que não tenha suas vendas prejudicadas com o horário reduzido.

Figura 22 - Trabalhadoras bolivianas vendendo seus produtos na Feira de Brasiléia



Fonte: José Alves, 2025.

Há 35 anos a trabalhadora T17 foi morar em Cobija, também saiu de La Paz em direção à fronteira com o Acre para visitar seus familiares, acabou gostando e resolveu ficar. Há 25 anos começou a trabalhar em Brasiléia, sempre trabalhou vendendo roupas, lanternas, pilhas, vasilhas de plásticos e variedades, além de trabalhar em Brasiléia também trabalha na feira “de la Vila Epitácio (Epitaciolândia)” (T17, 2025) em dias de quinta-feira, como trabalha há muitos anos com vendas

possui muitos fregueses. Também trabalha na feira de Cobija aos sábados, sextas-feiras e domingos no período da tarde.

De acordo com essa trabalhadora (T17), antes da pandemia a taxa paga à prefeitura de Brasília era cerca de R\$ 20,00 por mês, informação divergente da trabalhadora T11 que afirmou que o valor pago por domingo era de R\$ 2,00, depois da pandemia ainda não pagaram nenhuma taxa, mas já tiveram informações que a partir de abril de 2025 será cobrado o valor de R\$ 40,00. O aumento do valor pago seria referente à uma promessa de colocar uma cobertura para que os trabalhadores da rua não fiquem ao sol e não atrapalhe o trânsito da rua, mas ainda que seja complicado trabalhar na rua, a trabalhadora agradece ao “Brasil” por receber os trabalhadores bolivianos e deixar eles trabalharem por muitos anos.

A entrevistada T18 nasceu em Cobija e trabalha vendendo verduras nas calçadas em Brasília há 20 anos, cerca de 5 anos depois, a convite da prefeitura passou a vender na feira livre. Vende alho, cebola, batata, cenoura, repolho e outras verduras trazidas do Peru para a Bolívia: *“yo compro de Puerto Maldonado, ahí viene a Extrema. El peruano trae, daí compramos de Peru para a Bolívia y de Bolivia traemos pra cá. Son peruanos que vienen, 5 peruanos vienen y venden a cada persona”* (T18, 2025). A trabalhadora vende somente na feira de Brasília e quando não vende tudo, ela leva para vender em Cobija para *los pensiones* (casas de hóspedes) ou oferece nas residências. Assim como as outras trabalhadoras, o marido desta também trabalha em Cobija.

A última entrevista foi com um casal, sendo que a esposa possui uma deficiência intelectual, faz tratamento no Brasil e por isso quem respondeu as perguntas foi seu marido peruano que está com ela há mais de 15 anos. Ela nos conta que nasceu em La Paz e faz questão de dizer que não nasceu em Cobija **“yo no nací ahora en Cobija porque yo no soy cambia”** (T19, 2025). Ele nasceu em Chimbote, que fica a 450km de Lima, capital do Peru, local em que trabalhava como fotógrafo. Em 2007 foi morar em Cobija por mais ou menos 1 ano e meio e após esse período foi morar em Brasília e começou a vender produtos naturais na rua.

Aquí meus compatriotas que trabajaram de camelô me ajudaram, um deles vendia produtos naturais do Peru y ahí ele me deu uma mala com produto natural para caminhar pela rua vendendo, como eu tinha conhecimento lá en Peru que eu trabalhei em uma empresa japonesa, entón eu tinha conhecimento do marketing, entón eu chegava en la gente aquí só que em meu idioma. Por que o idioma

português tem parte de espanhol e tem parte também portuguesa, no? Tem palavras em português e tem palavras em espanhol, ahí no foi muito difícil aprender português y trabalhar com produtos aquí no Brasil (T19, 2025).

Ele passou quase 2 anos vendendo os produtos naturais em Capixaba, Xapuri e Senador Guimard, depois voltou para Brasília. Atualmente os dois trabalham vendendo os produtos na feira aos domingos e nas escolas estaduais e municipais para os funcionários da educação mensalmente.

Eu vou nas escolas com licença da diretora ou diretor da escola que me dá licença para entrar a escola, fazer minha exposición y os professores/funcionários quando saem 15 minutos de refeición, ahí, eles olham y dizem 'eu quero esse aqui', ahí eu vendo pra eles. E ahí o pagamento, eles já me conhecem, eu vendo o produto e eles me pagam só quando sai o pagamento deles, no final do mês. Agora no final do mês tem que lembrar porque eu tenho anotado o que não foi pago, ahí vão me pagam y se quiser de novo, de novo vendo os produtos (T19, 2025).

De acordo com o entrevistado, os brasileiros são a segunda família dele porque o lucro que ele ganha, vem da venda dos produtos para os brasileiros e por isso confia que os produtos serão pagos quando os funcionários receberem o salário. Os produtos que eles vendem são de origem brasileira, que são levados por uma brasileira até a fronteira e de origem peruana (Figura 23), entre eles estão expostos xaropes, colágeno, curcuma, açafrão, macaneira, maca peruana e muitos outros.

Figura 23 - Vendedores de produtos naturais na Feira de Brasília



Fonte: José Alves, 2025.

O trabalhador informa que antes da pandemia conseguia vender bem, durante a pandemia ele recebeu auxílio do governo brasileiro, por isso diz que o governo do ex-presidente Bolsonaro foi bom para as vendas dele e que depois da pandemia as vendas caíram, “porque naquele tempo quando tava o Bolsonaro ainda se podia vender, também um pouquinho mas había vendas aquí y por todo o Brasil” (T19, 2025). Entendemos que as vendas estavam melhores durante a pandemia devido a disponibilização do Auxílio Emergencial para os brasileiros em situação de vulnerabilidade e o medo da doença fazia as pessoas procurarem mais remédios e produtos naturais a fim de ficarem imunes, sem falar que muitos trabalhadores não estavam trabalhando presencialmente, o que pode ocasionar em mais compras para alimentação, higiene e utensílios para casa.

Atualmente ele revela que não consegue ter uma boa renda somente com a venda na feira e que se não fosse pelo Bolsa Família e pelas vendas nas escolas, não conseguiria sobreviver.

Sí, na pandemia, aquí meu amigo Francisco, ele como representante dos migrantes, ele nos cadastrou y por meio dele nos saiu com alimentación, también com ropa, también com medicina, que ele sabe que minha mulher é deficiente, incapacitada. Como falei, meu irmão, que ela tem atendimento com o governo do Brasil y graças a Deus que ela recebe medicamentos da Farmácia Popular municipal porque ela se atende no CAPS (T19, 2025).

Francisco é um imigrante venezuelano e fundador da Associação Migra Brasil - Acre, que busca ajudar e auxiliar outros imigrantes que chegam ao Brasil pela rota Assis Brasil-Brasiléia-Epitaciolândia.

No dia da entrevista o trabalhador revela que as vendas foram muito ruins e até o momento havia vendido apenas um Gota do Zeca no valor de R\$10,00. Devido a deficiência de sua esposa, ela recebe um auxílio do governo boliviano no valor de BOB\$ 250,00 que convertidos para o real são R\$ 203,71, no Brasil está tirando os documentos necessários para solicitar o Benefício de Prestação Continuada – BPC e já possui CPF e Cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) para conseguir atendimento médico e pegar os remédios na Farmácia Popular.

Bom, eu vou falar a verdade porque não só eu sou afetado, tem muitos sendo brasileiros aqui que vem da colônia que vem da cidade

para fazer encaminhamento lá na secretaria (de saúde) é pura burocracia y isso no falo eu porque sou estrangeiro, muitos brasileiros se queixam. Ah, temos reportagem a nível nacional em Rio Branco sai ahí, disseram tem pessoas mais graves que precisam y passa um ano, dos anos com diferentes doenças, tem que arrumar dinheiro eles mesmos para fazer um tratamento. Aqui ela dos meses, el médico daqui para o ortopedista mandou, ainda receita mandou para voltar em 30 dias, ahí fui para secretaria, ahí ela me disse 'espere até que eu chame'. Sabe quantos meses passou? Foi em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, 5 meses y nunca chamaram. Igual a mi também una vez também para los pulmones ya tiene más de 1 ano y no só eu, meu irmão! Pessoas brasileiras que vêm da colônia se queixam, se queixam! (T19, 2025).

O SUS apesar de ajudar muitas famílias no Brasil, ainda possui falhas e devem ser passar por ajustes e fiscalizações para que possa atender melhor os cidadãos. Porém dificilmente aqueles que estão representando os interesses do povo estão preocupados com isso, na realidade estão preocupados com os interesses dos empresários, principalmente aqueles que vendem planos de saúde.

Y não só aquí, en todo mundo, en todo mundo acontece isso. Y eu penso que, así falando com brasileiro que me conhece, eu así en uma ideia que o governo do Brasil y Lula por exemplo, deve falar com a Câmara dos Senadores, Câmara dos Deputados para se ter mais y juntos resolver porque tem muitas pessoas de baixa economia que morrem por causa que no tem como fazer um tratamento de pulmão (por exemplo) (T19, 2025).

O trabalhador mora na região de planície de inundação de Brasília e afirma que foram afetados duas vezes pela alagação, pois pensou que as águas não chegariam até sua casa e acabou perdendo tudo. Em 2024 ele saiu antes da água chegar em sua residência, com a ajuda da prefeitura e do Francisco, representante dos migrantes, e dessa maneira conseguiu diminuir os danos.

Os trabalhadores bolivianos que trabalham na Feira de Brasília, em sua maioria possuem cerca de 20 anos trabalhando com a venda de produtos, por isso são bastante conhecidos e respeitados. Todavia apesar das melhoras, os trabalhadores que vendem com seus produtos expostos na rua têm mais dificuldade. Seguindo as sugestões dos entrevistados, seria necessário o aumento do horário de trabalho e também a disponibilização de um espaço coberto para que eles vendam os produtos sem prejuízo.

Assim, vimos neste capítulo que o principal motivo para a migração pendular e permanente dos trabalhadores é o trabalho e as dificuldades para conseguir um emprego no próprio município, pela falta de respeito às leis do trabalho nas cidades acreanos e o sufocamento dos trabalhadores autônomos pelas grandes lojas de Cobija, e desta maneira os trabalhadores procuram por oportunidades de trabalho e de espaço no país vizinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto histórico as relações capitalistas estão presentes no continente desde a colonização, obviamente no Estado do Acre e na Bolívia não seriam diferentes. Entretanto as formas de exploração foram alteradas do seringueiro, para o posseiro e agora para o trabalhador da escala 6x1, informal e autônomo. A proximidade entre as cidades gêmeas (BEC) existe desde a fundação delas, por se tratar de uma fronteira as trocas comerciais, de informações e de pessoas são facilitadas pela conurbação das cidades. Desta maneira, os trabalhadores têm a *liberdade* de transitar entre as cidades e vender a sua força de trabalho para poder sobreviver.

Por isso que o capitalismo está sempre se reinventando e criando novas maneiras de exploração do trabalhador de forma alienante para se obter o lucro com as flexibilizações. Um exemplo é a pressão contra o fim da escala degradante 6x1 que segue em discussão no Congresso Nacional brasileiro para a sua redução a partir da iniciativa do movimento Vida Além do Trabalho – VAT e da deputada Erika Hilton do PSOL. Isso destaca a capacidade do neoliberalismo de afetar negativamente a vida das pessoas, não apenas dos trabalhadores, mas de todos que estão ao seu redor, pois os trabalhadores ficam submissos às vontades do capital.

A mobilidade do trabalho se expressa na força de trabalho, no processo produtivo, na circulação dos trabalhadores e das mercadorias, no caso dessa pesquisa, ela se concentra principalmente no meio urbano. A relação de mobilidade da força de trabalho nas cidades gêmeas (BEC) de Brasília – Epitaciolândia – Cobija permitiu constatar a presença de trabalhadores acreanos na área comercial de Cobija e trabalhadores bolivianos pelas ruas de Brasília e Epitaciolândia.

O movimento migratório da maioria dos trabalhadores (84%) foi classificado como migração pendular, em que o trabalhador passa o dia na outra cidade e volta para a sua para dormir, com destaque para uma mobilidade ainda maior da trabalhadora que mora em Xapuri, viaja aos domingos trabalhar na Feira Livre de Brasília durante o dia e dorme em Cobija. Os outros trabalhadores (16%) realizaram a migração permanente, na qual dois dos entrevistados mudaram-se de Cobija para Brasília e outro para Epitaciolândia, tendo o trabalho como a razão para a realização dessa mobilidade.

Apesar de não trabalharem com carteira de trabalho assinada e com todos os direitos garantidos por lei, os trabalhadores acreanos que vendem sua força de trabalho em Cobija, não reclamam do trabalho em si, reclamam mais da falta de oportunidades de emprego decente com menos dias trabalhados e boa remuneração em Brasília e Eptaciolândia, e veem ele como uma oportunidade para ganhar dinheiro para manter sua família ou seus estudos, pois conforme eles, em Brasília e Eptaciolândia a busca por emprego é dificultada e em geral pouco remunerada em comparação com as atividades que precisam desempenhar. E os empregadores bolivianos conseguem uma força de trabalho mais barata que realiza as mesmas tarefas que um trabalhador formal boliviano, já que os valores recebidos não chegaram a 01 salário mínimo boliviano. Dessa maneira, vemos como acontece as trocas da força de trabalho na fronteira das cidades acreanas com a capital do departamento boliviano.

Portanto, neste estudo concluímos que a relação comercial entre as cidades acreanas com a Zona Franca de Cobija influenciou grandemente no fator atrativo aos trabalhadores acreanos, juntando as necessidades dos comerciantes que precisam de trabalhadores para atender as demandas dos clientes e os acreanos que precisam de trabalho para sobreviver. Podemos considerar que os trabalhadores acreanos de Brasília e Eptaciolândia preferem vender sua força de trabalho em Cobija, mesmo recebendo menos que um salário mínimo brasileiro, pois têm a certeza de que vão conseguir um trabalho na cidade boliviana. Por isso fica entendido que a motivação que prevalece é a necessidade básica de ter o que comer, beber, vestir, pagar as contas e sobreviver. Entendemos também que os patrões bolivianos lucram se aproveitando das necessidades dos trabalhadores brasileiros e da exploração da força de trabalho acreana, que ainda assim se submetem por ter um local para trabalhar.

Demonstramos o papel das ONGs que assumem as responsabilidades do Estado brasileiro, o que pode tornar perigoso as negociações da força de trabalho migrante pelas ONGs, que utilizam organizações de ações humanitárias como escudo para os interesses neoliberais que precarizam os próprios voluntários, contribuem para a minimização do Estado, flexibilização das políticas públicas e, como vimos nesta pesquisa, acabam mediar o contato dos imigrantes que chegam até Brasília e Eptaciolândia para empresas frigoríficas que são rejeitadas pelos próprios moradores das cidades gêmeas. Ainda que não tenhamos presenciado e

identificado trabalho escravo nas ONGs e nos locais de trabalho dos entrevistados, fica aqui o alerta para essas situações que podem acontecer na região de fronteira e nas cidades gêmeas estudadas.

Toda essa perversidade do capital tem por finalidade não oferecer tempo para os trabalhadores se dedicarem com todo seu esforço e tempo em função de outros para serem recompensados com menos que o mínimo. Isto faz com que a aceite as diferentes formas de trabalho atuais, através da alienação presente na sociedade capitalista, porque como vimos, não é possível conseguir participar do mínimo em sua cidade e acabam buscando novas oportunidades por meio da mobilidade do trabalho na cidade vizinha

Quanto aos outros entrevistados, de 19, 13 não são nascidos no Brasil, são bolivianos e peruano. Todos trabalham como vendedores de verduras, de produtos variados comprados em Cobija e no Brasil para revender, além de produtos naturais com fins medicinais. Constatamos nas entrevistas que alguns trabalham nas calçadas de forma irregular, usando os espaços ao entorno das avenidas para vender seus produtos mesmo com medo de que sejam obrigados a sair a qualquer momento, enquanto a maioria participa de um projeto em uma Feira Livre de Brasília, local em que podem expor seus produtos aos domingos pagando uma taxa à Prefeitura municipal. Porém mesmo assim os trabalhadores que ficam vendendo na rua ao lado da feira são prejudicados, pois têm o horário de trabalho reduzido e precisam liberar a rua para o tráfego dos veículos, sem falar que não possuem um espaço coberto e utilizam apenas barracas, que não os protegem do calor escaldante e mal amparam do sol e da chuva.

Outra dificuldade enfrentada é a queixa sobre a queda das vendas no pós pandemia, alguns dizem que a pandemia encareceu os produtos e fez com que as pessoas comprassem menos. No geral, todos gostam de trabalhar no Brasil, não possuem reclamações extenuantes, mas solicitam o básico para possam trabalhar tranquilamente. Podemos também constatar que os que moram no Brasil recebem toda a assistência necessária para ajudar na sobrevivência deles, como por exemplo o casal entrevistado T19.

Desta maneira, podemos concluir através dos dados aqui utilizados que as cidades gêmeas enfrentam problemas na disponibilização equitativa de empregos para os seus habitantes, não estamos falando que é errado ou que um habitante de uma cidade não pode ir vender sua força de trabalho em outra cidade, mas estamos

analisando as dificuldades encontradas e apontadas nas suas cidades de residência pelos entrevistados, principalmente os acreanos que reclamam que os empregos nas cidades acreanas estudadas possuem remuneração que não condiz com os dias de trabalho, não assinam carteira de trabalho e não pagam os direitos.

O que precisa acontecer é um olhar mais atencioso aos trabalhadores pelos governantes, mas especialmente pela própria classe trabalhadora, é necessário a reivindicação contínua de condições mínimas para a remuneração, o trabalho e tempo de descanso.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Governo do Estado do. **Acre em Números**. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN. Departamento de Acompanhamento da Gestão - DAG. 2025. Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/acreemnumeros/>. Acesso em: 06 mar 2025.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ALVES, Giovanni; WOLFF, Simone. Capitalismo global e o advento de empresas de rede: contradições do capital na quarta idade da máquina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 51, conjunto. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/wTmmPMTXFpZFZzrfV9zThqL/?lang=pt#>. Acesso em: 29 abr 2024.
- ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO)**: degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 671 f. : il. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2014.
- ANDINO, Parlamento. **Fundación de Cobija, Bolivia**: La Perla del Acre. 2024. Disponível em: <https://www.parlamentoandino.org/index.php/actualidad/noticias/1333-fundacio-n-de-cobija-bolivia>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As alterações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 87, pág. 335–351, maio de 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/#>. Acesso em: 10 mai 2024.
- ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, Buenos Aires, n. 19, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/BshLDrvRN5psZwFCkzMLsDb/#>. Acesso em: 02 mai 2024.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo [recurso eletrônico], 2018. Disponível em: <https://nestpoa.files.wordpress.com/2019/09/ra-ps.pdf>. Acesso em: 01 mai 2024.
- ASSIS, Cristina F; MONTEIRO, Rhadson. Metodologias qualitativas e quadros de referência para a pesquisa em ciências humanas e sociais aplicadas. **Revista JurES**, Vitória, - v.16, n.29, jun. 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/juresvitoria/article/download/19>

CNM, Confederação Nacional dos Municípios. **Portaria define cidades-gêmeas e lista municípios que estão dentro dos critérios**. 2014. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/portaria-define-cidades-g%C3%AAs-e-li-sta-munic%C3%ADpios-que-est%C3%A3o-dentro-dos-crit%C3%A9rios>. Acesso em: 22 set. 2024.

COSTA, Carlos E. L.; GONZALEZ, Manuel J. F. **Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | [S. I.]**, n. 18 | Set./Dez. 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5325/1/BEPI_n18_Infraestrutura.pdf. Acesso em: 29 out 2024.

CURY, Maria Z. F. Mobilidades literárias: migração e trabalho. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v.16, n.1, p. 11-20, jan./jun. 2012.

DUARTE, Evaristo E. C.; POLA, Karina D. Trabalho em Marx e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, [S. I.], v. 12, n. 1, 2009. DOI: 10.5433/1679-4842.2009v12n1p179. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10058>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem** (Portuguese Edition). Edição do Kindle. 2012. Disponível em: <https://a.co/d/40sssKf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FARIAS, Cleilton S. de; SILVA, Silvio S. da. As fronteiras da fronteira e a expressão da multitransterritorialidade acreana. **Entre-Lugar**, [S. I.], v. 5, n. 9, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/4499>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FERRARI, Maristela. Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, 11, 2012. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/305>. Acesso em: 17 out 2024.

FRANCO, David S.; FERRAZ, Deise L. D. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. spe, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/9NJd8xMhZD3qJVwqsG4WV3c/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 mai. 2024.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GENRO, Tarso *et al.* **Estado social do trabalho e do empreendimento**. Libretos. Edição do Kindle. 2022. Disponível em: <https://a.co/d/bXqt3Gg>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GUERRA, Neyla P. M. **A dinâmica comercial e a produção do espaço nas cidades (tri) gêmeas na fronteira sul acreana com a Bolívia.** , 2009. 68 f. Monografia (Graduação em Geografia – modalidade Bacharelado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH. Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco – Acre, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2ª reimpressão, 2006.

IBCE, Instituto Boliviano de Comercio Exterior. **Cifras del comercio exterior boliviano: gestión 2025.** Santa Cruz, ano 33, nº 326, 2025. Disponível em: <https://ibce.org.bo/publicaciones-descarga.php?id=2552&opcion=1>. Acesso em: 15 mai 2025.

IBCE, Instituto Boliviano de Comercio Exterior. **Salarios en Bolivia.** Santa Cruz, Boletín Electrónico Bisemanal No 1.318, 2025. Disponível em: <https://ibce.org.bo/publicaciones-ibcecifras-pdf.php?id=1354>. Acesso em: 22 mai 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.** IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-inter-no-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: 07 mar 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Características dos Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=39224>. Acesso em: 29 jul 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bioma predominante por Município para fins estatísticos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102097>. Acesso em: 20 ago. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 de mar. de 2025.

INE, Instituto Nacional de Estadística da Bolívia. **Reporte de datos primer conteo de población, censo de población y vivienda.** 2024. Disponível em: <https://censo.ine.gob.bo/>. Acesso em: 22 mai 2025.

IGLESIAS, Marcelo M. P. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá.** Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 415 f. Rio de Janeiro, 2008.

JAUQUEIRA, Manoela M.; DIALLO, Mamadou A. **Migração Contemporânea na América Latina**: direito a ter direitos. CORE: s/l, 2017. Disponível em: https://core.ac.uk/display/130811136?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1. Acesso em: 13 ago. 2023.

MACHADO, Lia O. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: M.L.Silveira (Org.). **Continente em chamadas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/pesquisa/limites-e-fronteiras-internacionais/estado-territorialidade-redes-cidades-gemeas-na-zona-de-fronteira-sul-americana/>. Acesso em: 02 jun 2025.

MACHADO, Lia O. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: Anais, **II Conferência Internacional de Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira**. Foz de Iguaçu: IAB, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/357162874/2006-Cidades-Na-Fronteira-Internacional-LOM>. Acesso em: 20 out 2025.

MANCHINERY, Alessandra S. S.; MORAIS, Maria de J. Povo Manchineri: mobilidade territorial e cultura. Costa Rica: **Revista Geográfica de América Central**, San José, Número Especial EGAL, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2431/2327>. Acesso em: 15 jan 2025.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Livro 1, v. 1, t. 1. (Os economistas).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – livro I. Tradução SANT'ANNA, Reginaldo. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORAIS, Maria de J; MANCHINERY, Alessandra S. S.; MANCHINERI, Soleane de S. B. Povo Manchineri e a tríplice fronteira do Brasil, Bolívia e Peru: o viver entre o lado de cá (Acre) e, o lado de lá (Pando e Madre de Dios). **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, Vol. 47 nº 1, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/102479>. Acesso em: 24 out 2024.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson A. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. Renato Balbim; Cleandro Krause; Clarisse Cunha Linke (Org.) – **Cidade e movimento**: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: IPEA: ITDP, 2016.

NAKAMURA, João. **Lidar com a Geração Z é desafio para 68% do mercado de trabalho, aponta relatório**: conflito geracional não é novidade no mercado; especialistas dão dicas de como lidar com questões. São Paulo: CNN Brasil, 2024.

Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/lidar-com-a-geracao-z-e-desafio-pa-ra-68-do-mercado-de-trabalho-aponta-relatorio/>. Acesso em: 24 mai 2025.

PAULA, Elder A. **Capitalismo verde e transgressões**: Amazônia no espelho de Caliban. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

PELIANO, José C. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], Coimbra, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/pdf/6018>. Acesso em: 18 ago. 2024.

PRIEB, Sérgio A. M.; CARCANHOLO, Reinaldo A. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente Urbano**: GEO Cobija. La Paz: Herencia, 2008. Disponível em: <https://www.herencia.org.bo/webdocs/publicaciones/geocobija.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

RIBEIRO, Tatiana. C. A formação do trabalhador na sociedade capitalista. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28311>. Acesso em: 02 abril 2024.

ROCHA, Ana P. A. da; FERRARI, Maristela. Fronteira e interações transfronteiriças entre Brasil e Paraguai no segmento de Guaíra e Salto del Guairá. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 2, 2020. DOI: 10.48075/geoq.v13i2.24740. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24740>. Acesso em: 22 set.. 2024.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós guerra fria**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

SILVA, Leonardo L. S. da. As redes e as interdependências assimétricas: a análise das Relações Brasil e Bolívia através das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, SP, v. 2, n. 23, 2016a. DOI: 10.33081/formacao.v2i23.3912. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/3912>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SILVA, Leonardo L. S. da. **O papel das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija na intermediação das relações entre o Brasil e a Bolívia**. Belo Horizonte, 2016. 322f. Tese (Doutorado) – Programa de

Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2016b.

SILVA, Leonardo L. S. da. Certos aspectos da economia em cidades de zona de fronteira: o caso das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 1, 2017. DOI: 10.48075/geoq.v10i1.15152. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/15152>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SILVA, Sidney A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 157–170, maio 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n6dvGSmjVzyVPMZ6fdpG66Q/>. Acesso em: 06 jun 2025.

SILVA, Silvio S. **Na fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente; Rio Branco: ACREditando - 1. 2003.

SILVA, Silvio S. **ACRE**: uma visão temática de sua geografia. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Pedro. Mudanças climáticas, REED+ e créditos de carbono. **Climainfo (Online)**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/06/07/mudancas-climaticas-reed-e-creditos-de-carbono/>. Acesso em: 31 out 2024.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 271–286, jul. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/y5CWdDT4Xk8TfM7fmNjwsSh/>. Acesso em: 15 mai 2025.

SOUZA, Maria C. M de; SILVA, Silvio S. da . Integração e conflitos na fronteira brasileira, Bolívia: breve resumo das cidades gêmeas do Acre. **UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre**, Rio Branco/AC, v. 3, n. 2, 2022. DOI: 10.29327/268458.3.2-2. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/5707>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SPÓSITO, Maria E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

TAVARES, Maria G. da C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 15, n. 2, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2011.74209. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74209>.. Acesso em: 02 ago. 2024.

TERRAZAS, Paola. Vice-governadora do autônomo departamental de Pando. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **SUFRAMA firma Ata de Negociação com zona franca da Bolívia**: Acordo visa a promover um intercâmbio de experiências e estudar possibilidades de integração produtiva e industrial entre o modelo ZFM e a Zona Franca Comercial e Industrial de Cobija. [s/l] Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/noticias/suframa-firma-ata-de-negociacao-com-zona-franca-da-bolivia-1>. Acesso em: 16 mai 2025.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Presidente Prudente: [s.n], 2009. Tese (livre-docência) – Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista-UNESP. v.1, 2009.

VERA, Enrique. Interoceânica Sul: legado de corrupção e impactos ambientais no Peru. **Dialogue Earth (Online)**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/florestas/52497-interoceanica-sul-legado-de-corrupcoes-e-impactos-ambientais-no-peru/>. Acesso em: 31 out 2024.

WOLECK, Aimoré. O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. **Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, 01 jan. 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7967898/mod_resource/content/1/trabalho%20e%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 23 abril 2024.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TRABALHADORES
MIGRANTES DAS CIDADES GÊMEAS DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA
E COBIJA**

Identificação

Data: ____/____/____

Nome: _____

Idade: _____

Natural do município: _____ UF: _____

Você se considera: () Homem () Mulher () Outro: _____

Qual o seu nível de escolaridade? _____

Mobilidade e Trabalho

1. Em qual município você reside?

2. Você se desloca até o seu local de trabalho todos os dias?

3. Como você chega até seu local de trabalho? Possui um meio de transporte?

4. O que motivou você a procurar trabalho em Brasília/Epitaciolândia/Cobija?

5. Você possuía outro emprego antes de trabalhar em
Brasília/Epitaciolândia/Cobija?

() Sim () Não

6. Em caso de resposta afirmativa, qual?

7. Quantas tentativas você fez para conseguir o trabalho em
Brasília/Epitaciolândia/Cobija? _____

8. Foi difícil conseguir o trabalho?

9. Atualmente com o que você trabalha em Brasília/Epitaciolândia/Cobija?

10. Há _____ quanto _____ tempo _____ você
trabalha? _____

11. Você possui patrão/empregador? () Não () Sim. Qual a nacionalidade dele?

Condições de trabalho

12. Qual a sua tarefa ou quais são as suas tarefas?

13. Trabalha quantas horas por dia?

14. Quantos dias na semana?

15. Possui folga?

16. Você trabalha em Brasília/Epitaciolândia/Cobija com a Carteira de Trabalho e
Previdência Social (CTPS) assinada?

17. Recebe férias/13º/FGTS outros?

18. Como é realizado o pagamento (mensal/diária)?

19. Qual o valor do pagamento?

20. Esse valor é o suficiente para você viver bem?

21. Como você classifica o seu trabalho em Brasília/Epitaciolândia/Cobija (ótimo/bom/ruim/péssimo)?

22. O que você acha que poderia melhorar nas condições de trabalho?

23. Por quantos empregos/trabalhos já passou em Brasília/Epitaciolândia/Cobija? E quanto tempo durou cada um? _____

24. Você é o único(a) brasileiro/boliviano(a) que trabalha neste local?

25. Você acha que existe diferença na forma que o patrão trata o funcionário de nacionalidade brasileira/boliviana?

26. Você já sofreu algum tipo de desconfiança, assédio, preconceito ou pressão por conta da sua nacionalidade?

27. Qual o seu nível de satisfação em trabalhar em

Brasiléia/Epitaciolândia/Cobija? (Considere 1 para mínimo e 5 para máximo)

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

28. Você aconselharia alguém a trabalhar onde você trabalha? Por quê?

29. Se tivesse oportunidade, voltaria a trabalhar no Acre/Pando?

30. Qual a sua opinião sobre a disponibilidade de emprego com CTPS assinada em Brasiléia/Epitaciolândia/Cobija?

31. O que você acha que ajudaria no aumento de empregos em Brasiléia/Epitaciolândia/Cobija?
